



CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

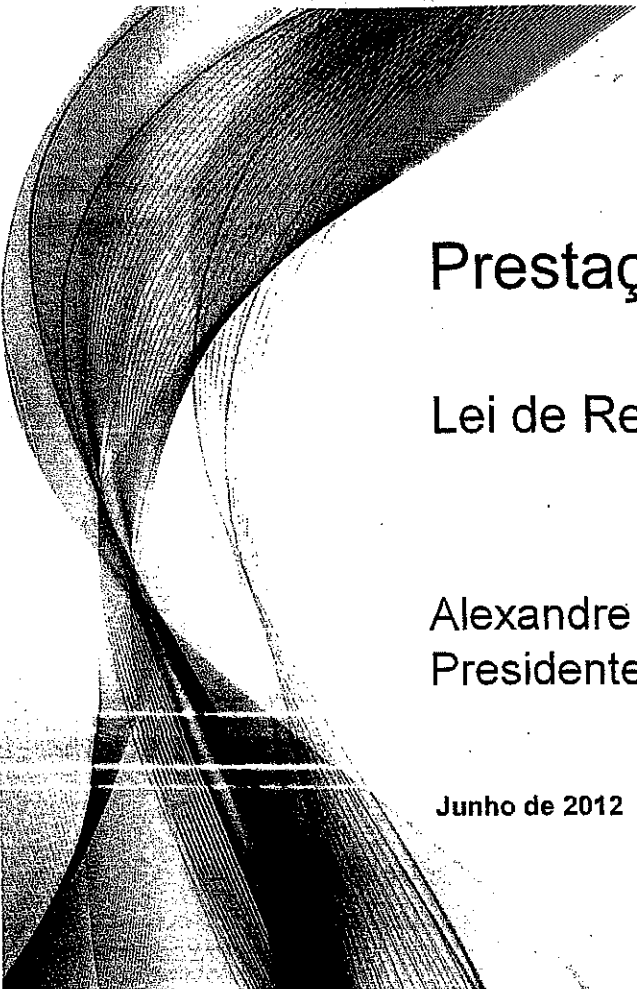
ATA DA PRIMEIRA REUNIÃO CONJUNTA DE AUDIÊNCIA PÚBLICA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 5 DE JUNHO DE 2012, PELAS COMISSÕES: MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO – CMO, DO CONGRESSO NACIONAL; DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO - CFT; DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO - CDEIC; DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E CONTROLE - CFFC, DA CÂMARA DOS DEPUTADOS; DE ASSUNTOS ECONÔMICOS – CAE E DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE – CMA, DO SENADO FEDERAL.

Aos cinco dias do mês de junho do ano de dois mil e doze, reuniram-se as seguintes Comissões: Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional - CMO; de Finanças e Tributação - CFT; de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio - CDEIC; de Fiscalização Financeira e Controle - CFFC da Câmara dos Deputados; de Assuntos Econômicos – CAE e de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle – CMA do Senado Federal, no plenário 4, do Anexo II da Câmara dos Deputados. A reunião foi convocada para receber o Presidente do Banco Central do Brasil – BACEN, Dr. Alexandre Antonio Tombini, para avaliação do cumprimento dos objetivos e metas das políticas monetária, creditícia e cambial, evidenciando o impacto e o custo fiscal de suas operações e os resultados demonstrados nos balanços do Banco Central do Brasil, referentes ao exercício de 2011, em atendimento ao disposto no art. 9º, § 5º da Lei de Responsabilidade Fiscal. Foi registrado o comparecimento dos seguintes parlamentares: - **Deputados:** Afonso Florence, titular da CFT/CD; Alexandre Leite, titular da CFT/CD; Andre Moura, suplente da CFT/CD; Antônio Andrade, titular da CFT/CD; Antonio Brito, suplente da CMO/CN; Audifax, titular da CFT/CD; Augusto Coutinho, titular da CMO/CN; Carlos Brandão, titular da CFFC/CD; Carlos Magno, suplente da CFFC/CD; Cláudio Puty, suplente da CMO/CN, titular da CFT/CD e suplente da CDEIC/CD; Duarte Nogueira, titular da CMO/CN; Edmar Arruda, titular da CFFC/CD; Edson Santos, titular da CFFC/CD; Eli Correa Filho, suplente da CMO/CN; Félix Mendonça Júnior, suplente da CMO/CN; Guilherme Campos, titular da CFT/CD e suplente da CDEIC/CD; João Dado, titular da CFT/CD; José Stédile, suplente da CFT/CD; Júlio Cesar, titular da CFT/CD; Júnior Coimbra, titular da CFT/CD; Laurez Moreira, titular da CMO/CN; Leonardo Gadelha, suplente da CMO/CN e suplente da CFT/CD; Leonardo Monteiro, suplente da CMO/CN; Lucio Vieira Lima, titular da CMO/CN e titular da CFT/CD e Luiz Carlos Setim, suplente da CMO/CN e suplente da CFT/CD; Marcus Pestana, suplente da CMO/CN e da CFT/CD; Mendonça Filho, suplente da CFFC/CD; Pauderney Avelino, titular da CFT/CD e suplente da CFFC/CD; Paulo Foletto, titular da CMO/CN; Paulo Pimenta, titular da CMO/CN; Paulo Rubem Santiago, titular da CMO/CN; Paulo Wagner, titular da CMO/CN; Professora Dorinha Seabra Rezende, titular da CMO/CN; Renato Molling, titular da CMO/CN e da CDEIC/CD; Rodrigo Maia, titular da CFT/CD e suplente da CFFC/CD; Sibá Machado, suplente da CFFC/CD; Vanderlei Siraque, titular da CFFC/CD e suplente da CMO/CN; Vaz de Lima, titular da CFT/CD e suplente da CFFC/CD; Waldenor Pereira, titular da CMO/CN; Zeca Dirceu, titular da CMO/CN e da CDEIC/CD e suplente da CFT/CD; Zequinha Marinho, titular da CFT/CD; - **Senadores:** Antonio Russo, suplente da CMO/CN e titular da CAE/SF, Benedito de Lira, titular da CMO/CN e suplente da CAE/SF, Clésio Andrade, titular da CMO/CN e suplente da CAE/SF, Delcídio do Amaral, titular da CAE/SF e suplente da CMA/SF; Lindbergh Farias, titular da CAE/SF. Compareceram, ainda, os parlamentares não-membros: Deputados Vilalba e Wellington Prado. **ABERTURA:** às quinze horas e dez minutos, o Presidente, Dep. Paulo Pimenta, iniciou a reunião, informando que se tratava de Audiência Pública conjunta, citando as Comissões participantes e convocando os integrantes da mesa para tomarem seus lugares. Em seguida, explica os objetivos da reunião e passa a palavra ao convidado, Dr. Alexandre Antonio Tombini, o qual inicia sua apresentação às 15h16. Ao final da apresentação, às 16h01, o Presidente coloca a palavra à disposição dos demais Presidentes de Comissão presentes no recinto. Somente o Deputado Edmar Arruda, Presidente da CFT, usou dessa prerrogativa para discorrer sobre o *spread* praticado pelos bancos e seus efeitos sobre os consumidores bancários. Em seguida, o Presidente deu início ao debate, o qual teve a seguinte ordem de parlamentares inscritos: Deputados Rodrigo Maia, Pauderney Avelino, Paulo Rubem Santiago, Audifax, Duarte Nogueira, Senador Lindbergh Farias e, finalizando, Deputados Claudio Puty e Afonso Florence. Após manifestação dos inscritos para debate, e antes que a palavra fosse devolvida ao palestrante convidado, o Deputado Marcus Pestana pediu para exprimir algumas opiniões em nome da oposição. Tendo mais uma vez a palavra, o Dr. Alexandre Antonio Tombini respondeu aos questionamentos levantados pelos oradores inscritos, sendo apartado pelos Deputados Rodrigo Maia e Pauderney Avelino. Após uma terceira tentativa de aparte da explicação, o Presidente em exercício, Deputado Edmar Arruda, solicitou que os parlamentares permitissem que o convidado terminasse seu raciocínio sem interrupções. Novo aparte foi permitido ao Deputado Pauderney Avelino, o qual fez perguntas sobre as previsões do PIB. **ENCERRAMENTO:** às dezessete horas e cinquenta e um minutos, o Presidente em exercício, Deputado Edmar Arruda encerrada a reunião. Antes, porém, agradeceu a presença do Dr. Alexandre Antonio Tombini, dos Presidentes de Comissão e demais parlamentares. Para constar, eu, Maria do Socorro de Lacerda Dantas, Secretária, lavrei a presente Ata, que, após a sua aprovação, será assinada pelo Presidente da Comissão



Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional e encaminhada para publicação no Diário do Senado Federal. Os trabalhos foram gravados e, após traduzidos, integrarão esta Ata. **Deputado Paulo Pimenta, Presidente da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional.**
XX

As Públicos e Fiscalização do Congresso
hos foram gravados e, após traduzid
Mista de Planos, Orçamentos P
XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX



Prestação de Contas

Lei de Responsabilidade Fiscal

Alexandre Tombini
Presidente do Banco Central do Brasil

Junho de 2012

BANCO CENTRAL  DO BRASIL

Roteiro

- **Demonstrações financeiras**
 - **Solidez da economia brasileira**
 - **Agenda de reformas e investimentos**
 - **Cenário internacional**
 - **Atividade econômica e inflação**
 - **Sistema financeiro e crédito**
-

Sumário executivo

- O Brasil apresenta sólidos fundamentos macroeconômicos, com robustos colchões de liquidez em moeda estrangeira e no Sistema Financeiro Nacional
 - O governo está avançando na agenda de reformas e realizando investimentos em infraestrutura, a fim de elevar a produtividade e competitividade da economia brasileira
 - O cenário internacional continua sendo de volatilidade nos mercados e perspectiva de baixo crescimento para os próximos anos
 - O ritmo da atividade econômica no Brasil irá se acelerar ao longo de 2012, sustentado pela demanda interna e pela flexibilização das condições monetárias e financeiras
 - A inflação segue em trajetória de convergência para a meta
-

Demonstrações financeiras

2º semestre de 2011

Resultado do Banco Central - 2011

- **Resultado contábil do Banco Central em 2011 foi positivo em R\$ 23,5 bilhões**

- No 1º semestre de 2011, o BC apresentou resultado positivo de R\$ 12,2 bilhões
- No 2º semestre de 2011, o resultado do BC ficou positivo em R\$ 11,3 bilhões
- De acordo com a legislação, o resultado apurado no 1º semestre de 2011 foi transferido ao Tesouro Nacional em agosto de 2011, e o referente ao 2º semestre de 2011 foi transferido em março de 2012

Resultado do Banco Central - 2011

	R\$ milhões		
	1º sem/2011	2º sem/2011	Exercício 2011
Resultado de Operações de Mercado Aberto	21.569	17.050	38.619
<i>Juros com operações com títulos</i>	43.378	40.925	84.303
<i>Juros com operações compromissadas</i>	(21.809)	(23.875)	(45.684)
Depósitos Compulsórios	(16.444)	(18.719)	(35.163)
Juros com o Governo Federal	(18.502)	(16.586)	(35.088)
Outras Receitas e Despesas Financeiras e Administrativas	25.607	29.496	55.103
Resultado no Período	12.230	11.241	23.471

Manutenção das reservas internacionais

	1º sem/2011	2º sem/2011	2011
Custo de captação	-4,56%	-4,43%	-8,97%
Rentabilidade	1,55%	1,94%	3,52%
Custo de carregamento*	-3,01%	-2,49%	-5,45%

* Sem considerar a variação cambial

1º sem/2011 – Saldo médio: R\$ 519,6 bilhões x -3,01% = - R\$ 15,7 bilhões

2º sem/2011 – Saldo médio: R\$ 600,2 bilhões x -2,49% = - R\$ 14,9 bilhões

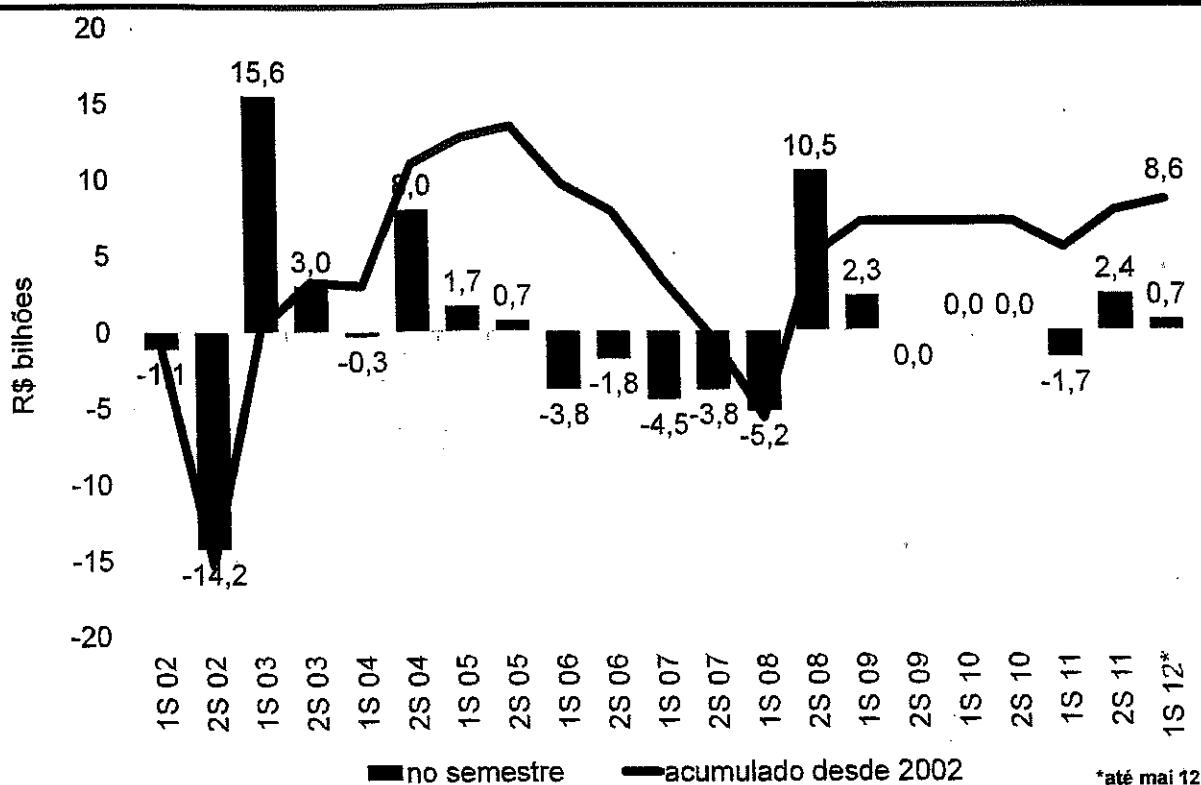
Exercício 2011 – Saldo médio: R\$ 560,4 bilhões x -5,45% = - R\$ 30,6 bilhões

Manutenção das reservas internacionais

Resultado com a Política de Manutenção das Reservas Internacionais – Com Variação Cambial

	R\$ milhões
1º Semestre	-44.466
2º Semestre	87.813
Total do ano	43.347

Resultado dos swaps cambiais

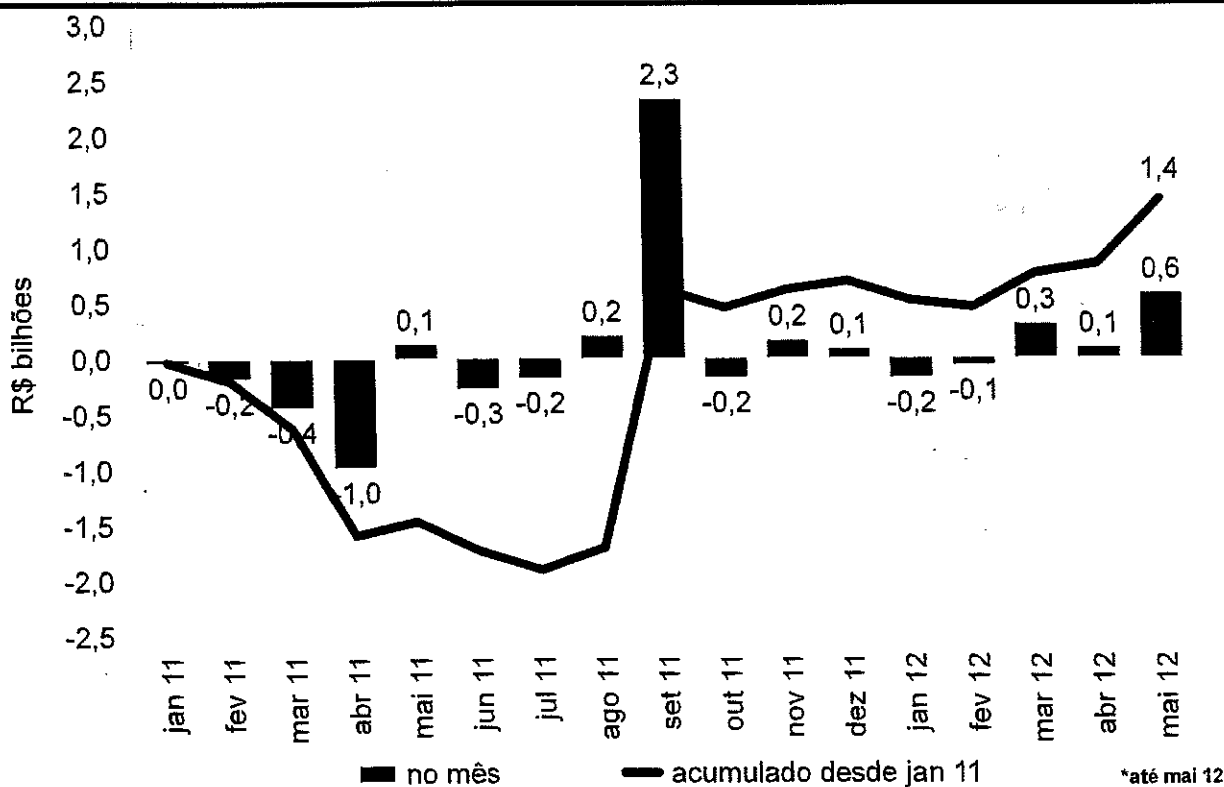


Fonte: BCB

BANCO CENTRAL DO BRASIL

9

Resultado mensal dos swaps cambiais

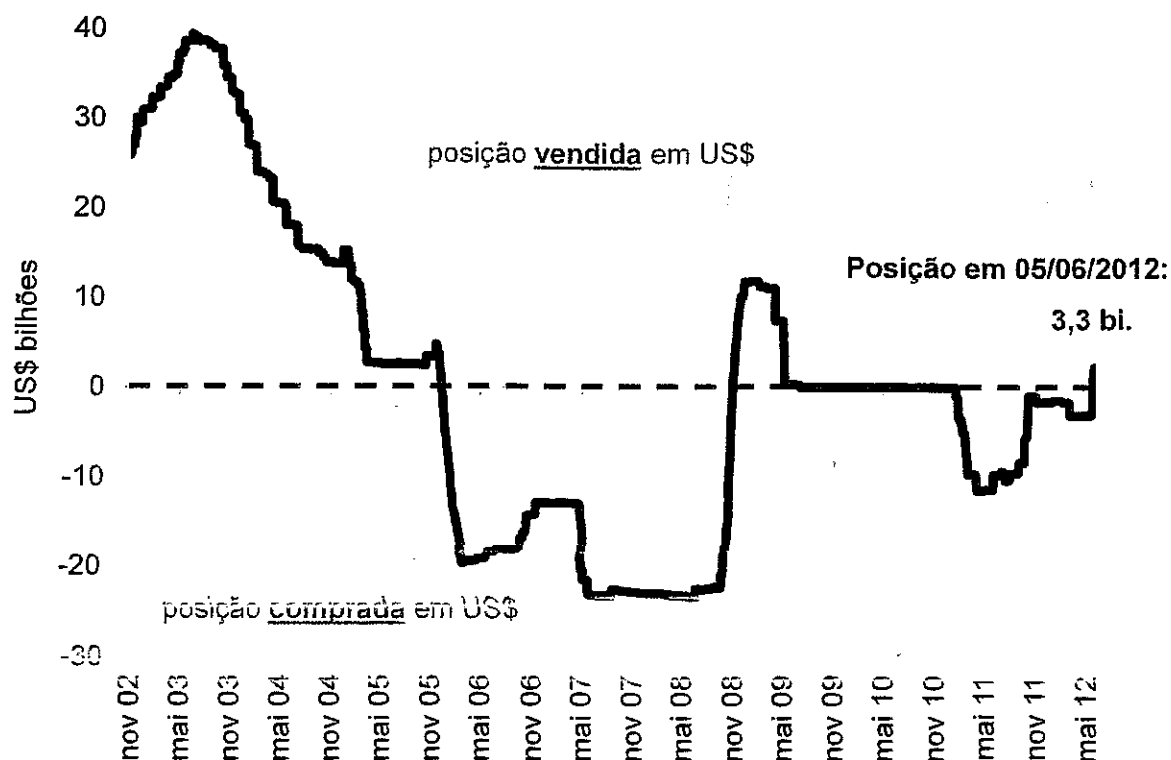


Fonte: BCB

BANCO CENTRAL DO BRASIL

10

Posição líquida em swaps cambiais



Fonte: BCB

BANCO CENTRAL
DO BRASIL

11

Solidez da economia brasileira

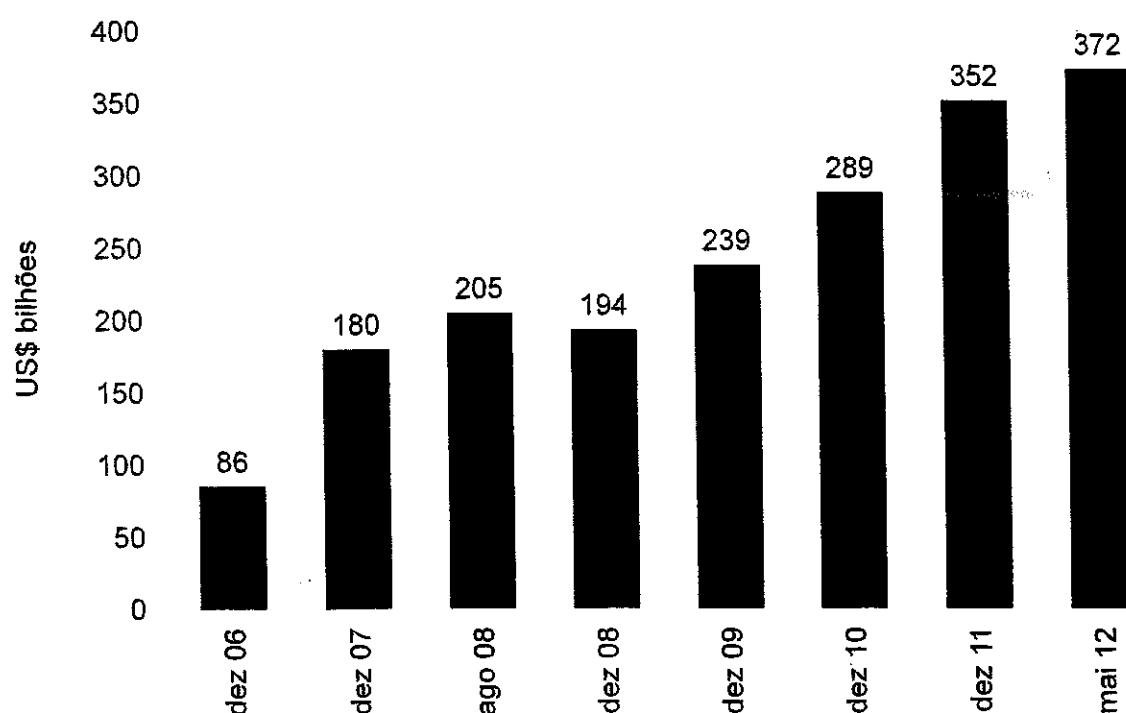
BANCO CENTRAL
DO BRASIL

12

Solidez da economia brasileira

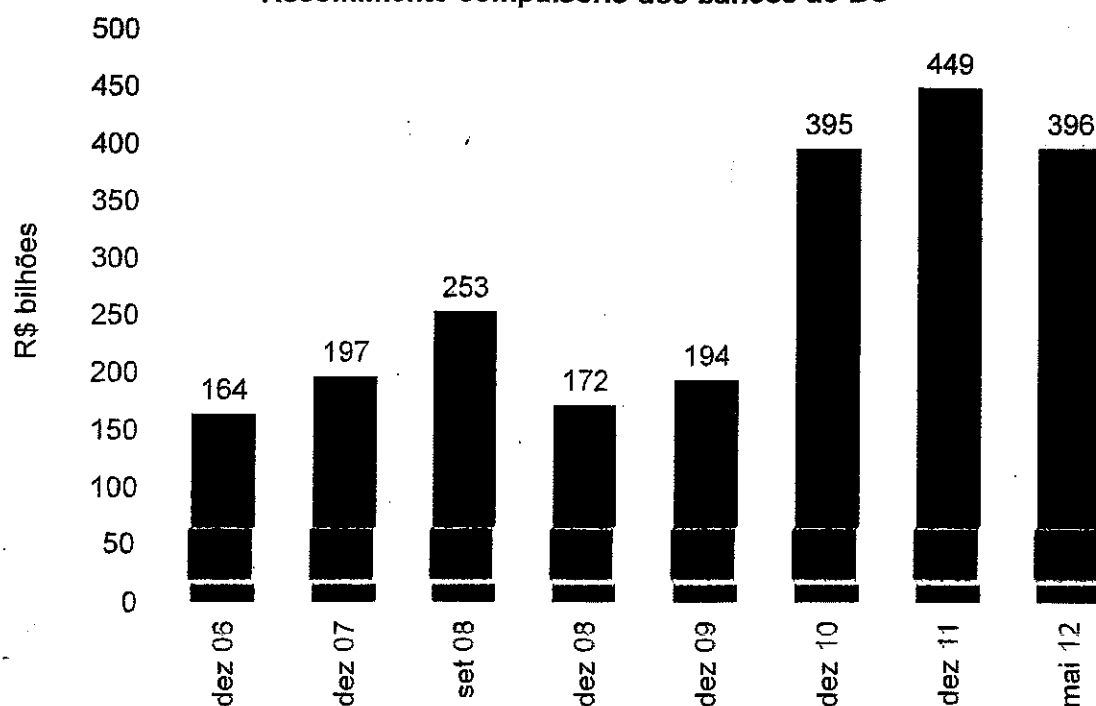
- Importantes colchões de liquidez
 - Reservas internacionais
 - Reservas bancárias
- Dívida pública cadente
- Sistema financeiro sólido
- Risco soberano em queda

Reservas internacionais robustas



Amplo colchão de liquidez do SFN

Recolhimento compulsório dos bancos ao BC



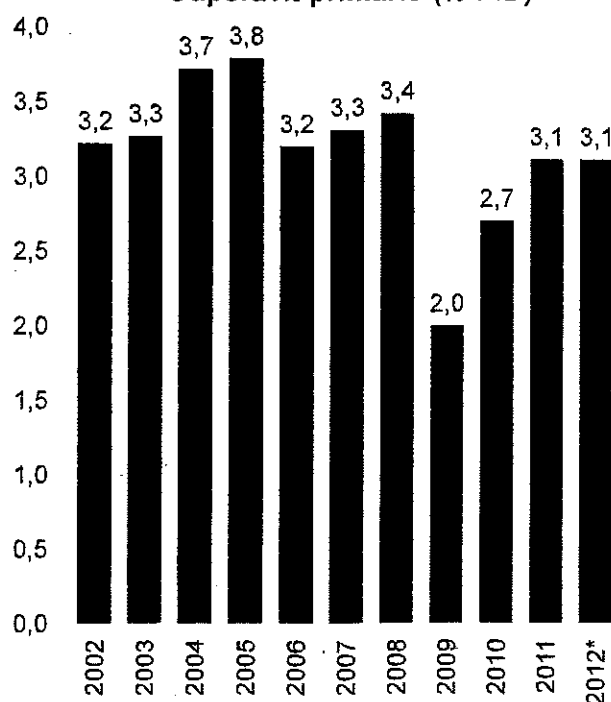
Fonte: BCB

BANCO CENTRAL DO BRASIL

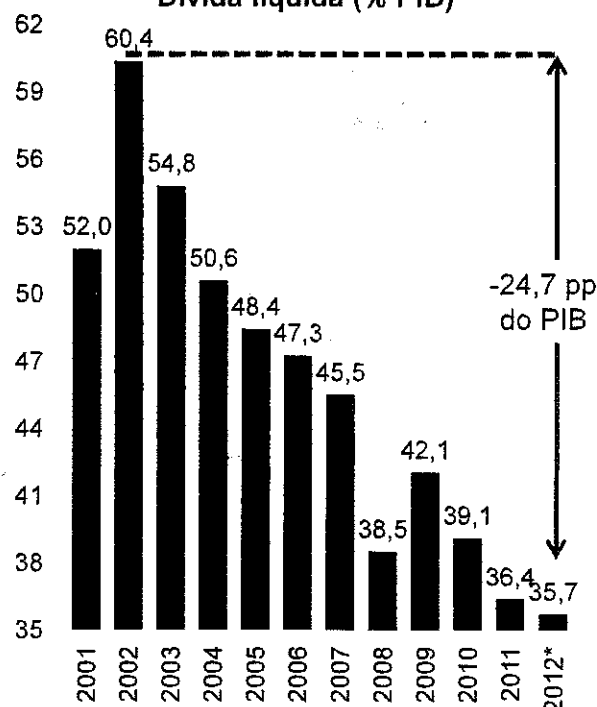
15

Sólida situação fiscal

Superávit primário (% PIB)



Dívida líquida (% PIB)



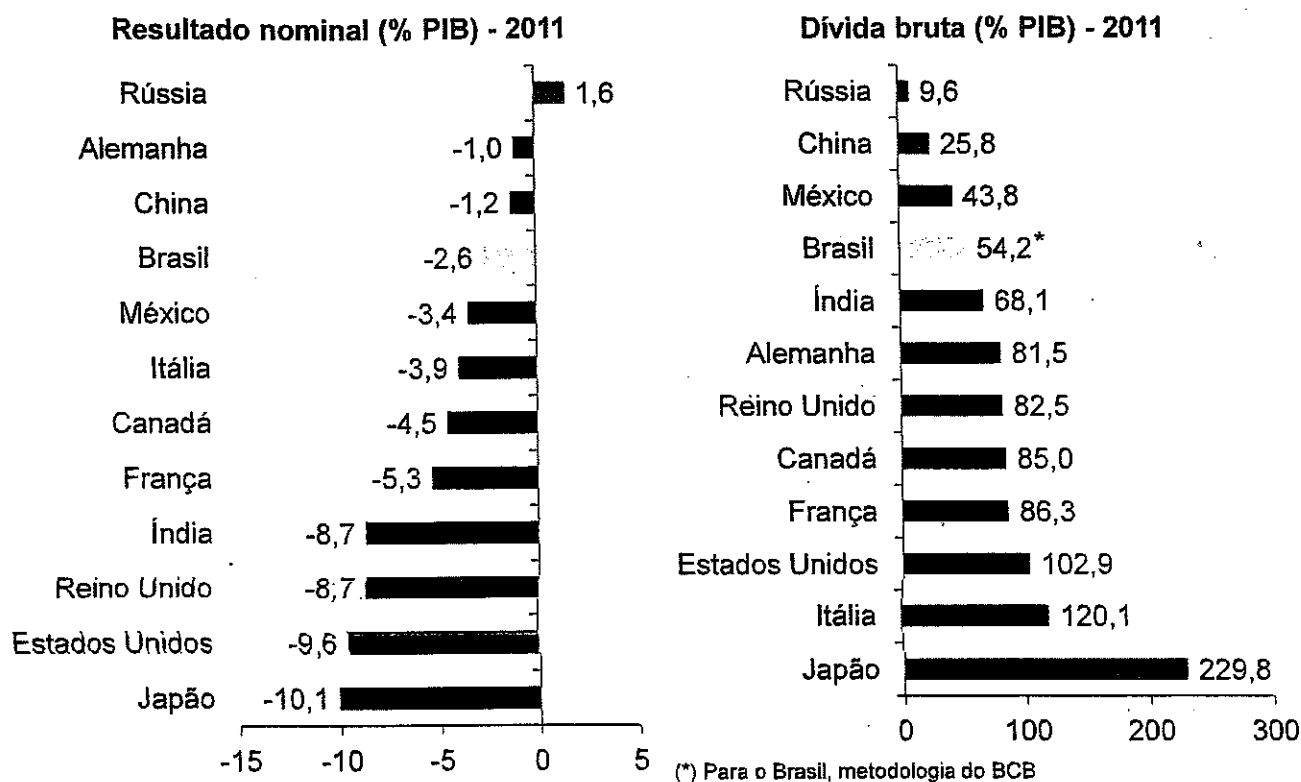
* Acumulado em 12 meses até abril

Fonte: BCB

BANCO CENTRAL DO BRASIL

16

Cenário Fiscal



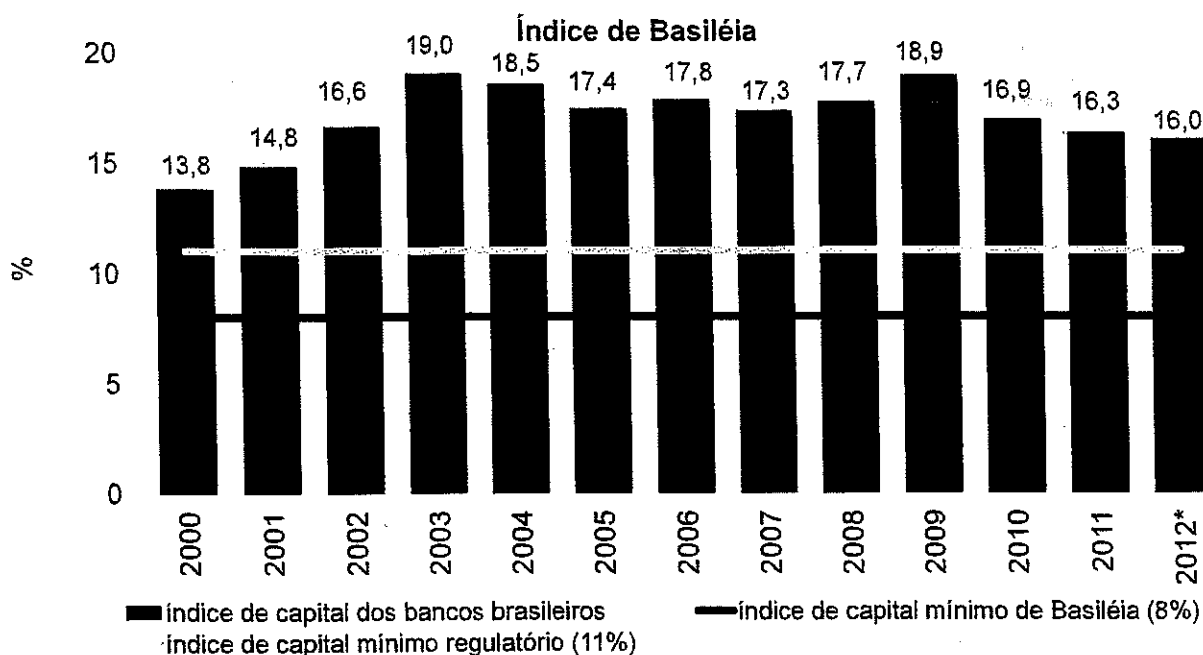
Fonte: BCB / FMI

BANCO CENTRAL DO BRASIL

17

Sistema financeiro sólido

Avaliação recente do FMI e Banco Mundial concluiu que “o sistema financeiro brasileiro é estável, com baixos níveis de risco sistêmico e reservas de liquidez consideráveis” (1)



(1) Em 21/03/12, Statement at the Conclusion of the IMF and WB Financial Sector Assessment Program Mission to Brazil

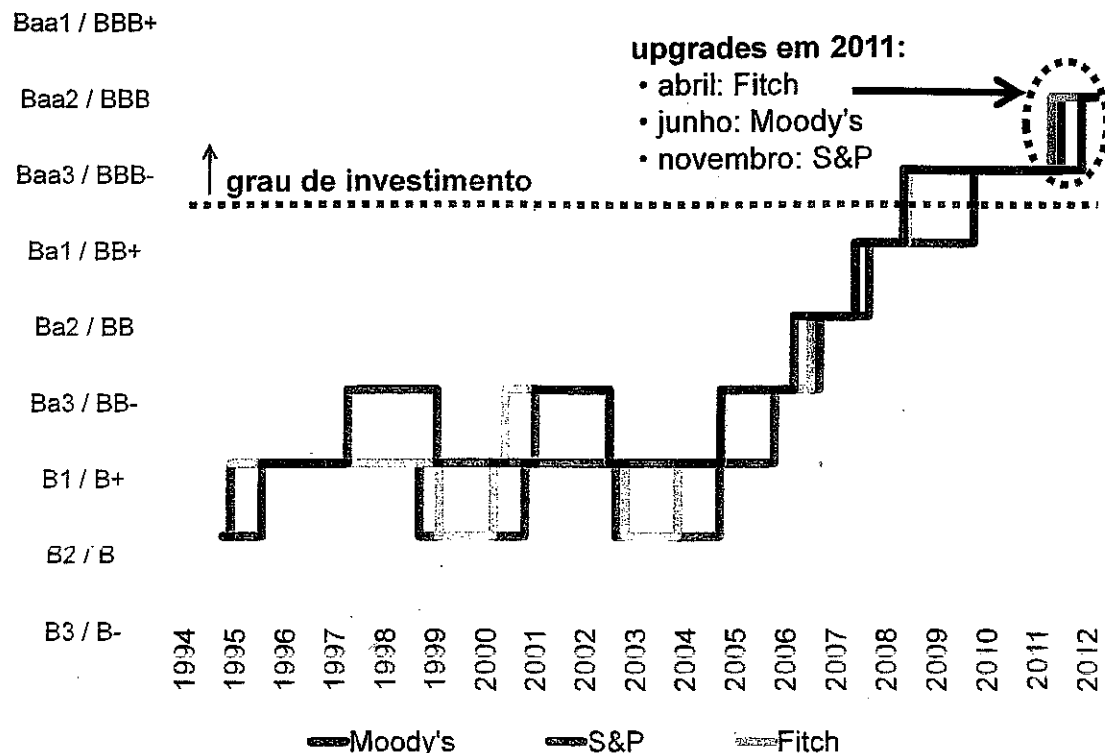
* abr 12

Fonte: BCB

BANCO CENTRAL DO BRASIL

18

Melhora na classificação de risco do Brasil

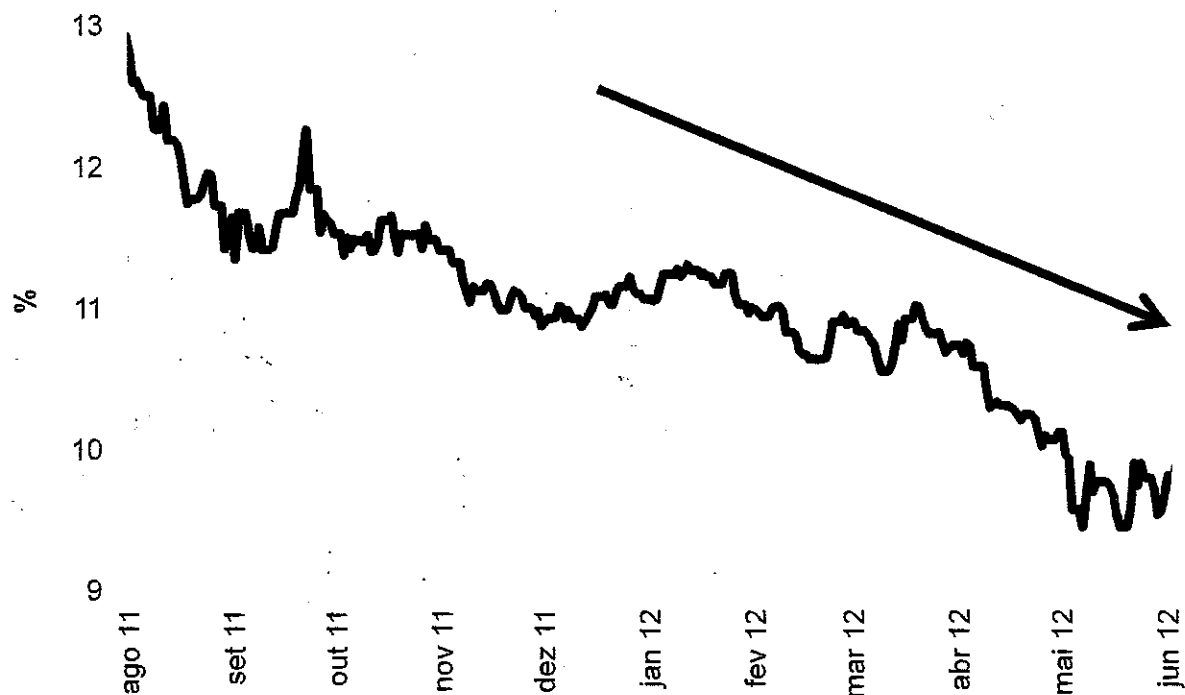


Fonte: Moody's / S&P / Fitch

BANCO CENTRAL DO BRASIL

19

Taxa de juros de longo prazo em queda*



* Taxa de juros para um título hipotético com prazo de 5 anos sem cupom

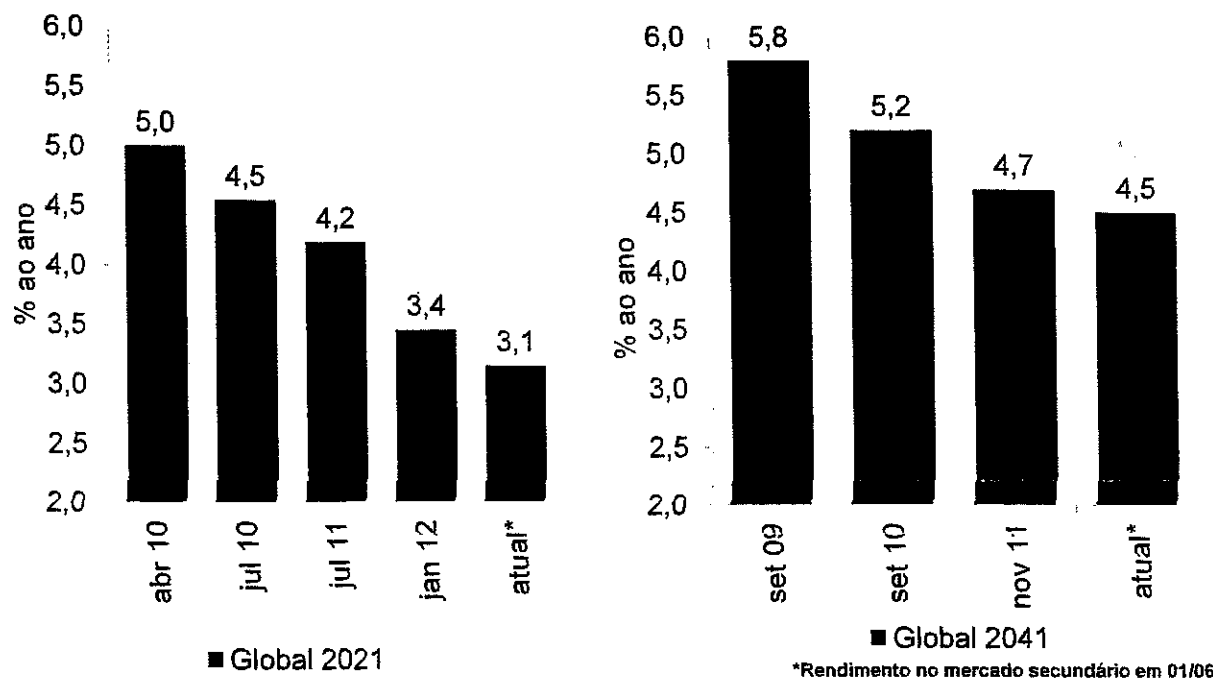
Fonte: Bloomberg

BANCO CENTRAL DO BRASIL

20

Custo das emissões externas em queda

O custo das emissões externas vem caindo a cada ano e os rendimentos (yields) estão em níveis historicamente baixos.



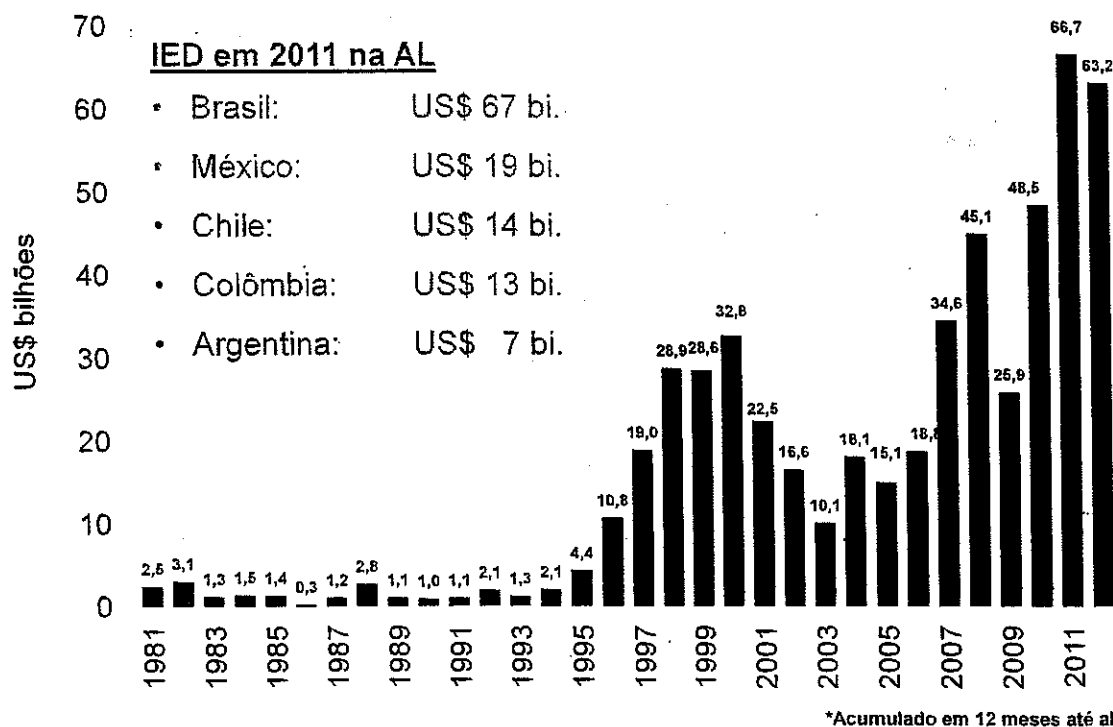
Fonte: MF / Bloomberg

BANCO CENTRAL DO BRASIL

21

Brasil: um dos principais destinos para investimentos

Investimento Estrangeiro Direto



Fonte: BCB

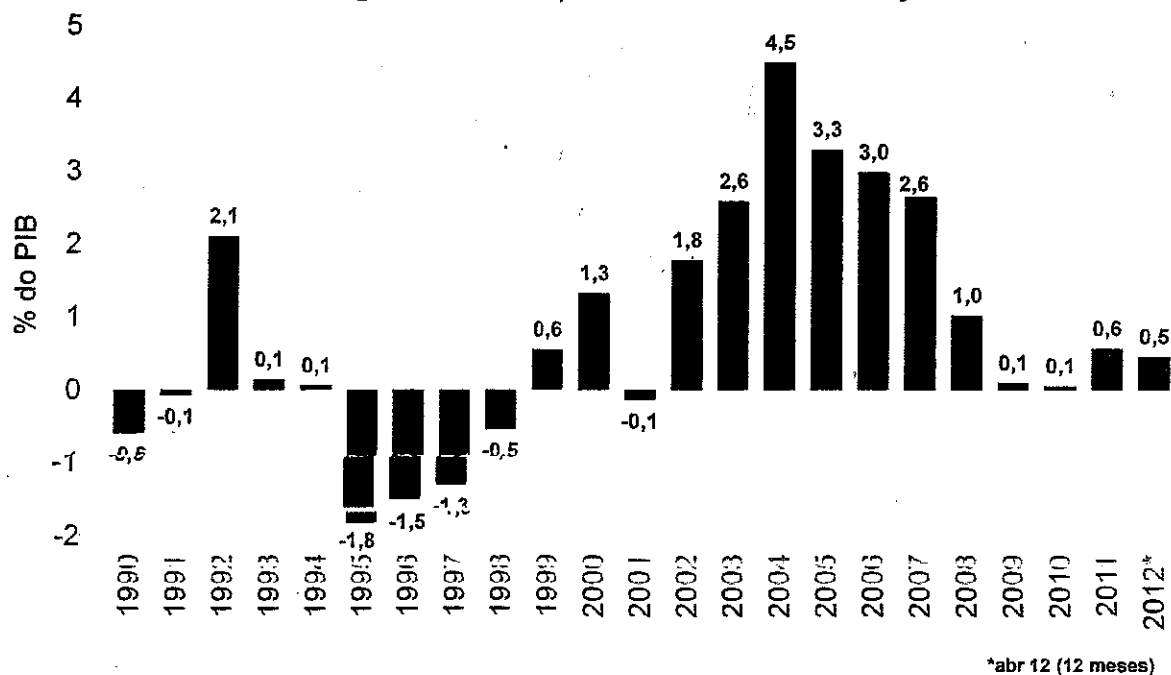
BANCO CENTRAL DO BRASIL

22

Qualidade do financiamento do balanço de pagamentos

IED (-) déficit em transações correntes

Investimento estrangeiro direto supera o déficit em transações correntes



Fonte: BCB

BANCO CENTRAL
DO BRASIL

23

Agenda de reformas e investimentos

BANCO CENTRAL
DO BRASIL

24

Reformas fiscais e tributárias

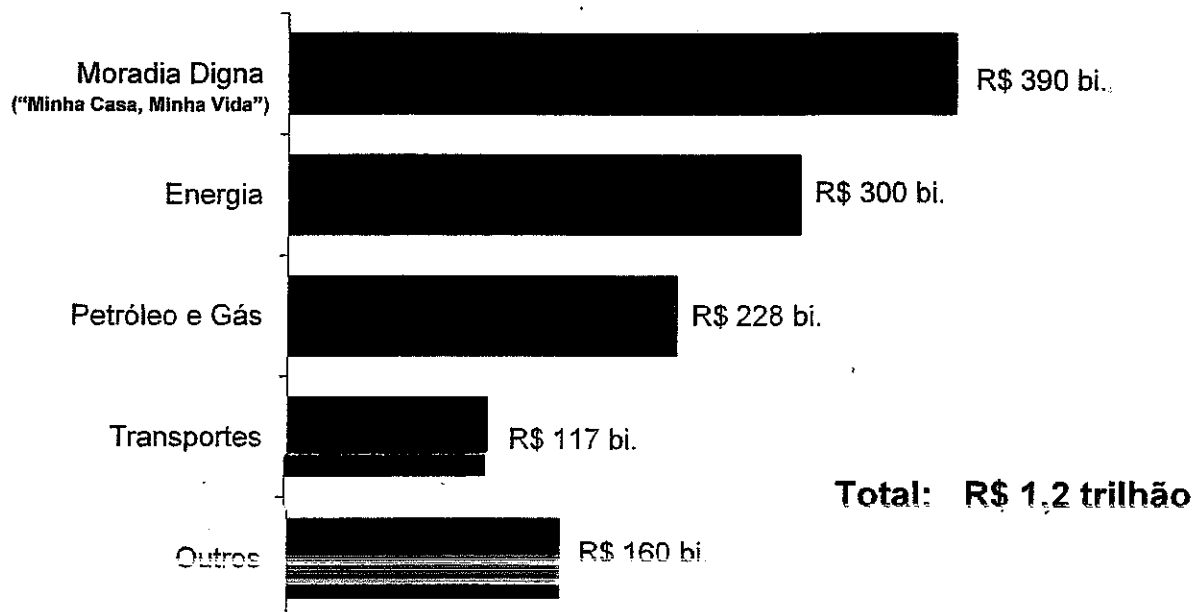
- Fundo de previdência complementar do servidor público – Funpresp
- Desoneração da folha de pagamento das empresas
- Desoneração de investimentos
 - Portos e ferrovias
 - Redes de telecomunicações
- Desoneração da energia elétrica (em estudo)
- Transformação do PIS e da Cofins em tributos não cumulativos (em estudo)

Reformas para ampliar a competitividade

- Qualificação da mão de obra
 - Programa “Ciência sem Fronteiras” - 100 mil bolsas para graduação e pós-graduação no exterior
 - Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec) - expansão da educação profissional e tecnológica, totalizando 8 milhões de vagas nos próximos quatro anos
- Concessões à iniciativa privada
 - Aeroportos (4 leiloados e outros em estudo)
 - Rodovias, portos e ferrovias (em estudo)

Investimentos em infraestrutura 2012-2015

Além das reformas, o governo está empenhado em aumentar o investimento em infraestrutura e moradia



Fonte: Ministério do Planejamento

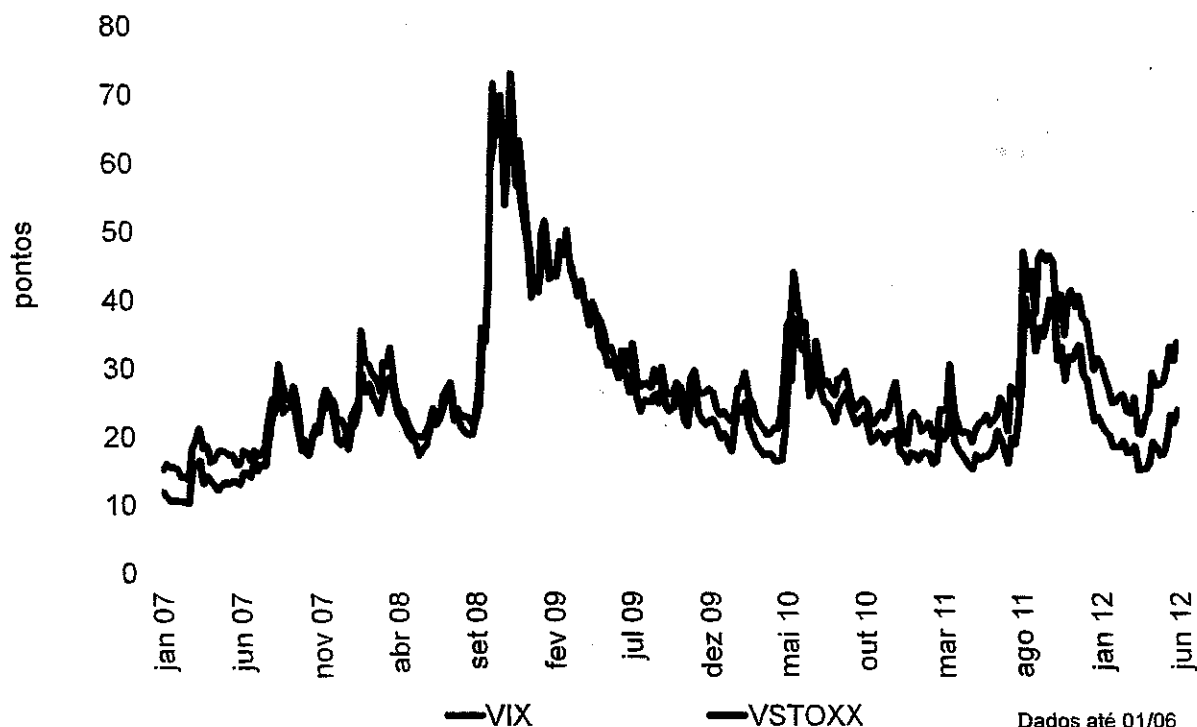
Cenário internacional

Sumário do cenário internacional

- O cenário internacional caracterizado por mercados voláteis, baixo crescimento da economia mundial e com viés desinflacionário para o País
- Europa: após alívio com linha de liquidez do BCE, recidiva com Grécia
- EUA mantêm perspectiva de expansão moderada
- China em desaceleração, mantido o cenário de pouso suave

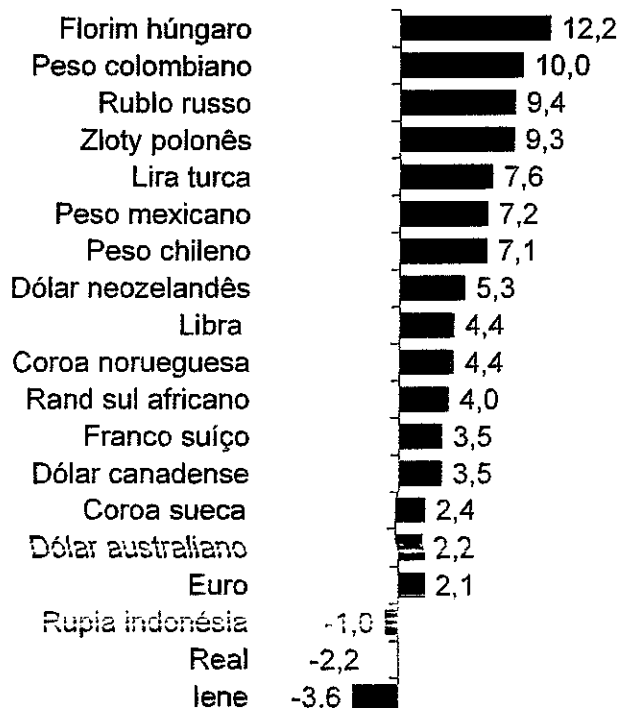
Mercados continuam voláteis

Indicadores de volatilidade nos mercados – quanto maiores, mais voláteis estão os mercados

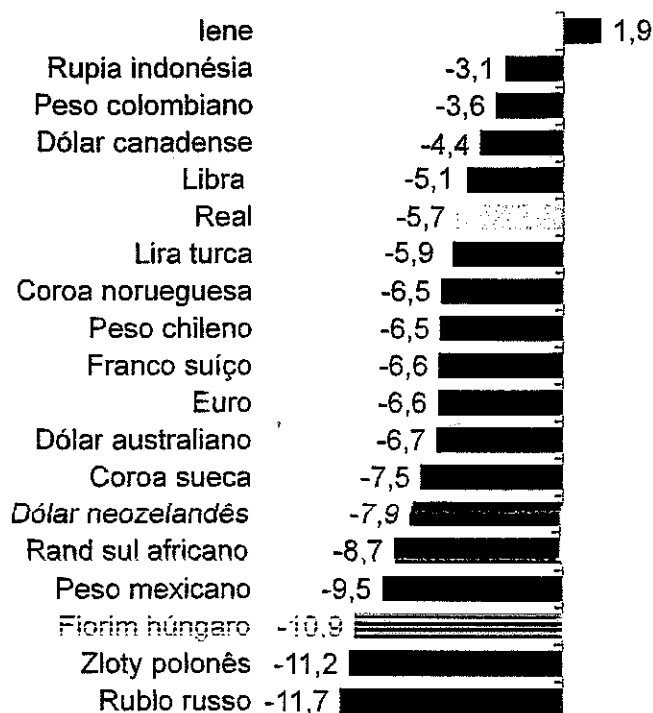


Valorização recente do dólar é generalizada

Variação de janeiro a abril



Variação em maio



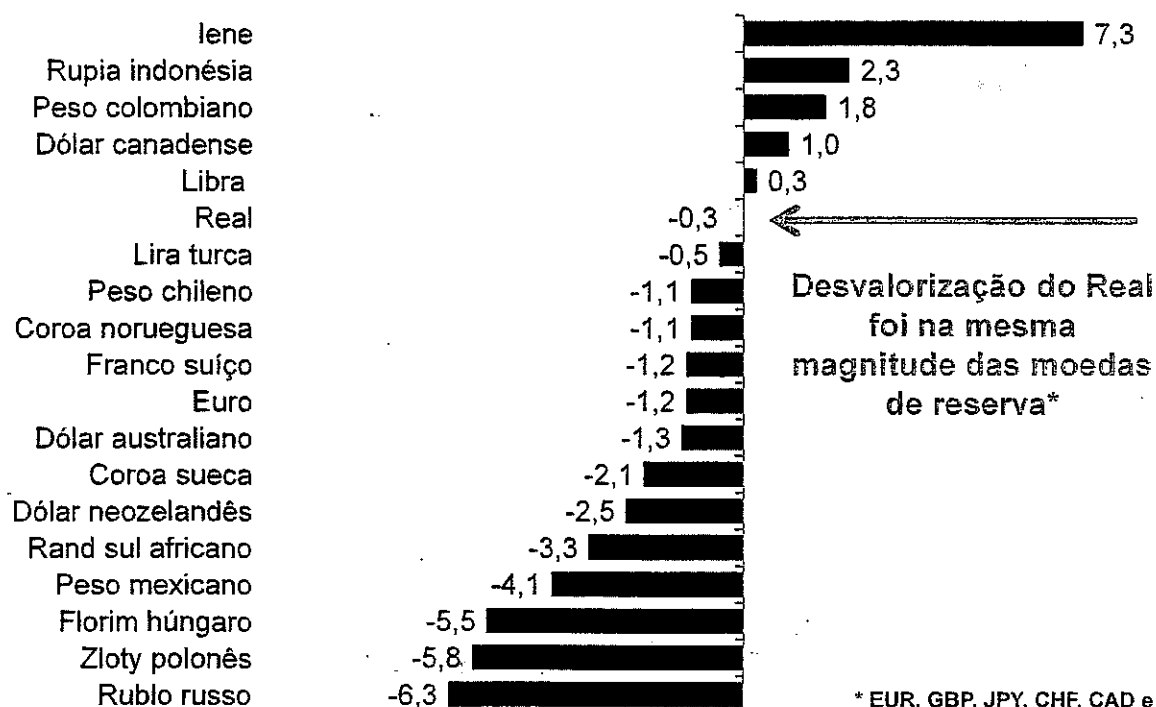
Fonte: Bloomberg

BANCO CENTRAL
DO BRASIL

31

Valorização recente do dólar é generalizada

Variação em maio em relação às moedas de reserva* menos o US\$



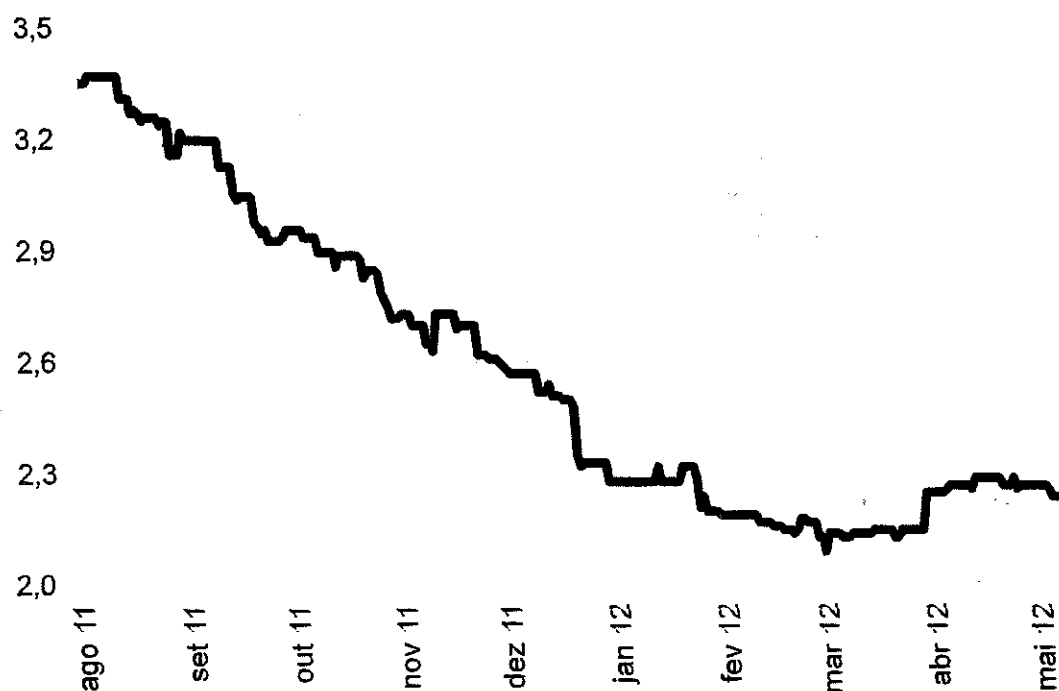
* EUR, GBP, JPY, CHF, CAD e SEK

Fonte: Bloomberg

BANCO CENTRAL
DO BRASIL

32

Expectativas de crescimento do mundo em 2012

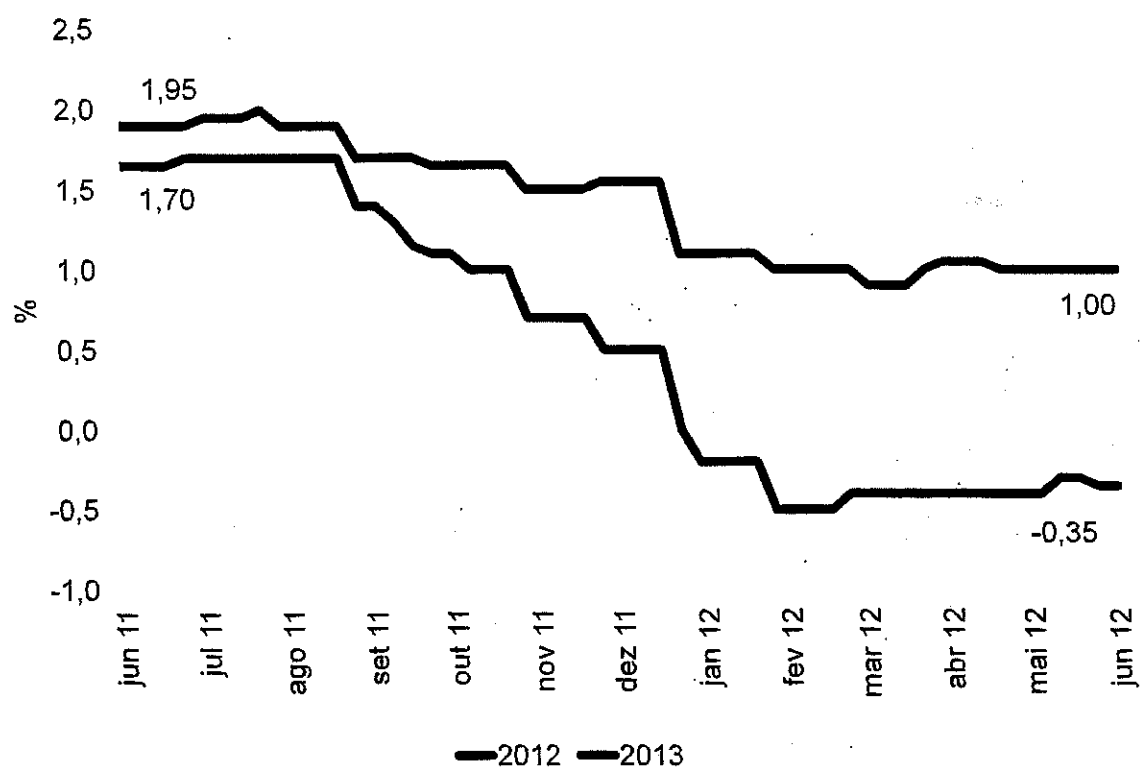


Fonte: Bloomberg

BANCO CENTRAL
DO BRASIL

33

Zona do Euro – Baixo crescimento esperado

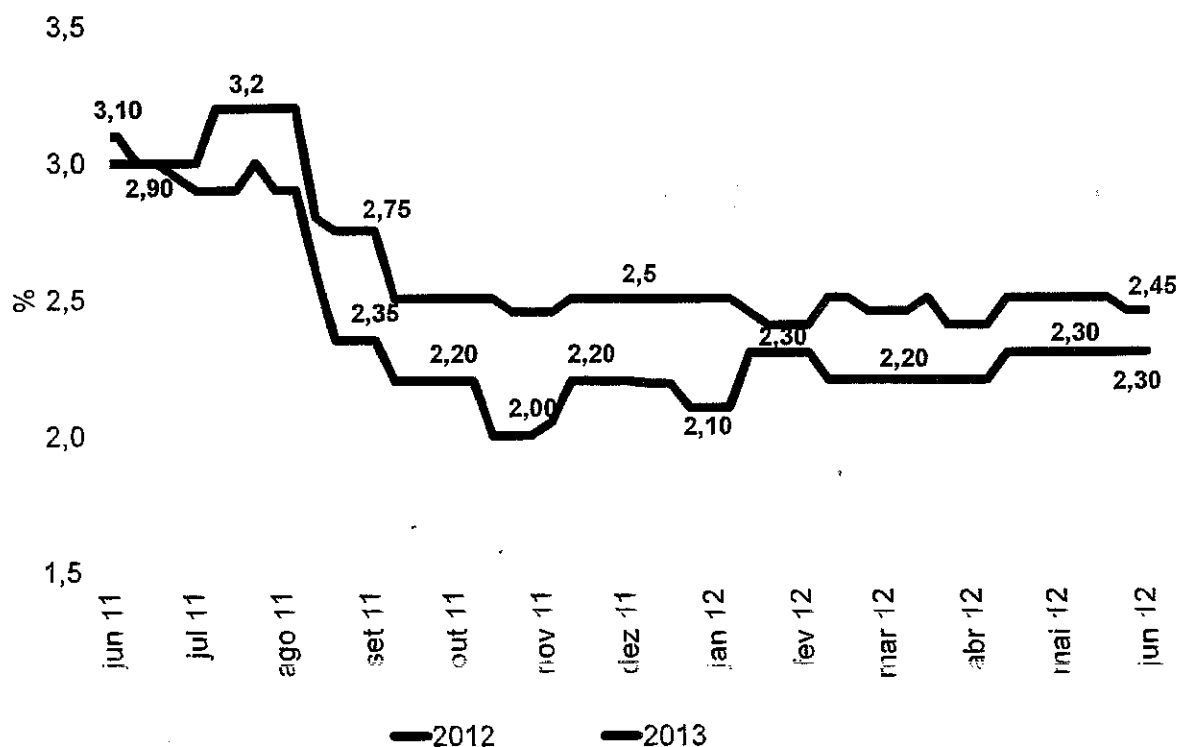


Fonte: Bloomberg

BANCO CENTRAL
DO BRASIL

34

EUA – Expectativa de crescimento moderado

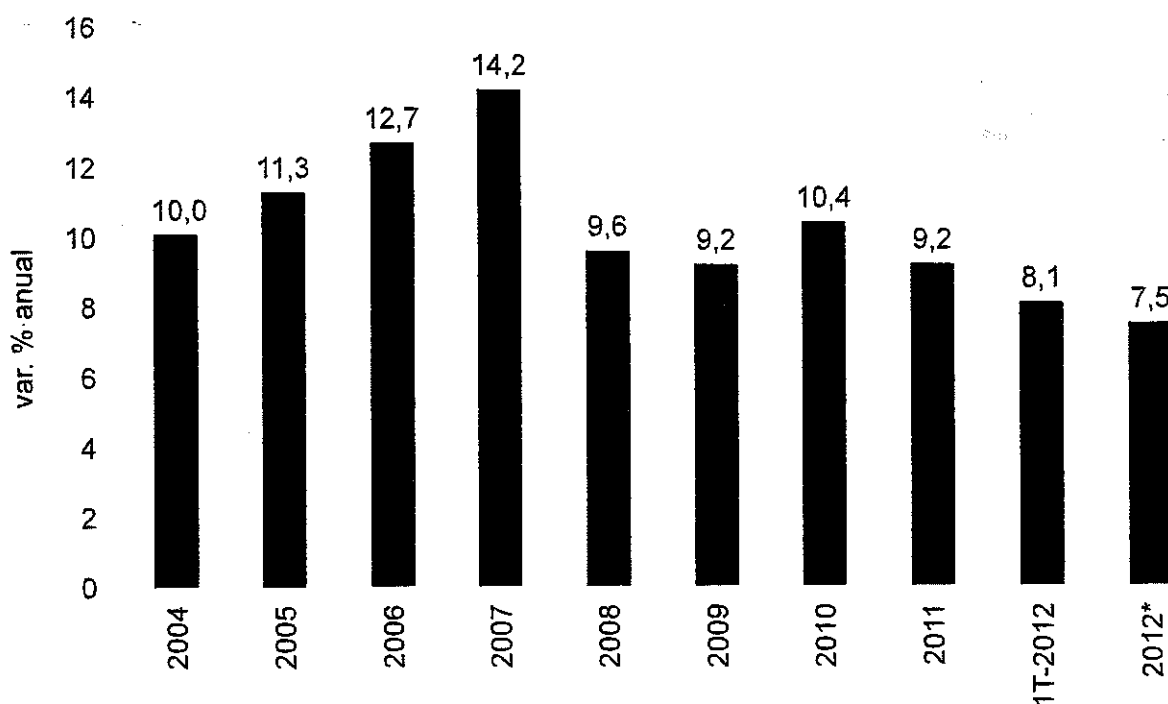


Fonte: Bloomberg

BANCO CENTRAL
DO BRASIL

35

China – Moderação do ritmo de crescimento



* Meta do governo chinês

Fonte: Bloomberg

BANCO CENTRAL
DO BRASIL

36

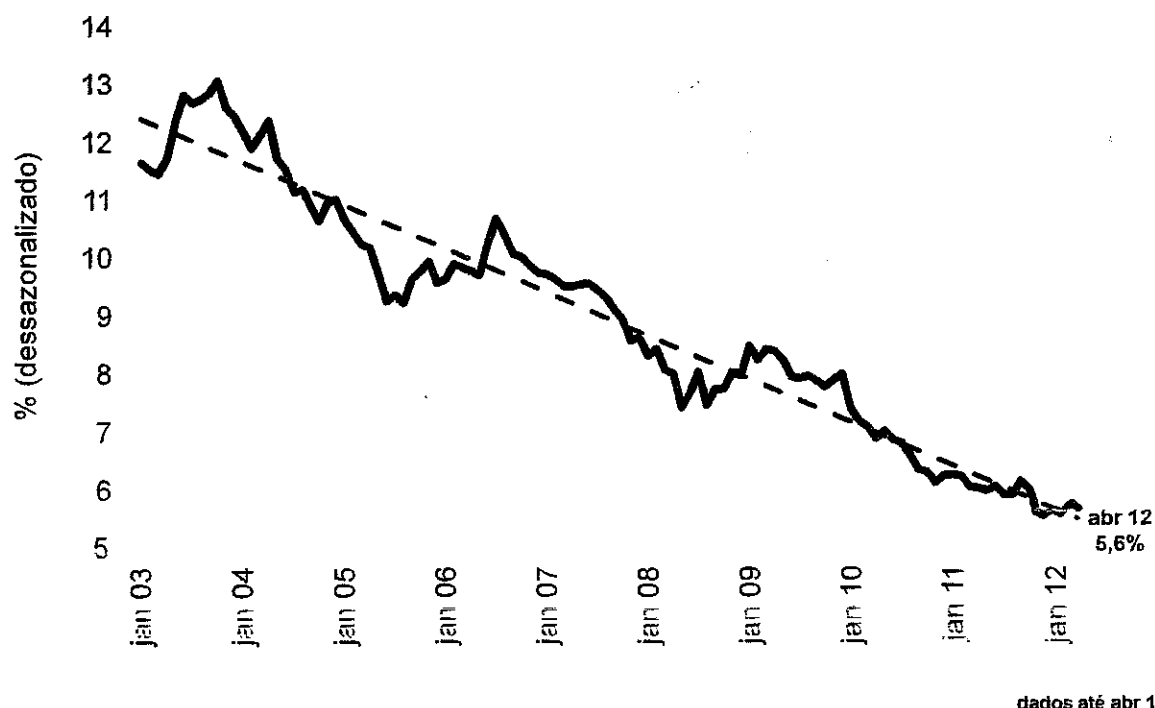
Economia brasileira

Atividade econômica

Atividade econômica

- Elementos de sustentação da demanda presentes
 - Taxa de desemprego em nível historicamente baixo
 - Economia continua gerando empregos formais
 - Renda real do trabalhador permanece em ascensão
 - Massa salarial em expansão
 - Crédito em crescimento moderado
- Flexibilização das condições monetárias e financeiras e outras iniciativas de estímulo à atividade
- **Esse cenário proporcionará uma retomada mais consistente da atividade econômica, que deve acelerar-se a partir do 2º semestre**

Desemprego em níveis historicamente baixos

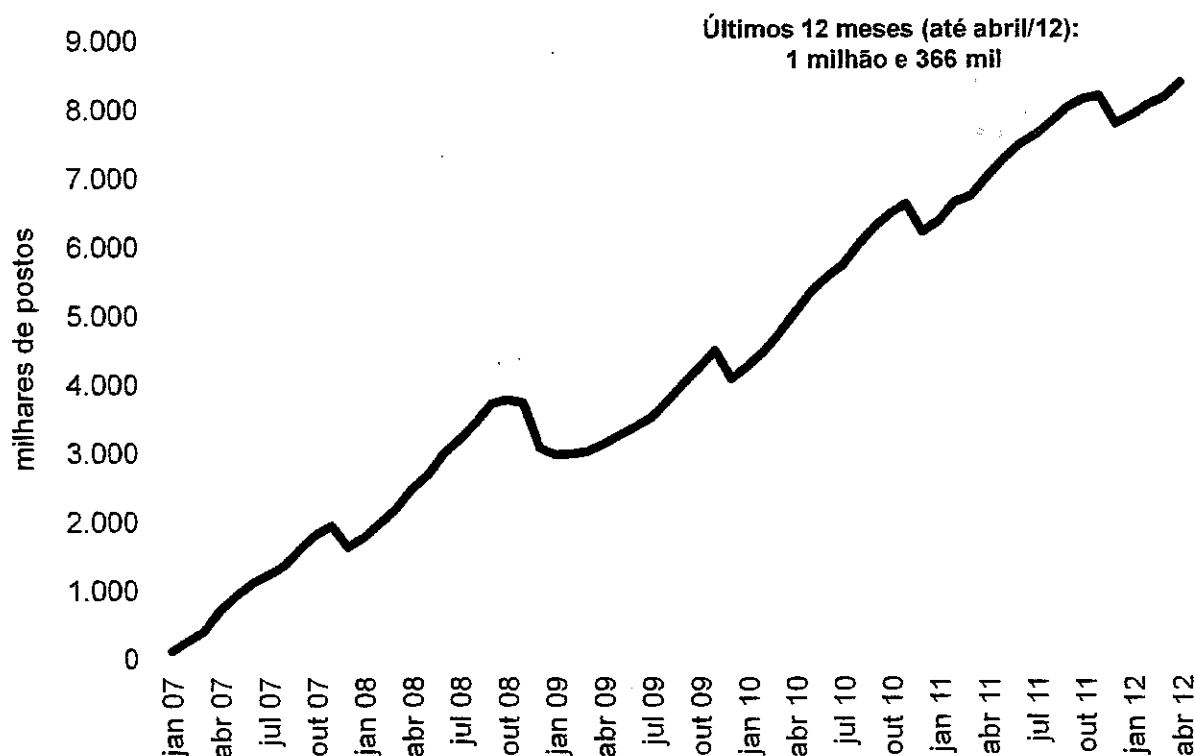


Fonte: IBGE

BANCO CENTRAL DO BRASIL

39

Criação de empregos formais continua positiva

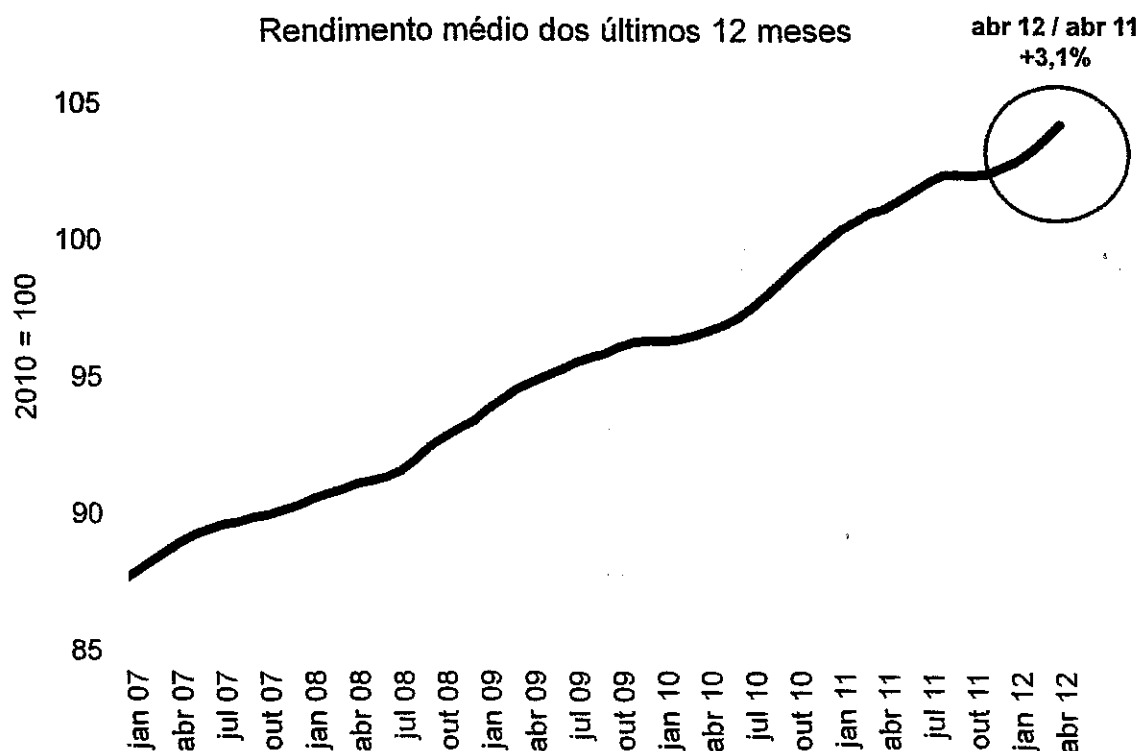


Fonte: MTE / BCB

BANCO CENTRAL DO BRASIL

11

Rendimento real dos trabalhadores em ascensão

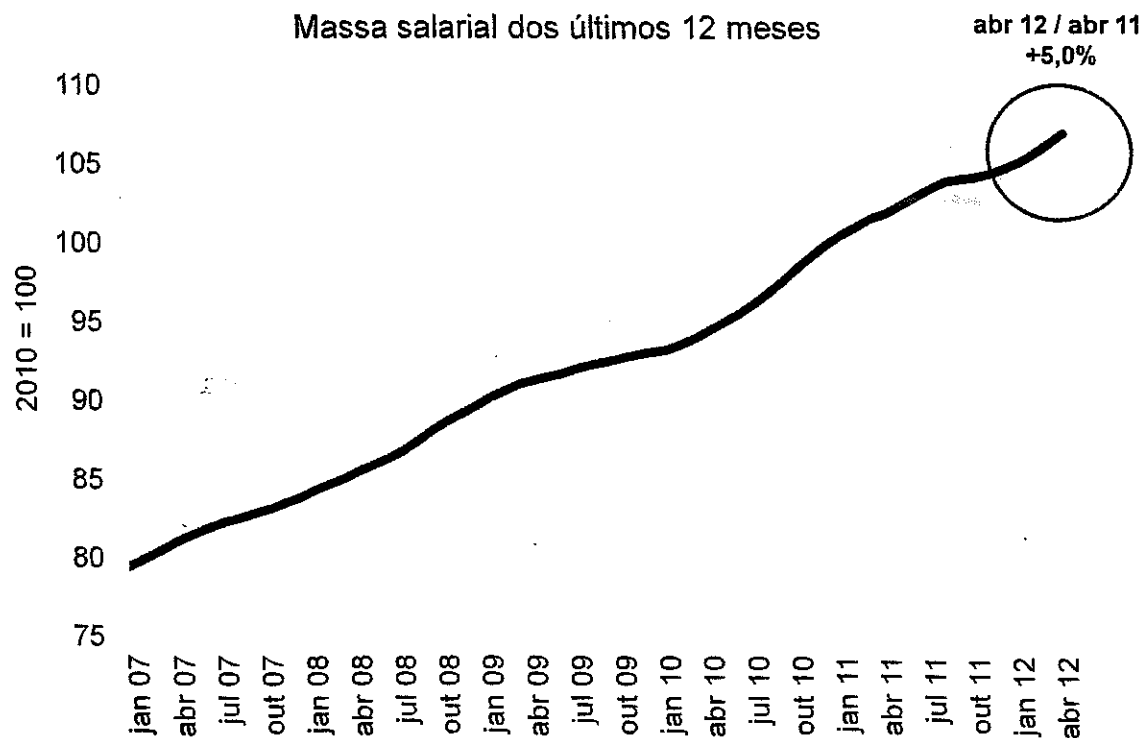


Fonte: IBGE

BANCO CENTRAL
DO BRASIL

11

Massa salarial em expansão

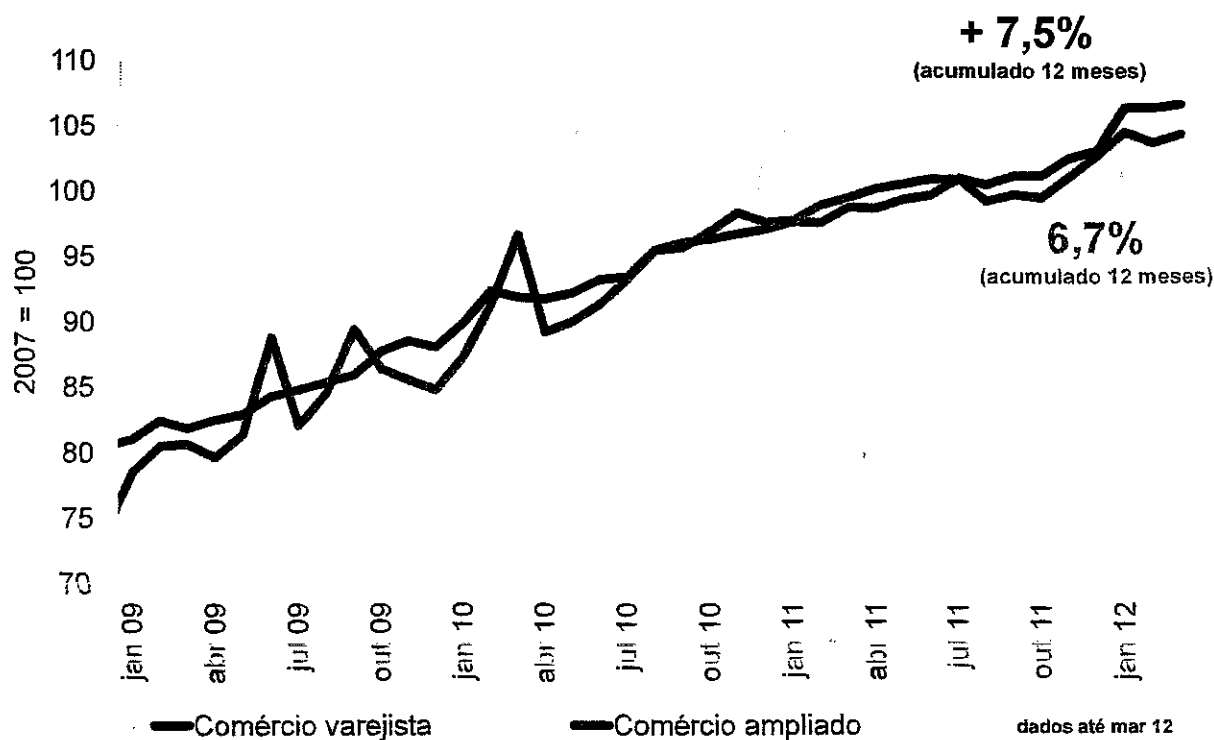


Fonte: IBGE

BANCO CENTRAL
DO BRASIL

12

Vendas no varejo mantêm ritmo de expansão



Fonte: IBGE

BANCO CENTRAL
DO BRASIL

11

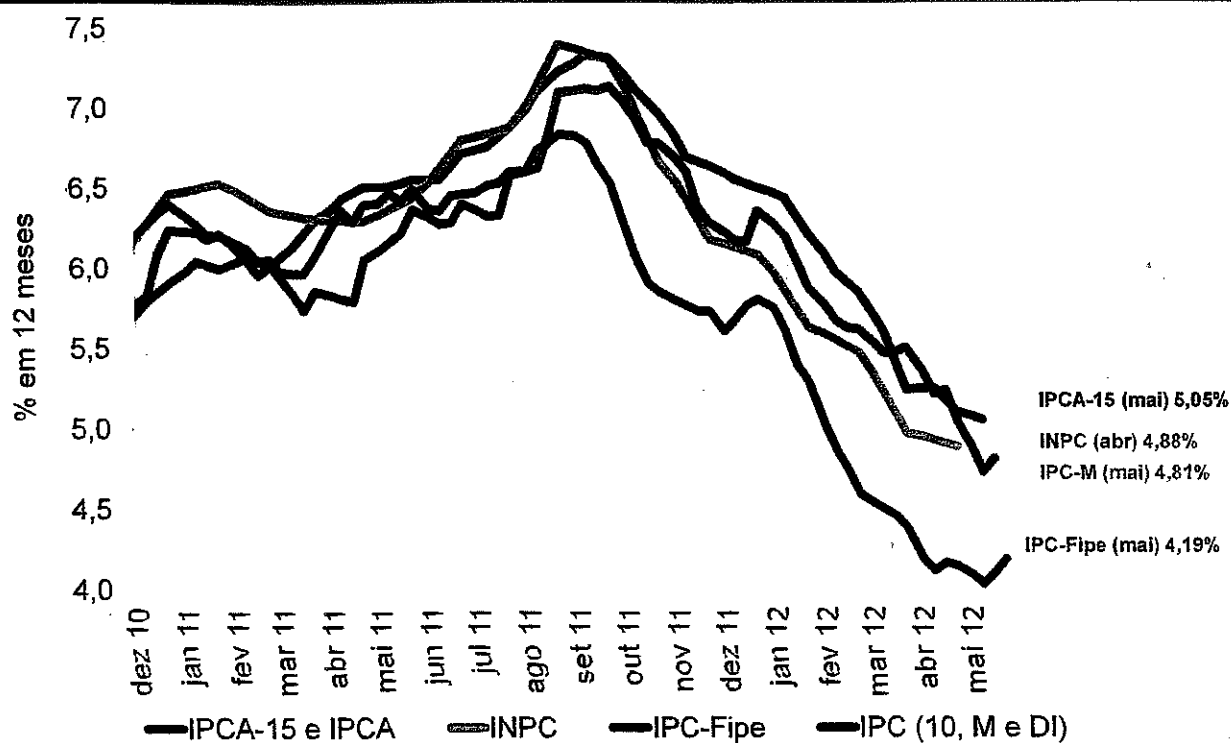
Economia brasileira

Inflação

BANCO CENTRAL
DO BRASIL

11

Preços ao consumidor



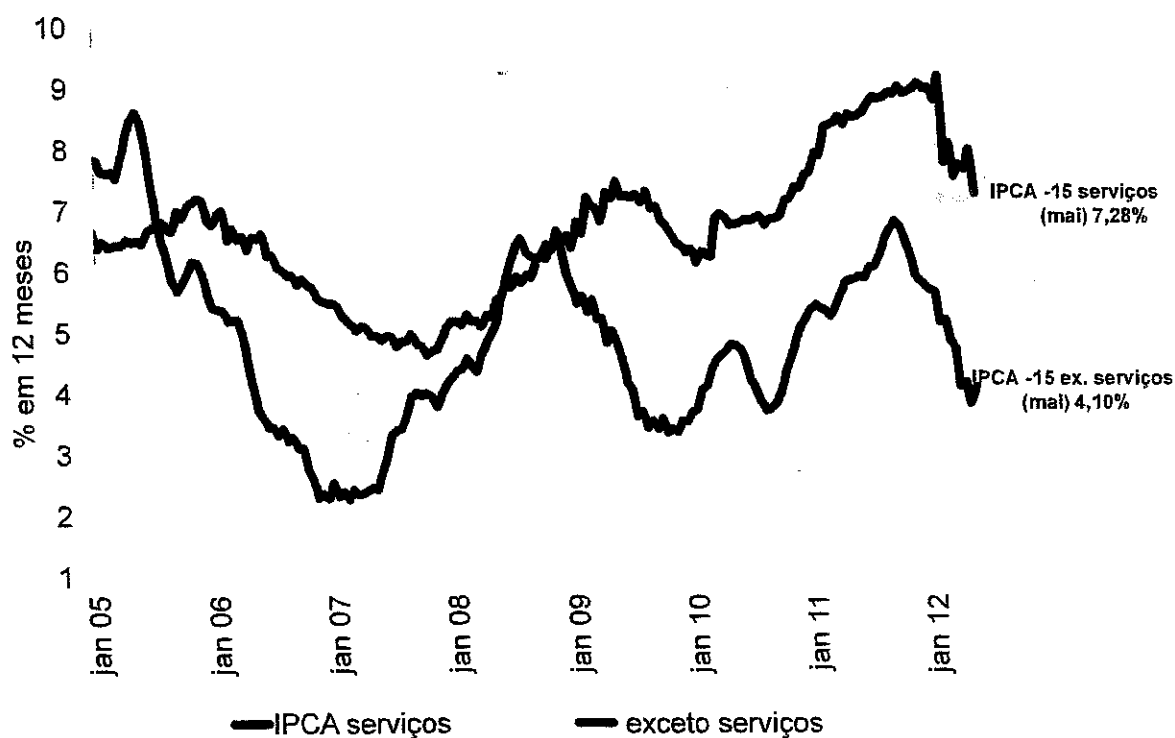
Índices encadeados de IPCA-15 e IPCA; quadrissemanas do IPC-Fipe; IPC-10, IPC-M e IPC-DI

Fonte: IBGE / Fipe / FGV

BANCO CENTRAL
DO BRASIL

7u

Preços de serviços



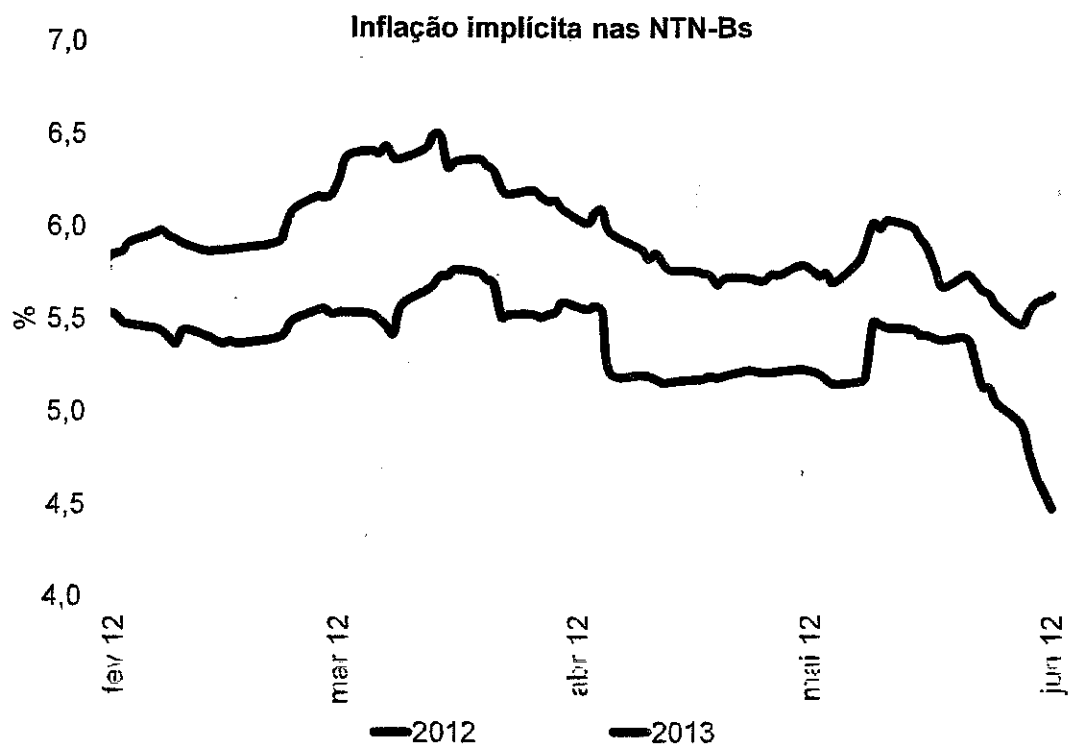
Índices encadeados de IPCA-15 e IPCA

Fonte: IBGE / BCB

BANCO CENTRAL
DO BRASIL

1e

Inflação: mercados sugerem convergência à meta

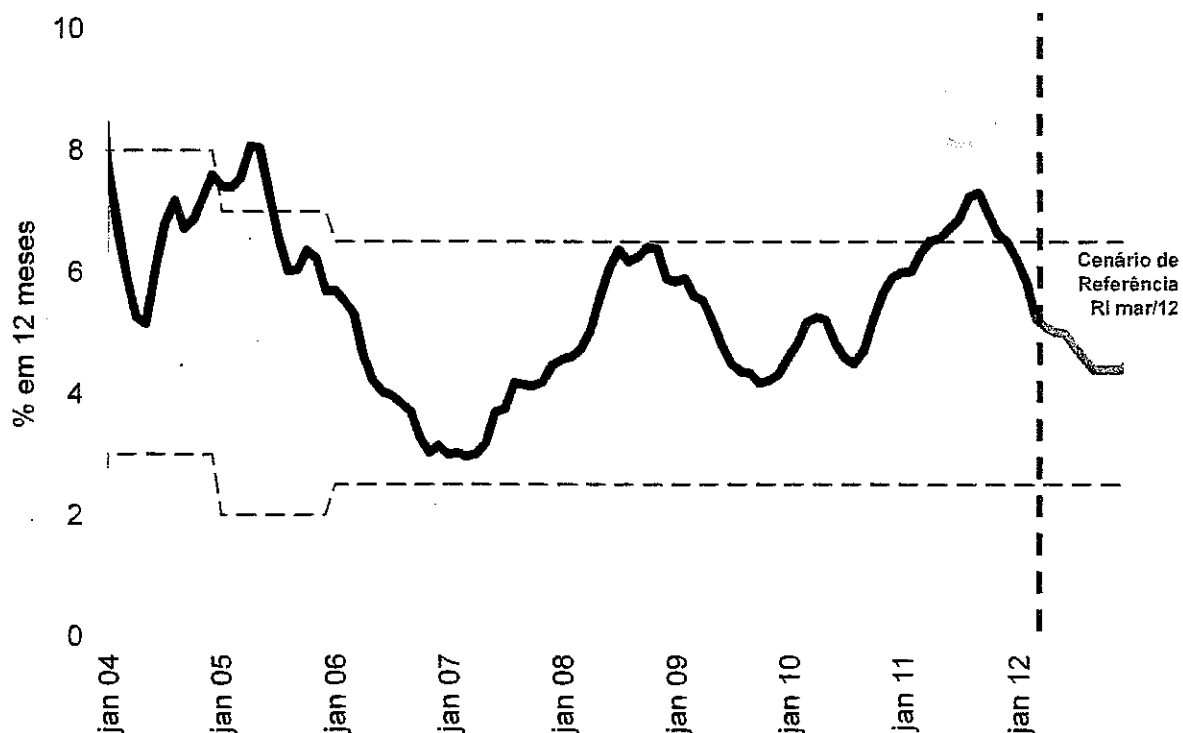


Fonte: BCB

BANCO CENTRAL
DO BRASIL

18

Inflação em processo de convergência à meta



Fonte: IBGE / BCB

BANCO CENTRAL
DO BRASIL

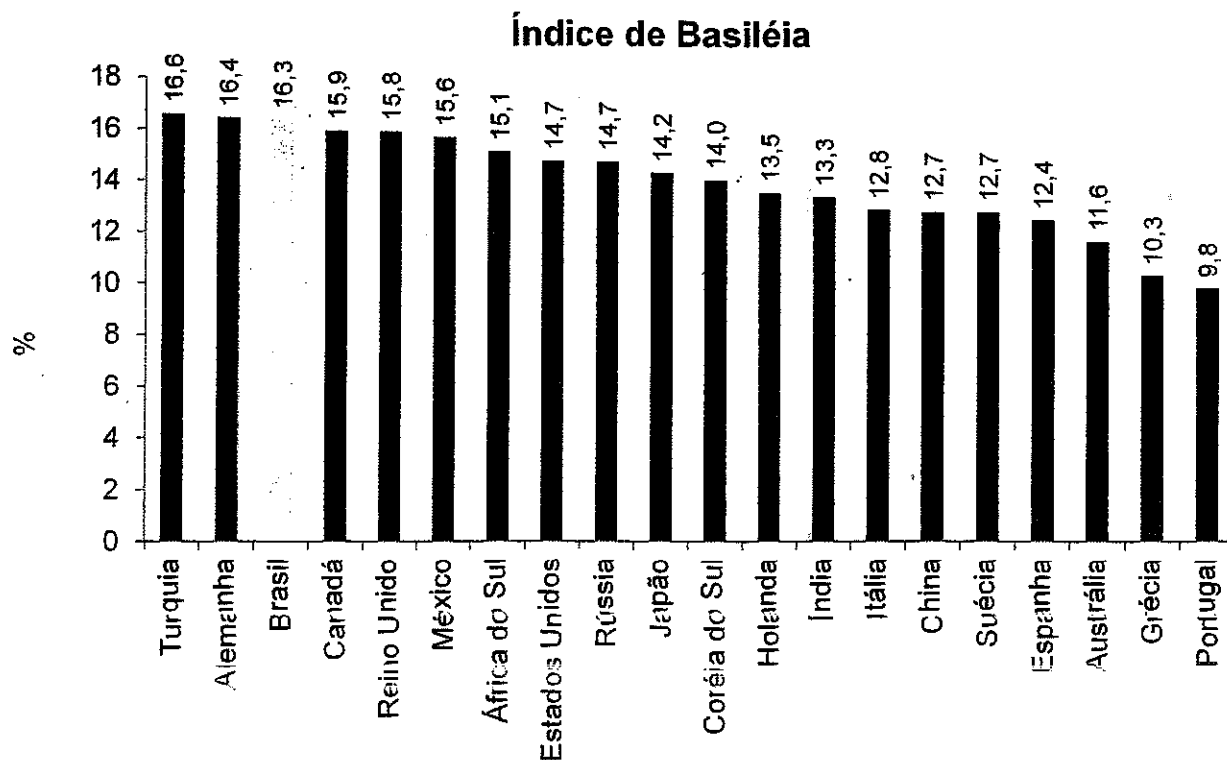
19

Sistema Financeiro Nacional e Mercado de Crédito

Sistema Financeiro Nacional sólido

- Fatores que garantem a solidez do SFN
 - Nível de capital acima do padrão internacional
 - Rigorosas regras de provisionamento
 - Elevados índices de liquidez

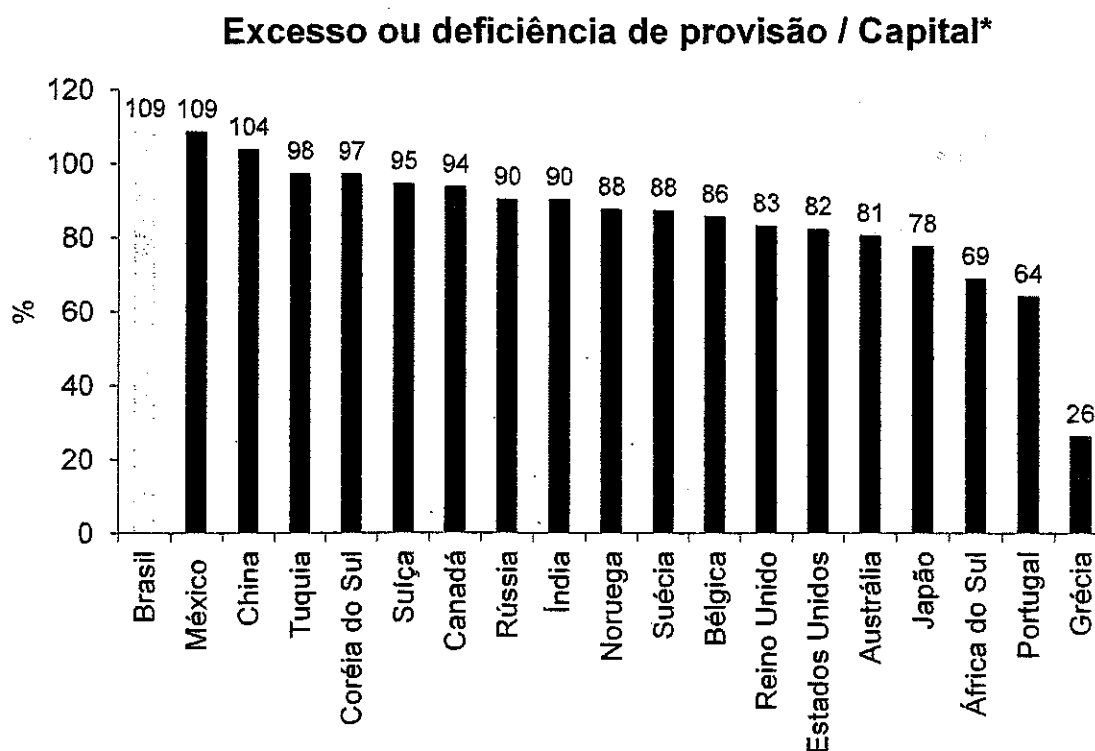
Sistema financeiro capitalizado



Fonte: FMI (2011 ou último dado disponível)

BANCO CENTRAL DO BRASIL u1

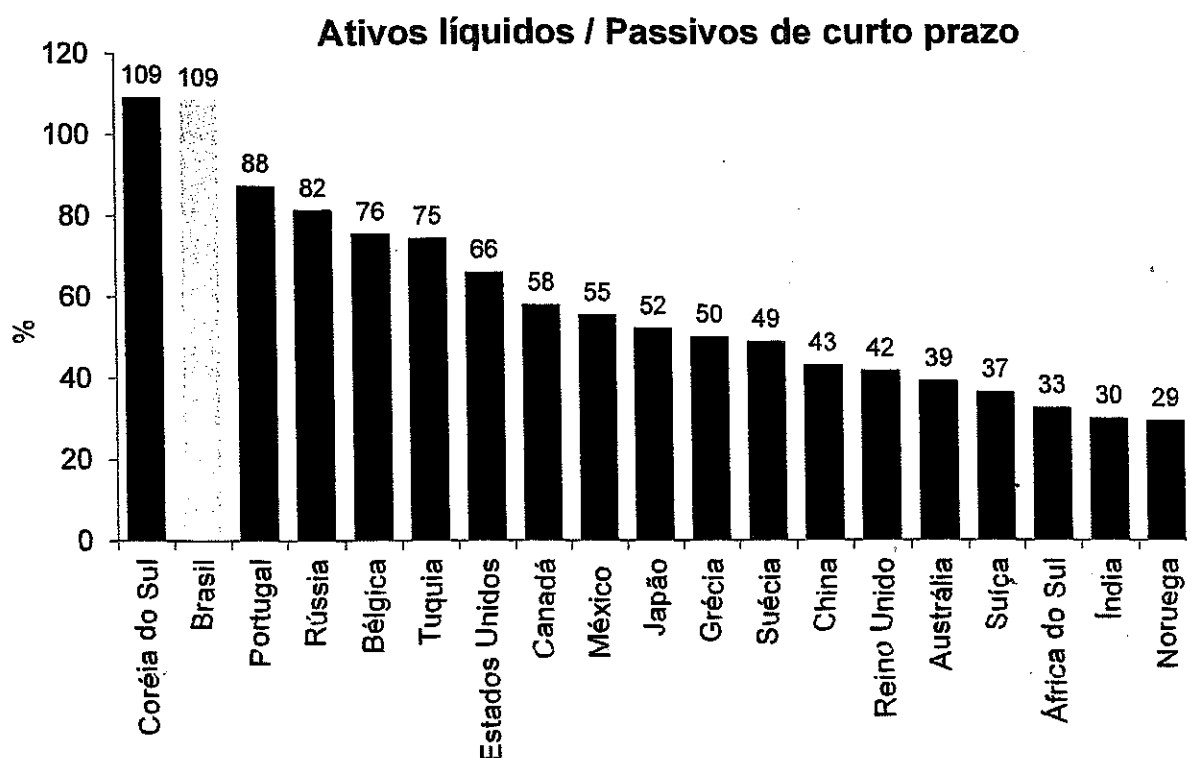
Sistema financeiro bem provisionado



Fonte: FMI (2011 ou último dado disponível)

BANCO CENTRAL DO BRASIL u2

Elevado nível de liquidez



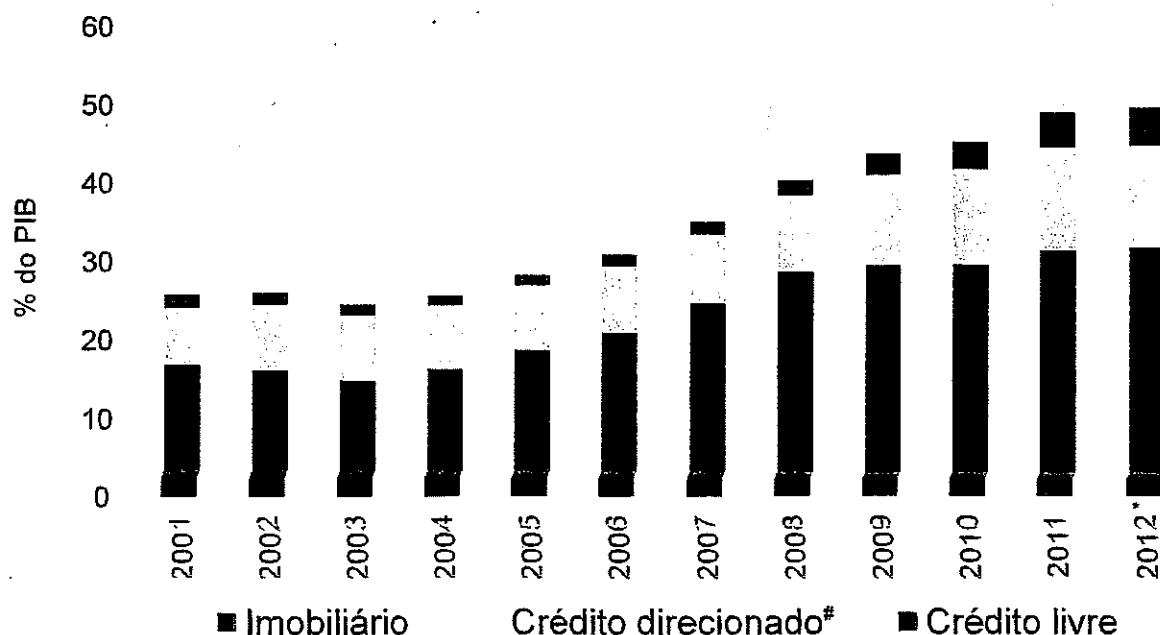
Fonte: FMI (2011 ou último dado disponível)

Expansão do crédito, com redução dos juros e spread

- O crédito expande de forma moderada
 - Saldo das operações de crédito cresceu 18% nos últimos doze meses (até abril)
 - Concessões em 2012 (até abril) estão 10% superiores ao mesmo período em 2011
- Dados recentes sinalizam:
 - recuperação das concessões, inclusive para o segmento de veículos
 - redução das taxas de juros e do spread

Crédito expande de forma sustentável

Crédito imobiliário crescendo em ritmo acelerado, mas ainda representa parcela pequena do crédito total no Brasil



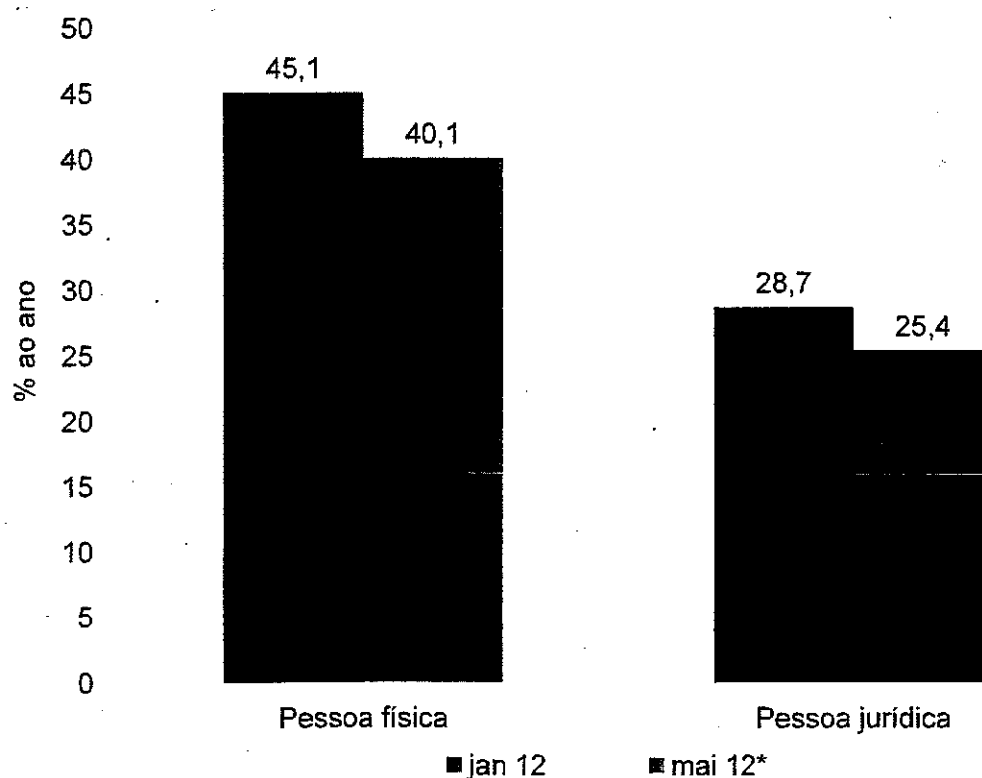
(#) Direcionado, exceto imobiliário

*até abr 12

Fonte: BCB

BANCO CENTRAL DO BRASIL

Redução da taxa de juros

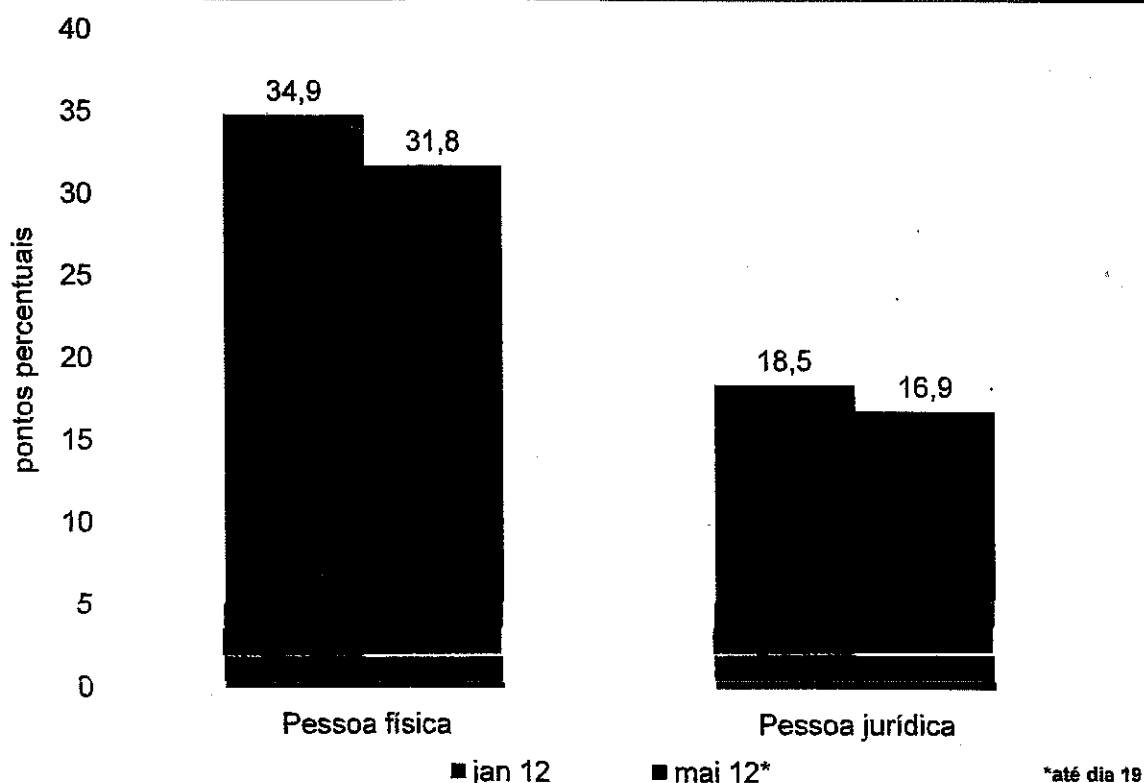


Fonte: BCB

BANCO CENTRAL DO BRASIL

*até dia 19

... e também do *spread* bancário



Fonte: BCB

 BANCO CENTRAL
DO BRASIL 

Perspectiva de redução da inadimplência

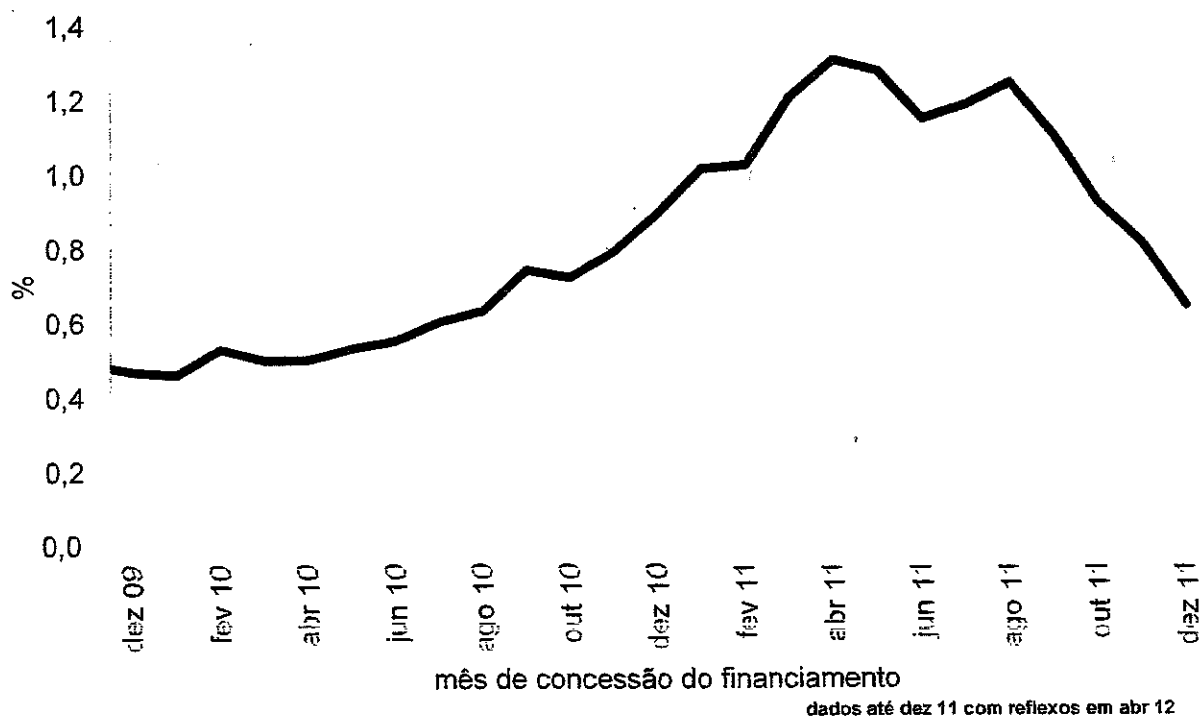
Fatores que sugerem a redução da inadimplência ao longo do 2º semestre:

- As concessões de crédito (veículos) realizadas a partir do segundo semestre de 2011 apresentam menor nível de inadimplência.
- O atual estágio do ciclo monetário
- As reduções dos juros e dos spreads bancários, que inclusive facilita o processo de refinanciamento e renegociação de dívidas
- A perspectiva de aceleração do crescimento ao longo do 2º semestre, a geração de novos postos de trabalho, a taxa de desemprego em nível historicamente baixo e a renda em ascensão
- A trajetória de queda da inflação, preservando os ganhos reais de salários
- O prazo curto de maturação dos créditos no Brasil, que propicia um ajuste mais rápido das dívidas

 BANCO CENTRAL
DO BRASIL 

Dados antecedentes indicam redução da inadimplência

Financiamento de veículos: inadimplência 4 meses após a concessão



Fonte: BCB

 BANCO CENTRAL
DO BRASIL

u=

Considerações Finais

 BANCO CENTRAL
DO BRASIL

22

Perspectivas da economia brasileira

- O Brasil apresenta sólidos fundamentos macroeconômicos e importantes colchões de liquidez
- O governo está avançando na agenda de reformas e realizando investimentos em infraestrutura
- O Sistema Financeiro Nacional apresenta níveis elevados de capital, de liquidez e de provisão
- A expansão do crédito prosseguirá ao longo dos próximos trimestres, em contexto de menores taxas de juros, *spread* e inadimplência
- O ritmo da atividade econômica no Brasil irá se acelerar ao longo dos próximos trimestres
- Inflação em trajetória de convergência para a meta



CONGRESSO NACIONAL

Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

**DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO
BANCO CENTRAL DO BRASIL**

1º semestre de 2011

(Aviso nº 21/2011-CN)

(em atendimento ao disposto no art. 9º, § 5º da Lei de Responsabilidade Fiscal)



CONGRESSO NACIONAL

AVISO

Nº 21, DE 2011

(nº 94/2011- BCB , na origem)

Aviso 94/2011-BCB

Brasília, 30 de agosto de 2011.

A Sua Excelência o Senhor
José Sarney
Presidente do Senado Federal
Senado Federal – Praça dos Três Poderes
70165-900 Brasília – DF

Assunto: Demonstrações Financeiras do Banco Central referentes ao 1º semestre de 2011.

Senhor Presidente,

Encaminho a V.Exa., em anexo, as Demonstrações Financeiras deste Banco Central referentes ao 1º semestre de 2011, conforme determina o art. 114 da Lei nº 12.309, de 9 de agosto de 2010 (Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2011).

2. Cabe ressaltar que, na forma do art. 7º, §§ 2º e 3º, da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), essas demonstrações são acompanhadas por Nota Explicativa contemplando:

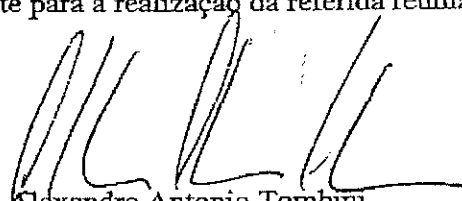
- a) o impacto e o custo fiscal das operações deste Banco Central;
- b) o custo de remuneração das disponibilidades do Tesouro Nacional;
- c) o custo de manutenção das reservas cambiais; e
- d) a rentabilidade da carteira de títulos, destacando os de emissão da União.

3. Informo, ainda, que tais dados encontram-se disponíveis na página desta Instituição na internet (www.bcb.gov.br).

4. Por oportuno, ressalto o disposto na Lei de Responsabilidade Fiscal, que determina em seu art. 9º, § 5º, que este Banco Central, no prazo de noventa dias após o encerramento de cada semestre, apresente, “em reunião conjunta das comissões temáticas pertinentes do Congresso Nacional, avaliação do cumprimento dos objetivos e metas das políticas monetária, creditícia e cambial, evidenciando o impacto e o custo fiscal de suas operações e os resultados demonstrados nos balanços”.

5. No sentido de dar cumprimento ao dispositivo legal mencionado e considerando o disposto no § 1º do art. 2º da Resolução nº 1, de 2006, do Congresso Nacional, este Banco Central coloca-se à inteira disposição para prestar os esclarecimentos necessários, na data em que V.Exa. julgar mais conveniente para a realização da referida reunião.

Atenciosamente,



Alexandre Antonio Tombini
Presidente

Anexo: 1 documento; 25 páginas.

Deafi/Diaco-2011/076

Brasília, 29 de agosto de 2011.

Ao
Chefe da Aspar

Assunto: Demonstrações financeiras do Banco Central do Brasil referentes ao 1º semestre de 2011.

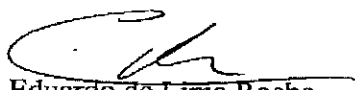
Encaminhamos, em anexo, as demonstrações financeiras do Banco Central referentes ao 1º semestre de 2011, para que sejam enviadas ao Congresso Nacional, conforme determina o art. 114 da Lei nº 12.309, de 9 de agosto de 2010 (Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2011).

2. Cabe ressaltar que, na forma do art. 7º, parágrafos 2º e 3º da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), essas demonstrações são acompanhadas por Nota Explicativa contemplando:

- a) o impacto e o custo fiscal das operações do Banco Central;
- b) o custo de remuneração das disponibilidades do Tesouro Nacional;
- c) o custo de manutenção das reservas cambiais;
- d) a rentabilidade da carteira de títulos, destacando os de emissão da União.

3. Por fim, lembramos que as demonstrações financeiras do Banco Central estão disponíveis na Internet no endereço www.bcb.gov.br.

Atenciosamente,


Eduardo de Lima Rocha
Chefe de Unidade

Anexo: 1 documento; 13 páginas.

BANCO CENTRAL DO BRASIL
BALANÇO PATRIMONIAL SINTÉTICO INTERMEDIÁRIO - EM 30.6.2011
Em milhares de Reais

R\$ 1

ATIVO		Notas	30.6.2011	31.12.2010	PASSIVO		Notas	30.6.2011	31.12.2010
ATIVO EM MOEDAS ESTRANGEIRAS					PASSIVO EM MOEDAS ESTRANGEIRAS				
Disponibilidades		4	20.431.156	13.885.931	Operações Contratadas a Liquidar		11	9.311.089	459.428
Depósitos a Prazo em Instituições Financeiras		5	44.303.521	48.029.836	Depósitos de Instituições Financeiras			1.110	1.185
Recursos sob Administração Externa					Compromisso de Recompra		8	85.282	8.392.305
Compromisso de Revenda		6	84.384	9.383.977	Derivativos			44.886	17.119
Derivativos			23.352	23.228	Créditos a Pagar			7.424.786	7.592.285
Títulos		7	462.115.578	412.773.953	Depósitos de Organismos Financeiros Internacionais			7.959.356	8.132.430
Créditos a Receber		9	1.579.223	1.549.397	Outros			126	-
Ouro			2.534.685	2.523.691					
Participação em Organismos Financeiros Internacionais		10	10.679.253	7.852.533					
Outros			-	1.099					
ATIVO EM MOEDA LOCAL			803.481.074	794.169.766	PASSIVO EM MOEDA LOCAL			1.231.627.672	1.100.609.428
Depósitos			619.861	618.462	Operações Contratadas a Liquidar		11	10.324.678	525.721
Títulos Públicos Federais		7	722.659.413	703.176.843	Depósitos de Instituições Financeiras		12	404.658.293	379.441.814
Créditos com o Governo Federal		8	95.754.230	48.634.162	Compromisso de Recompra		6	350.821.831	289.665.999
Créditos a Receber		9	41.382.803	39.073.828	Derivativos		13	122.332	-
Bens Móveis e Imóveis			759.376	767.478	Obrigações com o Governo Federal		8	443.358.078	410.521.771
Outros			2.258.391	1.922.205	Créditos a Pagar			1.345.643	1.248.578
					Depósitos de Organismos Financeiros Internacionais			520	941
					Provisões			20.768.912	20.168.047
					Outros			29.485	30.255
					MEIO CIRCULANTE				
							14	133.899.009	151.145.388
					PATRIMÔNIO LÍQUIDO				
								15.847.552	15.951.637
					Patrimônio			24.876.451	24.876.451
					Reserva de Resultados			1.806.016	1.806.016
					Reserva de Reavaliação			457.012	460.155
					Ganhos (Perdas) Reconhecidos Diretamente no Patrimônio			(11.580.930)	(10.762.888)
					TOTAL			1.405.909.850	1.290.299.581
					(As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras Sintéticas Intermediárias)			1.405.909.850	1.290.299.581

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO SINTÉTICA INTERMEDIÁRIA - 1º SEMESTRE DE 2011
Em milhares de Reais

	fl. 2
	Notas
	1º SEM/2011
	1º SEM/2010
Receitas com juros	48.905.123
Despesas com juros	36.293.447
Resultado líquido com juros	(60.665.476)
	(43.024.024)
	(13.760.353)
	(6.730.577)
Ganhos (perdas) com instrumentos financeiros classificados como Valor Justo a Resultado, destinados à negociação	27.024.191
	15.926.883
Ganhos (perdas) com instrumentos financeiros classificados como Valor Justo a Resultado, por designação da administração	2.137.591
	1.831.373
Ganhos (perdas) com moedas estrangeiras	(2.982.126)
	257.029
Outras receitas	1.257.906
	861.297
Outras despesas	(1.448.503)
	(1.342.810)
RESULTADO NO PERÍODO	12.230.706
	10.803.195

(As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras Sintéticas Intermediárias)

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE SINTÉTICA INTERMEDIÁRIA - 1º SEMESTRE DE 2011
Em milhares de Reais

	Notas	1º SEM/2011	1º SEM/2010	fl. 3
RESULTADO NO PERÍODO	19.1	12.230.706	10.803.195	
Ativos Disponíveis para Venda		<u>(307.942)</u>	<u>(809.922)</u>	
Ganhos (Perdas) Levados ao Patrimônio Líquido		(211.247)	(704.973)	
(Ganhos) Perdas Transferidos para o Resultado		(96.695)	(104.949)	
RESULTADO ABRANGENTE NO PERÍODO	19.2	11.922.764	9.993.273	

(As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras Sintéticas Intermediárias)

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO SINTÉTICA INTERMEDIÁRIA - 1º SEMESTRE DE 2011

Em milhares de Reais

fl. 4

	Nota	RESERVA DE RESULTADOS	RESERVA DE REVALIAÇÃO	GANHOS (PERDAS) RECONHECIDOS DIRETAMENTE NO PATRIMÔNIO	PATRIMÔNIO	PATRIMÔNIO LÍQUIDO TOTAL
Saldo em 31 de dezembro de 2010		1.508.019	460.155	(10.782.988)	24.675.451	15.968.637
Realização de Reservas de Reavaliação		-	(3.143)	-	3.143	-
Ganhos (perdas) reconhecidos diretamente no PL		-	-	(307.942)	-	(307.942)
Resultado do 1º semestre de 2011	19.1	-	-	-	12.230.708	12.230.708
Resultado a ser transferido para o Tesouro Nacional	8	-	-	-	(12.233.849)	(12.233.849)
Saldo em 30 de junho de 2011		1.508.019	457.012	(11.090.930)	24.675.451	15.947.562
Saldo em 31 de dezembro de 2009		1.508.019	466.440	(8.849.280)	24.675.451	20.088.660
Realização de Reservas de Reavaliação		-	(3.142)	-	3.142	-
Ganhos (perdas) reconhecidos diretamente no PL		-	-	(809.922)	-	(809.922)
Resultado do 1º semestre de 2010		-	-	-	10.803.195	10.803.195
Resultado a ser transferido para o Tesouro Nacional		-	-	-	(10.806.337)	(10.806.337)
Saldo em 30 de junho de 2010		1.508.019	463.298	(7.459.182)	24.675.451	19.285.586

(As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras Sintéticas Intermediárias)

DEMONSTRAÇÃO DE FLUXO DE CAIXA DE MOEDAS ESTRANGEIRAS SINTÉTICA INTERMEDIÁRIA - 1º SEMESTRE DE 2011
 Em milhares de reais

	1º SEM/2011	1º SEM/2010
<u>Fluxo de Caixa Líquido de Atividades Operacionais</u>	7.377.935	471.592
Recebimento de juros	4.486.334	3.875.244
(Compra) venda de títulos	(65.309.758)	1.224.831
Compra (venda) de moedas estrangeiras	61.995.130	24.029.982
(Aplicação) resgate de operações compromissadas	274.705	(13.132)
(Aplicação) resgate de depósitos a prazo	5.062.834	(29.757.759)
(Concessão) recebimento de créditos a receber	819.593	1.375.417
Recebimentos (pagamentos) decorrentes de operações com derivativos	106.899	(282.234)
Outros (pagamentos) recebimentos	(57.802)	19.243
<u>Fluxo de Caixa Líquido</u>	7.377.935	471.592
<u>Variação em Caixa e Equivalentes de Caixa</u>	7.377.935	471.592
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	13.865.931	13.864.571
Caixa e equivalentes de caixa no final do período	20.431.166	14.411.121
Efeito da variação cambial em caixa e equivalentes de caixa	(812.700)	74.958

(As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras Sintéticas Intermediárias)

1 - O BANCO E SUAS ATRIBUIÇÕES

O Banco Central do Brasil – Bacen, criado com a promulgação da Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964, é uma autarquia federal integrante do sistema financeiro nacional e tem como missão assegurar a estabilidade do poder de compra da moeda e um sistema financeiro sólido e eficiente. O Bacen está sediado em Brasília – Distrito Federal, no Setor Bancário Sul, quadra 3, bloco B e possui representações em nove outras unidades da federação.

Estas demonstrações financeiras sintéticas intermediárias foram apreciadas pelo Diretor de Administração, que encaminhou, em 16 de agosto de 2011, voto favorável para sua aprovação. Conforme o previsto na Lei nº 4.595, de 1964, estas demonstrações tiveram sua divulgação autorizada pelo Conselho Monetário Nacional – CMN em 25 de agosto de 2011 e encontram-se publicadas no sítio do Bacen na internet (www.bcb.gov.br).

2 - APRESENTAÇÃO

As Demonstrações Financeiras Sintéticas Intermediárias do Bacen em 30 de junho de 2011 foram elaboradas de acordo com as Normas Internacionais de Informações Financeiras – IFRS, emitidas pelo *International Accounting Standards Board* – IASB, e seguem o disposto na Norma Internacional de Contabilidade – IAS 34 – Demonstrações Financeiras Intermediárias. Assim, não incluem todas as divulgações exigidas para as demonstrações financeiras completas, devendo ser lidas em conjunto com as Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2010.

A IFRS 9 – Instrumentos Financeiros, cuja aplicação será obrigatória a partir dos exercícios iniciados em 1º de janeiro de 2013, não foi aplicada antecipadamente, tendo em vista que:

- a) a substituição da IAS 39 – Instrumentos Financeiros – Reconhecimento e Mensuração deverá ser efetuada pelo IASB em três fases, conforme a seguir:
 - Fase 1: classificação e mensuração;
 - Fase 2: *impairment*; e
 - Fase 3: contabilidade de *hedge*.
- b) dessas fases, apenas a primeira foi concluída, estando prevista pelo IASB a efetiva conclusão das três fases para o 2º semestre de 2011; e
- c) a revisão parcial da contabilização de instrumentos financeiros poderia trazer distorções às demonstrações financeiras do Bacen.

Em função dos aspectos anteriormente elencados e, também, de que instrumentos financeiros compõem a quase totalidade de ativos e passivos do Bacen, não é possível efetuar uma previsão da data da adoção desse normativo e, tampouco, estimar seus possíveis efeitos sobre as demonstrações financeiras.

3 - PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

A seguir, apresentamos um resumo das principais práticas contábeis utilizadas pelo Bacen, que foram consistentemente aplicadas às informações financeiras comparativas.

3.1. Apuração do resultado

O resultado do Bacen é apurado semestralmente em conformidade com o regime de competência e transferido ao Tesouro Nacional, se positivo, ou por ele coberto, se negativo (notas 19.1 e 22.a).

3.2. Reconhecimento de receitas e despesas de juros

As receitas e despesas de juros são reconhecidas utilizando-se a taxa de juros efetiva, a qual desconta exatamente o fluxo futuro de recebimentos e pagamentos de um ativo ou passivo financeiro para seu valor líquido contábil, em função de seus prazos contratuais. Esse cálculo considera todos os valores relevantes pagos ou recebidos entre as partes, tais como taxas, comissões, descontos e prêmios.

As receitas e despesas de juros apresentadas na demonstração de resultado incluem as receitas e despesas de juros dos ativos e passivos financeiros do Bacen não classificados na categoria Valor Justo a Resultado.

3.3. Ativos e passivos em moeda estrangeira

A moeda funcional e de apresentação destas demonstrações financeiras é o Real. Operações em moedas estrangeiras são convertidas para Reais pela taxa vigente na data das operações.

Mensalmente, os ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras são convertidos pelas taxas de câmbio do final do mês e os ganhos e perdas resultantes são reconhecidos no resultado. O quadro a seguir apresenta as taxas cambiais utilizadas na data de fechamento do balanço:

	30.6.2011	31.12.2010
Dólar	1,5607	1,6658
Euro	2,2661	2,2273
Dólar Canadense	1,6187	1,6694
Libra Esterlina	2,5068	2,5868
Dólar Australiano	1,6746	1,6953
DES	2,4979	2,5654
Ouro (onça-troy)	2.343,1569	2.355,7744

As taxas de câmbio utilizadas são aquelas livremente fixadas pelos agentes e divulgadas pelo Bacen, exceto a cotação do ouro, que é a *PM Fixing*, divulgada pela Bolsa de Londres, convertida para Reais pela taxa do dólar da data de balanço. As taxas de câmbio têm como base a média das taxas efetivas de transações no mercado interbancário à vista, ponderada pelo volume de transações. As transações fechadas em taxas que mais se distanciam da média do mercado (*outliers*) e as transações evidenciando formação artificial de preço ou contrária às práticas regulares do mercado são excluídas dos cálculos.

O Direito Especial de Saque – DES é a unidade contábil utilizada pelo Fundo Monetário Internacional – FMI e tem sua taxa referenciada em uma cesta de moedas que são livremente utilizáveis em transações internacionais, atualmente o euro (EUR), o iene (JPY), a libra esterlina (GBP) e o dólar norte-americano (USD).

3.4. Ativos e passivos financeiros

3.4.1 Reconhecimento

Os ativos e passivos financeiros são registrados pelo valor justo no momento da contratação, ou seja, na data em que o Bacen se compromete a efetuar a compra ou a venda, sendo que, para aqueles não classificados na categoria Valor Justo a Resultado, esse valor inclui todos os custos incorridos na operação.

3.4.2 Baixa

Os ativos financeiros são baixados pela liquidação financeira, pela inexistência de perspectiva de realização ou pela perda do direito de realização.

Os passivos financeiros são baixados quando as obrigações são quitadas, canceladas ou expiram.

O Bacen possui operações em que transfere os ativos reconhecidos em seu balanço patrimonial, mas detém o controle por meio da retenção de riscos e do direito às receitas e despesas. Dessa forma, esses ativos não são "baixados" da contabilidade. As principais operações com essas características são os Compromissos de Recompra e os Empréstimos de Títulos.

3.4.3 Registro de ativos e passivos pelo saldo líquido

Ativos e passivos financeiros são registrados pelo valor líquido quando existe a previsão legal e a intenção de que os pagamentos e recebimentos decorrentes sejam efetuados pelo saldo líquido.

3.4.4 Classificação dos instrumentos financeiros

Na data da contratação, os ativos financeiros são classificados em uma das seguintes categorias: Valor Justo a Resultado, Mantidos até o Vencimento, Empréstimos e Recebíveis ou Disponíveis para Venda. Após o registro inicial, os ativos são avaliados de acordo com a classificação efetuada:

a) Valor justo a resultado

Um instrumento financeiro é classificado na categoria Valor Justo a Resultado, com ganhos e perdas decorrentes da variação do valor justo reconhecidos no resultado, em ocorrendo uma das seguintes situações:

- se existir a intenção de negociação no curto prazo;
- se for um instrumento derivativo;

- por decisão da Administração, quando essa classificação apresentar informações mais relevantes e desde que esses ativos façam parte de uma carteira que seja avaliada e gerenciada com base no valor justo;

b) Mantidos até o vencimento

Compreende os ativos financeiros não derivativos para os quais a entidade tenha a intenção e a capacidade de manter até o vencimento. Esses ativos são avaliados pelo custo amortizado, sendo os juros, calculados utilizando-se a taxa de juros efetiva, reconhecidos no resultado pelo regime de competência;

c) Empréstimos e recebíveis

Inclui os ativos financeiros não derivativos com amortizações fixas ou determináveis e que não são cotados em mercado. Esses ativos são avaliados pelo custo amortizado, sendo os juros, calculados utilizando-se a taxa de juros efetiva, reconhecidos no resultado pelo regime de competência;

d) Disponíveis para venda

Esta categoria registra os ativos financeiros não derivativos não classificados nas demais categorias, uma vez que a Administração não possui expectativa determinada de venda. Esses ativos são avaliados pelo valor justo e têm seus ganhos e perdas levados ao patrimônio líquido, sendo reconhecidos no resultado no momento da sua efetiva realização. Entretanto, os juros, calculados utilizando-se a taxa de juros efetiva, são reconhecidos no resultado pelo regime de competência.

3.4.5 Metodologia de avaliação

O valor justo é o valor de mercado divulgado pelas principais centrais de custódia ou provedores de informações econômicas. Para os instrumentos sem mercado ativo, o valor justo é calculado com base em modelos de precificação que incluem o valor das últimas negociações ocorridas, o fluxo de caixa descontado e o valor justo de instrumentos financeiros semelhantes. Os modelos utilizados são avaliados por um comitê multidepartamental, a quem cabe sugerir novas metodologias ou aprimoramentos.

O custo amortizado é o valor da data de reconhecimento, atualizado pelos juros contratuais utilizando-se a taxa de juros efetiva, menos eventuais amortizações e reduções por perda de valor.

O quadro a seguir apresenta um resumo dos principais instrumentos financeiros e suas classificações:

<u>Ativo em Moedas Estrangeiras</u>	<u>Categoria</u>	<u>Metodologia de Avaliação / Fonte de Informação</u>
Disponibilidades	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado
Depósitos a Prazo em Instituições Financeiras	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado
Recursos sob Administração Externa	Valor justo a resultado	Valor justo - Administrador
Compromisso de Revenda	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado
Derivativos - Futuros	Valor justo a resultado	Valor justo - Bolsas
Derivativos - Forward	Valor justo a resultado	Valor justo - Bloomberg
Títulos	Valor justo a resultado	Valor justo - Bloomberg
Créditos a Receber	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado
Ouro	Disponíveis para venda	Valor justo - PM Fixing - Bolsa de Londres
Participação em Organismos Financeiros Internacionais	Disponíveis para venda	Valor justo - Valor de resgate em Reais
<u>Ativo em Moeda Local</u>	<u>Categoria</u>	<u>Metodologia de Avaliação / Fonte de Informação</u>
Disponibilidades	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado
Depósitos	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado
Compromisso de Revenda	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado
Derivativos - Swap	Valor justo a resultado	Valor justo - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros
Derivativos - Equalização Cambial	Valor justo a resultado	Valor justo - Bacen
Títulos Públicos Federais - LTN	Disponíveis para venda	Valor justo - Anbima
Títulos Públicos Federais - exceto LTN	Mantidos até o vencimento	Custo amortizado
Créditos com o Governo Federal	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado
Créditos a Receber - Instituições em Liquidação Extrajudicial	Valor justo a resultado	Valor justo - Valor justo das garantias
Créditos a Receber - Outros	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado

<u>Passivo em Moedas Estrangeiras</u>	<u>Categoria</u>	<u>Metodologia de Avaliação / Fonte de Informação</u>
Operações Contratadas a Liquidar	Outros Passivos	Custo amortizado
Depósitos de Instituições Financeiras	Outros Passivos	Custo amortizado
Compromisso de Recompra	Outros Passivos	Custo amortizado
Derivativos - Futuros	Valor justo a resultado	Valor justo - Bolsas
Derivativos - Forward	Valor justo a resultado	Valor justo - Bloomberg
Créditos a Pagar	Outros Passivos	Custo amortizado
Depósitos de Organismos Financeiros Internacionais	Outros Passivos	Custo amortizado

<u>Passivo em Moeda Local</u>	<u>Categoria</u>	<u>Metodologia de Avaliação / Fonte de Informação</u>
Operações Contratadas a Liquidar	Outros Passivos	Custo amortizado
Depósitos de Instituições Financeiras	Outros Passivos	Custo amortizado
Compromisso de Recompra	Outros Passivos	Custo amortizado
Derivativos - Swap	Valor justo a resultado	Valor justo - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros
Derivativos - Equalização Cambial	Valor justo a resultado	Valor justo - Bacen
Obrigações com o Governo Federal	Outros Passivos	Custo amortizado
Créditos a Pagar	Outros Passivos	Custo amortizado
Depósitos de Organismos Financeiros Internacionais	Outros Passivos	Custo amortizado

3.4.6 Provisão para perda de ativos financeiros

O Bacen efetua, no mínimo semestralmente, uma avaliação para verificar se existem evidências de perdas de valor de seus ativos financeiros.

Somente são consideradas evidências objetivas de perda os fatos ocorridos após o reconhecimento inicial do ativo que tenham impacto no fluxo estimado de recebimentos e desde que esse impacto possa ser estimado com confiança. São considerados, por exemplo, os seguintes eventos:

- dificuldades financeiras do devedor;
- o não pagamento de parcelas da obrigação, do principal ou de juros;
- renegociação ou abatimento;
- liquidação extrajudicial, falência e reorganização financeira;
- desaparecimento de mercado ativo, em função de dificuldades financeiras do emissor.

Se existirem evidências objetivas de perda nos ativos avaliados pelo custo amortizado, o valor da perda é calculado pela diferença entre o valor do ativo na data da avaliação e o valor que se espera receber ajustado a valor presente pelas taxas contratuais, sendo o valor do ativo ajustado com o uso de uma conta de provisão e o valor da perda reconhecido no resultado.

A avaliação é efetuada por um comitê multidepartamental, a quem cabe verificar a propriedade dos valores e metodologias utilizadas.

Para os ativos classificados na categoria Disponíveis para Venda, havendo evidências objetivas de perda permanente, a perda acumulada reconhecida no patrimônio líquido deve ser transferida para a demonstração de resultado, mesmo não havendo a realização do ativo.

Quando um ativo é considerado não recebível, seu valor é baixado contra a conta de provisão. Eventuais recebimentos posteriores de ativos baixados são reconhecidos como receita.

Se, em períodos subsequentes, ocorrer alteração nas condições de recebimento do ativo, e essa alteração ocasionar reversão de provisão anteriormente reconhecida, o valor da reversão é reconhecido como receita, com exceção das participações societárias, para as quais a provisão para perda não pode ser revertida.

3.4.7 Derivativos

Os derivativos são reconhecidos pelo valor justo desde a data da contratação e são demonstrados como ativo, quando o valor justo for positivo, e como passivo, quando o valor justo for negativo.

O Bacen não aplica a contabilidade de *hedge* prevista na IAS 39 e, assim, reconhece todos os ganhos e perdas na demonstração de resultado.

3.5. Bens móveis e imóveis

Essa rubrica compreende os terrenos, edificações e equipamentos utilizados pelo Bacen em suas atividades, bem como o acervo de obras de arte e metais preciosos, exceto ouro monetário, e são contabilizados pelo custo, deduzida a depreciação acumulada, quando aplicável. No custo estão incluídas

todas as despesas diretamente atribuíveis à aquisição ou construção do bem. Gastos posteriores somente são adicionados ao custo dos bens se for provável e mensurável um incremento no fluxo financeiro decorrente desse acréscimo. As demais despesas de manutenção e reparo são reconhecidas no resultado.

Os terrenos, obras de arte e metais preciosos não são depreciados. Os demais ativos são depreciados pelo método linear, reconhecendo seu custo pela vida útil estimada dos bens:

- a) edificações: 62,5 anos;
- b) bens móveis:
 - equipamentos para informática e veículos: 5 anos;
 - outros materiais permanentes: 10 anos.

3.6. Provisões para pagamento de passivos

3.6.1 Ações judiciais

O Bacen reconhece uma provisão quando existe um provável desembolso de recursos, e desde que esse valor possa ser estimado com confiança. Quando o desembolso de recursos não for provável, mas apenas possível, nenhuma provisão é reconhecida.

3.6.2 Benefícios pós-emprego

O Bacen patrocina planos de benefícios pós-emprego referentes a aposentadorias e pensões e a assistência médica, todos na modalidade de benefício definido.

Um plano de benefício definido é aquele em que o valor dos benefícios a que os servidores terão direito no momento da aposentadoria é previamente estabelecido, tendo em vista um ou mais fatores, tais como idade e tempo de contribuição.

A provisão reconhecida no balanço é o valor presente das obrigações menos o valor justo dos ativos dos planos. O valor das obrigações é calculado anualmente por atuários independentes.

O superávit atuarial decorre do excesso de ativos em relação aos benefícios a pagar do plano Centrus – Fundação Banco Central de Previdência Privada, o qual é reconhecido no balanço na extensão dos benefícios esperados.

3.7. Imunidade tributária

De acordo com o previsto na Constituição Federal brasileira, o Bacen possui imunidade quanto à cobrança de impostos sobre seu patrimônio e sobre as rendas e serviços relacionados às suas atividades. Entretanto, está obrigado a recolher taxas e contribuições e a efetuar retenções de tributos referentes aos pagamentos de serviços prestados por terceiros.

3.8. Demonstração de fluxo de caixa

O objetivo da Demonstração de Fluxo de Caixa é demonstrar a capacidade de uma entidade de gerar caixa para fazer face às suas necessidades de liquidez. Tendo em vista que o Bacen é a instituição responsável pela liquidez do sistema financeiro e, portanto, detentor do direito de emissão, a Administração entende que a demonstração referente às suas operações deve se limitar àquelas em moedas estrangeiras, pois essas se encontram fora de sua prerrogativa de emissão.

Para fins da Demonstração de Fluxo de Caixa, caixa e equivalentes de caixa incluem o disponível em caixa e os depósitos à vista e a curtíssimo prazo.

4 - DISPONIBILIDADES

Compreendem a parcela das reservas internacionais mantida pelo Bacen como depósitos à vista e a curtíssimo prazo, de acordo com sua política de administração de risco. Reservas internacionais são os ativos monetários disponíveis para a cobertura de desequilíbrios de pagamentos e, em algumas situações, para outras necessidades financeiras das autoridades monetárias de um país.

A variação no período decorre do aumento de depósitos a curtíssimo prazo visando a constituição de fundos para atender possíveis necessidades de liquidez, sobretudo aquelas relacionadas ao retorno do programa de gerenciamento externo das reservas.

5 - DEPÓSITOS A PRAZO EM INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS

Compreendem a parcela das reservas internacionais mantida pelo Bacen como depósitos a prazo fixo em instituições financeiras, de acordo com sua política de administração de risco.

A variação no saldo desses depósitos no período deve-se, principalmente, à apreciação do Real frente ao dólar norte-americano, moeda na qual está denominada a maior parte desses depósitos.

6 - OPERAÇÕES COMPROMISSADAS

São operações em que ocorre uma compra à vista concomitante à assunção do compromisso de revenda em data futura (Compromisso de Revenda) ou uma venda à vista concomitante à assunção do compromisso de recompra em data futura (Compromisso de Recompra). Nessas operações, tendo em vista suas características, os bens negociados são contabilizados como garantias, exceto no caso das operações de compra e venda de moeda estrangeira, uma vez que a liquidação financeira ocorre somente contra pagamento na data pactuada, ou seja, o próprio recebimento da moeda negociada liquida a operação. No mercado externo, o Bacen normalmente contrata com a mesma contraparte uma operação de venda com compromisso de recompra (*repo*) concomitantemente a uma compra com compromisso de revenda (*reverse repo*), sendo que a liquidação financeira dessas operações ocorre de maneira independente.

6.1. Em moedas estrangeiras

A variação no período decorre da diminuição da contratação dessas operações, tendo em vista a menor liquidez e as baixas taxas de retorno verificadas no mercado externo.

6.2. Em moeda local

	30.6.2011	31.12.2010
Compromisso de Recompra	350.621.831	288.665.899
Títulos	350.621.831	288.665.899
Garantias	350.575.858	289.501.637
Com livre movimentação	166.835.877	143.180.011
Sem livre movimentação	183.739.981	146.321.626

A variação no saldo das operações com compromisso de recompra deve-se ao aumento do nível de liquidez do mercado interno decorrente da atuação do Bacen no mercado interbancário de câmbio, por intermédio de leilões de compra de moeda estrangeira, e do resgate líquido de títulos públicos em poder do mercado, incluindo-se pagamentos de juros.

7 - TÍTULOS

7.1. Em moedas estrangeiras

	30.6.2011	31.12.2010
Títulos livres	460.803.020	405.661.032
1 mês	986.851	3.929.977
1 - 6 meses	12.268.041	32.504.250
6 - 12 meses	20.993.093	15.882.816
1 - 5 anos	391.283.162	331.374.640
+ de 5 anos	35.271.873	21.969.349
Títulos vinculados a operações compromissadas	-	7.108.326
+ de 5 anos	-	7.108.326
Títulos vinculados a garantias	-	4.595
+ de 5 anos	-	4.595
Títulos vinculados a operações de venda definitiva a liquidar	1.312.556	-
1 - 5 anos	1.299.436	-
+ de 5 anos	13.120	-
Total	462.115.576	412.773.953

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS SINTÉTICAS INTERMEDIÁRIAS EM 30 DE JUNHO DE 2011
(Os valores estão expressos em milhares de Reais, a não ser quando declarado de maneira diferente)

R. 12

Referem-se a títulos prefixados de emissão de tesouros nacionais, de organismos supranacionais ou multilaterais e de agências, adquiridos pelo Bacen conforme sua política de investimentos. Constituem parte das reservas internacionais e têm como principais objetivos diversificar os tipos de investimento e de riscos, incrementar a rentabilidade e manter diferentes níveis de liquidez.

Esses títulos estão classificados na categoria Valor Justo a Resultado. O quadro a seguir demonstra o valor de custo amortizado desses ativos e o valor ajustado a mercado:

	30.6.2011	31.12.2010
Custo amortizado	459.782.136	411.124.207
Ajuste a mercado	2.333.440	1.649.746
Contabilidade	462.115.576	412.773.953

O aumento da carteira de títulos em moedas estrangeiras no período ocorreu em função, principalmente, da aplicação de recursos oriundos de leilões de compra de moeda estrangeira realizados pelo Bacen no mercado interno, tendo sido compensado em parte pela apreciação do Real frente ao dólar norte-americano (nota 3.3), moeda na qual está denominada parte significativa dessa carteira.

7.2. Em moeda local

Em 30.6.2011

	até 1 mês	1 - 6 meses	6 - 12 meses	1 - 5 anos	> 5 anos	Total
Títulos livres	45.957.907	21.990.013	9.674.330	172.632.891	121.495.661	371.750.802
LTN	45.957.907	12.118.939	-	44.646.855	-	102.723.701
LFT	-	6	5	56.188.015	779.407	56.967.432
NTN-B	-	9.871.069	-	37.349.384	100.675.131	147.895.584
NTN-F	-	-	9.674.325	34.448.637	20.041.123	64.164.085
Títulos vinculados a operações compromissadas	-	35.374.708	56.858.401	188.159.670	68.350.227	348.743.006
LTN	-	-	-	50.671.732	-	50.671.732
LFT	-	28.479.538	50.936.078	89.890.760	4.440.872	183.847.238
NTN-B	-	6.895.170	-	25.599.858	39.098.848	71.593.876
NTN-F	-	-	5.922.323	11.897.330	24.810.507	42.630.160
Títulos vinculados a garantias de operações	-	-	-	2.164.400	-	2.164.400
LFT	-	-	-	2.164.400	-	2.164.400
Títulos inegociáveis	-	-	-	88	117	205
NTN-P	-	-	-	88	117	205
Total	45.957.907	57.364.721	66.532.731	362.957.049	189.846.005	722.658.413

Em 31.12.2010

	até 1 mês	1 - 6 meses	6 - 12 meses	1 - 5 anos	> 5 anos	Total
Títulos livres	41.666.386	23.901.233	28.578.997	196.756.851	125.836.676	416.740.143
LTN	30.475.491	-	24.946.611	12.776.566	-	68.198.668
LFT	-	14.761.015	4	110.316.411	4.497.817	129.575.247
NTN-B	-	9.140.218	3.632.382	42.343.555	98.176.097	153.292.252
NTN-F	11.190.895	-	-	31.320.319	23.162.762	65.673.976
Títulos vinculados a operações compromissadas	-	28.301.763	68.480.946	149.620.448	39.022.145	286.435.302
LTN	-	-	30.069.343	13.764.819	-	43.834.162
LFT	-	26.408.499	26.988.015	88.004.945	-	141.401.459
NTN-B	-	1.893.264	12.433.588	17.733.675	19.360.674	51.421.201
NTN-F	-	-	-	30.117.009	19.661.471	49.778.480
Títulos inegociáveis	-	-	-	3	195	198
NTN-P	-	-	-	3	195	198
Total	41.666.386	52.202.996	98.068.943	346.377.302	164.859.016	703.175.643

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS SINTÉTICAS INTERMEDIÁRIAS EM 30 DE JUNHO DE 2011
(Os valores estão expressos em milhares de Reais, a não ser quando declarado de maneira diferente) fl. 13

O Bacen procura administrar sua carteira de maneira a dispor de instrumentos adequados à execução da política monetária, ou seja, a realização de operações de compra e venda de títulos, de forma definitiva ou compromissada. A composição dessa carteira, portanto, tende a acompanhar o perfil dos títulos da dívida pública mobiliária em poder do mercado, sendo que, para isso, o Bacen, à medida que ocorrem os vencimentos dos títulos em sua carteira, a recompõe por meio de compras em ofertas públicas do Tesouro Nacional, operações essas sempre efetuadas pelo preço médio pago pelos demais participantes do mercado.

O quadro a seguir demonstra o valor de custo amortizado e o valor ajustado a mercado desses títulos (nota 3.4.5):

	30.6.2011			31.12.2010		
	Custo Amortizado	Ajuste a Valor Justo	Contabilidade	Custo Amortizado	Ajuste a Valor Justo	Contabilidade
Disponíveis para Venda	153.658.190	(262.757)	153.395.433	112.276.626	(243.796)	112.032.830
LTN	153.658.190	(262.757)	153.395.433	112.276.626	(243.796)	112.032.830
Mantidos até o vencimento	569.262.980	-	569.262.980	591.142.813	-	591.142.813
LFT	242.979.070	-	242.979.070	270.976.706	-	270.976.706
NTN-B	219.489.460	-	219.489.460	204.713.453	-	204.713.453
NTN-F	106.794.245	-	106.794.245	115.452.456	-	115.452.456
NTN-P	205	-	205	198	-	198
Total	722.921.170	(262.757)	722.658.413	703.419.439	(243.796)	703.175.643

A variação observada na carteira de títulos públicos federais do Bacen decorre da incorporação de juros (nota 15) e do aporte de títulos pelo Tesouro Nacional para cobertura do resultado da equalização cambial apurado no 1º semestre de 2010, compensados em parte pelo resgate líquido de títulos no período (nota 20.1).

8 - OPERAÇÕES COM O GOVERNO FEDERAL

Ativo	30.6.2011	31.12.2010
	95.738.821	48.633.518
Equalização Cambial	15.409	634
Outros		
Total	95.754.230	48.634.152
Passivo	30.6.2011	31.12.2010
	430.216.335	404.516.398
Conta Única do Tesouro Nacional	12.233.849	4.929.917
Resultado a Transferir	905.894	1.075.456
Outros		
Total	443.356.078	410.521.771

Por força de disposições legais, o Bacen mantém relacionamento financeiro com o Tesouro Nacional, cujas principais operações aparecem detalhadas na nota 20.1.

9 - CRÉDITOS A RECEBER

9.1. Em moedas estrangeiras

	30.6.2011	31.12.2010
Note Purchase Agreement	-	1.642.664
New Arrangements to Borrow	1.875.069	-
Outros créditos a receber	4.154	6.733
Total	1.879.223	1.649.397

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS SINTÉTICAS INTERMEDIÁRIAS EM 30 DE JUNHO DE 2011
(Os valores estão expressos em milhares de Reais, a não ser quando declarado de maneira diferente)

fl. 14

O saldo de créditos a receber em moedas estrangeiras em 30 de junho de 2011 refere-se, basicamente, à participação do Bacen no *New Arrangements to Borrow – NAB*.

O *NAB* fundamenta-se no art. 7º do Convênio Constitutivo do FMI, que autoriza o organismo, em caso de escassez de determinada moeda, propor aos países membros a realização de empréstimos ao Fundo, de forma complementar a suas quotas (nota 10), em termos e condições acertados entre as partes, com o objetivo de reforçar a capacidade financeira do organismo. O acordo é revisto e renovado regularmente.

O acordo firmado em 1º de abril de 2011 prevê a disponibilização de até DES8,7 bilhões ao Fundo. Com o objetivo de reduzir a pressão por recursos nos países que já contribuíam para o Fundo antes da ativação do acordo, o FMI facultou aos países que tinham operações no âmbito do *Note Purchase Agreement – NPA* a migrarem os seus saldos para o *NAB*. Dessa forma, foram disponibilizados DES750 milhões no âmbito do *NAB*, provenientes da incorporação das operações do *NPA*, as quais foram encerradas na data da celebração do referido acordo.

Os créditos do *NAB* são denominados em DES e remunerados por taxas determinadas semanalmente com base na média ponderada das taxas de juros representativas de débitos de curto prazo no mercado monetário dos países cujas moedas constituem o DES (nota 3.3). O vencimento dessas operações é de cinco anos, com a possibilidade de liquidação antes desse prazo no caso de o tomador de recursos antecipar o pagamento ao Fundo. Os recursos disponibilizados no *NAB* não contam com garantias reais.

9.2. Em moeda local

Em 30.6.2011

	Custo Amortizado	Ajuste a Valor Justo	Contabilidade
Valor Justo a Resultado - Designação	64.343.560	(32.153.476)	32.190.084
Banco Nacional - Em Liquidação Extrajudicial	31.704.861	(14.914.505)	16.790.356
Banco Econômico - Em Liquidação Extrajudicial	27.218.814	(13.772.101)	13.446.713
Banco Mercantil - Em Liquidação Extrajudicial	1.953.015	-	1.953.015
Banco Banorte - Em Liquidação Extrajudicial	738.929	(738.929)	-
Banco Bamerindus - Em Liquidação Extrajudicial	2.727.941	(2.727.941)	-
Empréstimos e Recebíveis	9.192.719	-	9.192.719
Empréstimos vinculados a crédito rural	8.863.050	-	8.863.050
Centrus	311.323	-	311.323
Outros	18.346	-	18.346
Total	73.536.279	(32.153.476)	41.382.803

Em 31.12.2010

	Custo Amortizado	Ajuste a Valor Justo	Contabilidade
Valor Justo a Resultado - Designação	62.769.962	(32.717.469)	30.052.493
Banco Nacional - Em Liquidação Extrajudicial	30.698.448	(14.879.592)	15.818.856
Banco Econômico - Em Liquidação Extrajudicial	26.659.522	(14.396.094)	12.263.428
Banco Mercantil - Em Liquidação Extrajudicial	1.970.209	-	1.970.209
Banco Banorte - Em Liquidação Extrajudicial	729.556	(729.556)	-
Banco Bamerindus - Em Liquidação Extrajudicial	2.712.227	(2.712.227)	-
Empréstimos e Recebíveis	9.021.335	-	9.021.335
Empréstimos vinculados a crédito rural	8.714.410	-	8.714.410
Centrus	289.283	-	289.283
Outros	17.642	-	17.642
Total	71.791.297	(32.717.469)	39.073.828

9.2.1 Valor justo a resultado – Designação

a) Características e condições do crédito

Refere-se aos créditos do Bacen com as instituições em liquidação originários de operações de assistência financeira (Proer) e de saldos decorrentes de saques a descoberto na conta Reservas Bancárias.

A correção desses créditos é efetuada a partir da aplicação do art. 124, parágrafo único, da Lei de Falências (Lei nº 11.101, de 9 de fevereiro de 2005), pelo qual a parcela dos créditos originada de operações com o Proer deve ser atualizada pelas taxas contratuais, até o limite das garantias, e o restante pela Taxa Referencial – TR, ressaltando-se que as taxas contratuais são as decorrentes das garantias das operações originais.

Sua realização está sujeita aos ritos legais e processuais determinados na Lei das Liquidações (Lei nº 6.024, de 13 de março de 1974) e na Lei de Falências. Essa legislação determina, entre outros pontos:

- a suspensão dos prazos anteriormente previstos para a liquidação das obrigações;
- o pagamento dos passivos com observância à ordem de preferência estabelecida pela lei: despesas da administração da massa, créditos trabalhistas, créditos com garantias reais, créditos tributários, e por fim, os créditos quirografários;
- o estabelecimento do quadro geral de credores, instrumento pelo qual se identificam todos os credores da instituição, o valor efetivo de seu crédito e sua posição na ordem de preferência para o recebimento;
- os procedimentos necessários à realização dos ativos, como, por exemplo, a forma da venda (direta ou em leilão, ativos individuais ou conjunto de ativos).

As amortizações ocorridas desde a data da decretação da liquidação, quando realizadas com recursos oriundos das garantias vinculadas aos débitos, foram alocadas nos respectivos contratos de operações de assistência financeira (Proer), em observância da legislação falimentar, podendo o devedor realizar a imputação de acordo com sua conveniência apenas nos casos em que as amortizações foram realizadas com recursos livres. Em qualquer caso, as amortizações são imputadas inicialmente nos juros e depois no capital, de acordo com a legislação civil.

b) Classificação e forma de avaliação

Esses créditos são classificados na categoria Valor Justo a Resultado por designação da Administração do Bacen, que considerou essa classificação mais relevante tendo em vista as seguintes características:

- constituem uma carteira de ativos de mesma origem – decorrem da atuação do Bacen como entidade fiscalizadora do sistema financeiro nacional;
- esses ativos são, desde 1999, avaliados pelo seu valor de realização, para efeitos gerenciais e contábeis. Essa forma de avaliação reflete os objetivos do Bacen ao tratar os processos de liquidação extrajudicial, ou seja, a conclusão no menor tempo possível e da forma menos onerosa para a autoridade monetária e para os depositantes e investidores.

O valor justo desses créditos é avaliado pelo valor justo das garantias originais, constituídas por LFT, NTN-A3 e FCVS/CVS, excluídos os créditos preferenciais ao Bacen (pagamentos de despesas essenciais à liquidação, encargos trabalhistas e encargos tributários).

c) Requerimentos efetuados com base no art. 65 da Lei nº 12.249, de 11 de junho de 2010

Com a edição da Lei nº 12.249, de 11 de junho de 2010, os créditos do Bacen com as instituições em liquidação tornaram-se passíveis de pagamento à vista ou parcelado, mediante requerimento do devedor, com descontos de 25% a 45% incidentes sobre os encargos.

As cinco instituições em liquidação extrajudicial – Nacional, Econômico, Mercantil, Banorte e Bamerindus – apresentaram seus requerimentos ao Bacen, na forma prevista no art. 65 da referida lei. O princípio geral que norteia a liquidação dos créditos é a admissão de dação de instrumentos de dívida pública federal em pagamento, cuja avaliação será atribuída pelo Bacen, para cada espécie de título ofertado, considerando-se o menor valor entre o nominal e o de mercado.

Como os processos encontram-se em andamento, não é possível precisar, ainda, os fluxos de caixa que irão para o Bacen na liquidação desses créditos, com exceção dos créditos a receber do Banco Bamerindus – Em Liquidação Extrajudicial, conforme evidenciado na nota 21.

10 - PARTICIPAÇÃO EM ORGANISMOS FINANCEIROS INTERNACIONAIS

A participação do Bacen em organismos financeiros internacionais compreende quotas do FMI (1,78% do patrimônio do Fundo) e ações do BIS (0,55% do capital). O percentual do capital desses organismos detido pelo Bacen não representa controle ou influência significativa em sua administração ou nas decisões desses organismos, o que determina sua contabilização de acordo com a IAS 39.

Esses ativos são classificados na categoria Disponíveis para Venda, sendo seu valor de mercado expresso pelo valor, em Reais, da participação do Brasil nos organismos.

	30.6.2011	31.12.2010
Fundo Monetário Internacional - FMI	10.617.111	7.788.811
Banco de Compensações Internacionais - BIS	62.142	63.822
Total	10.679.253	7.852.633

A variação do saldo decorreu da elevação da participação do Bacen no FMI, de 1,40% para 1,78%, tendo em vista a reforma no sistema de quotas do Fundo aprovada em abril de 2008, que entrou em vigor em março de 2011. Essa reforma teve por objetivo reforçar a representação das economias mais dinâmicas no FMI e aumentar a voz e a participação de países de baixa renda no Fundo.

11 - OPERAÇÕES CONTRATADAS A LIQUIDAR

Referem-se basicamente a operações contratadas e ainda não liquidadas na data do balanço, cuja liquidação financeira se dará em até três dias.

12 - DEPÓSITOS DE INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS

	30.6.2011	31.12.2010
Em Moedas Estrangeiras	1.110	1.185
Em Moeda Local	404.958.293	379.441.614
Recursos à Vista	56.611.853	55.707.954
Recursos a Prazo	118.332.422	104.150.806
Depósitos de Poupança	74.468.252	72.184.979
Exigibilidade Adicional	144.265.727	135.721.287
Outros	11.280.040	11.676.588
Total	404.959.403	379.442.799

Os depósitos de instituições financeiras em moeda local constituem-se, principalmente, dos recolhimentos compulsórios, os quais representam tradicional instrumento de política monetária, desempenhando função de estabilizadores da liquidez da economia.

Esses depósitos são calculados sobre o saldo médio diário dos valores captados pelos bancos e podem ser exigidos em espécie ou em títulos públicos federais, sendo que os depósitos constituídos em espécie representam um passivo à vista do Bacen.

A variação no saldo de depósitos de instituições financeiras está associada, basicamente, à flutuação dos valores sujeitos a recolhimento, uma vez que não houve alteração nas regras dos principais recolhimentos compulsórios no período.

13 - DERIVATIVOS

13.1. Swap

Na execução da política monetária e cambial, o Bacen pode realizar operações de swap, referenciadas em taxas de juros e em variação cambial, com o objetivo de fornecer *hedge* cambial para as instituições financeiras e demais agentes econômicos.

Essas operações são contratadas por meio da realização de leilão em sistema eletrônico do Bacen e registradas na Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros – BM&FBovespa, na forma de um contrato padrão negociado naquela Bolsa denominado "Contrato de Swap Cambial com Ajuste Periódico – SCC". Nas posições compradas dos referidos contratos, o Bacen está ativo em taxa de juros doméstica, representada pela taxa média dos Depósitos Interfinanceiros – DI de prazo de um dia útil, e passivo em

variação cambial mais cupom cambial, sendo este uma taxa representativa de juros em dólar. Inversamente, nas posições vendidas, o Bacen está ativo em variação cambial mais cupom cambial e passivo em taxa de juros doméstica (DI). Esses contratos têm valor nocional equivalente a US\$50.000 e ajuste financeiro diário. O valor das garantias é estipulado pela BM&FBovespa.

As operações de compra desses contratos pelo Bacen são denominadas no mercado financeiro como "swap cambial"; já as operações de venda são identificadas como operações de "swap cambial reverso".

Sem negociar operações no exercício de 2010, em janeiro de 2011 o Bacen retomou os leilões de swap cambial reverso, cujos valores nominais, bem como valores justos por tipo de operação e por prazo de vencimento, estão demonstrados no quadro a seguir:

30.06.2011	Valor Nominal	Valor Justo	
		Ativo	Passivo
Operações de Swap - liquidação diária	17.147.903	-	122.332
Vendido em dólar	17.147.903	-	122.332
1 mês	2.646.065	-	18.526
1 - 6 meses	7.055.391	-	41.032
6 - 12 meses	7.446.447	-	62.774
Total	17.147.903	-	122.332

13.2. Equalização cambial

A operação de equalização cambial entre o Tesouro Nacional e o Bacen foi instituída por meio da Lei nº 11.803, de 5 de novembro de 2008, com o objetivo de dar maior transparência aos resultados das operações da autoridade monetária e reduzir a volatilidade de seu resultado, derivada do descasamento entre ativos e passivos cambiais.

Por meio da equalização cambial, que apresenta características semelhantes a uma operação de swap, o custo de carregamento das reservas internacionais (representado pela diferença entre a rentabilidade da reserva e o custo médio de captação do Bacen) e o resultado das operações de swap cambial efetuadas no mercado interno são transferidos à União, por intermédio do Tesouro Nacional. Esses valores são calculados diariamente, sendo apurado o saldo a pagar ou a receber no último dia útil do semestre, o qual será liquidado financeiramente seguindo as mesmas regras estabelecidas para a transferência ou cobertura do resultado (notas 8, 16 e 20.1).

a) Equalização do custo de carregamento das reservas

O Bacen assume posição ativa em custo de captação das reservas, representado pela taxa de captação do passivo total, em contrapartida a uma posição passiva em variação cambial e juros das reservas internacionais. Como resultado, a equalização funciona como um instrumento de hedge cambial e de taxa de juros da autarquia, reduzindo a exposição do Bacen em moeda estrangeira e assegurando a cobertura do custo de manutenção das reservas.

b) Equalização dos swaps cambiais realizados no mercado doméstico

O Bacen efetua, com o Tesouro Nacional, swap de características inversas a dos swaps cambiais realizados no mercado doméstico, alcançando um hedge perfeito, uma vez que os valores nominais e as taxas são idênticos, entretanto, com posição inversa.

Com essa operação, os swaps cambiais realizados no mercado doméstico não acarretam exposição cambial ou de juros para o Bacen.

14 - MEIO CIRCULANTE

A variação no saldo do meio circulante no 1º semestre de 2011 deve-se, primariamente, a um comportamento usualmente verificado na demanda por moeda nesse período, qual seja, a reversão de um movimento sazonal típico de final de ano, no qual se verifica um acréscimo da demanda por moeda decorrente do pagamento do décimo terceiro salário e das festividades de final de ano.

Além desse fator, contribuíram para a trajetória de redução o arrefecimento do nível de atividade econômica, comparativamente a 2010, bem como a adoção de política monetária mais restritiva, à qual se somaram os efeitos das medidas macroprudenciais implementadas em dezembro de 2010, resultando em contenção do ritmo de expansão do crédito.

15 - RESULTADO LÍQUIDO COM JUROS

Refere-se a receitas e despesas de juros dos ativos e passivos financeiros do Bacen não classificados na categoria Valor Justo a Resultado.

	1º sem/2011	1º sem/2010
Receitas com juros	46.905.123	36.293.447
Em moedas estrangeiras	93.476	74.052
Em moeda local	46.811.647	36.219.395
Títulos	43.377.917	34.414.634
Governo Federal	2.910.496	1.421.671
Outras	523.234	383.090
Despesas com juros	(60.665.476)	(43.024.024)
Em moedas estrangeiras	(20.379)	(11.292)
Em moeda local	(60.645.097)	(43.012.732)
Depósitos de Instituições Financeiras	(16.444.384)	(5.427.608)
Operações Compromissadas	(21.809.047)	(19.040.486)
Governo Federal	(21.412.196)	(17.517.159)
Outras	(979.470)	(1.027.479)
Resultado líquido com juros	(13.760.353)	(6.730.577)

A variação do resultado líquido com juros em relação ao 1º semestre de 2010 deve-se, principalmente, ao aumento da taxa Selic no período, associado à elevação dos saldos médios das operações com títulos, das operações com o Governo Federal e dos depósitos de instituições financeiras.

16 - GANHOS (PERDAS) COM INSTRUMENTOS FINANCEIROS CLASSIFICADOS COMO VALOR JUSTO A RESULTADO – DESTINADOS À NEGOCIAÇÃO

Referem-se à variação de preço dos ativos classificados nessa categoria e incluem a variação cambial, os juros e a marcação a mercado.

	1º sem/2011	1º sem/2010
Em Moedas Estrangeiras	(17.442.302)	14.033.725
Títulos	(17.478.721)	14.010.463
Outros	36.419	23.262
Em Moeda Local	44.466.493	1.893.158
Derivativos	44.466.494	1.893.172
Outros	(1)	(14)
Total	27.024.191	15.926.883

As variações significativas observadas, cabem os seguintes esclarecimentos:

- títulos em moedas estrangeiras – a variação decorre, principalmente, do efeito da apreciação do Real frente ao dólar norte-americano no 1º semestre de 2011 (nota 3.3), moeda na qual está denominada grande parte das reservas, enquanto que no 1º semestre de 2010 verificou-se um movimento contrário nas taxas de câmbio;
- derivativos em moeda local – variação decorrente da apuração de resultado positivo, de maior magnitude, na operação de equalização cambial (notas 13.2 e 19.1).

17 - GANHOS (PERDAS) COM ATIVOS CLASSIFICADOS COMO VALOR JUSTO A RESULTADO – POR DESIGNAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO

Incluem os juros e a marcação a mercado dos créditos com as instituições em liquidação extrajudicial (nota 9.2).

18 - GANHOS (PERDAS) COM MOEDAS ESTRANGEIRAS

Registra o resultado de correção cambial dos ativos e passivos, em moedas estrangeiras e em moeda local, vinculados às variações das taxas de câmbio e não classificados na categoria Valor Justo a Resultado.

	1º sem/2011	1º sem/2010
Ganhos (perdas) com moedas estrangeiras		
Disponibilidades	(812.699)	74.956
Depósitos a Prazo	(3.005.510)	49.666
Operações Compromissadas	(20.548)	(38.538)
Créditos a Receber	(52.778)	10.552
Operações a liquidar	596.638	(211.123)
Depósitos de Org. Fin. Internacionais	279.185	144.223
Outras	33.586	227.293
Total	(2.982.126)	257.029

A variação dos ganhos (perdas) com moedas estrangeiras decorre, principalmente:

- do efeito da apreciação do Real frente ao dólar norte-americano no 1º semestre de 2011 (nota 3.3), enquanto que no 1º semestre de 2010 verificou-se um movimento contrário nas taxas de câmbio;
- do aumento do saldo médio dos depósitos a prazo em moedas estrangeiras no 1º semestre de 2011 em relação a igual período de 2010.

19 - RESULTADO**19.1. Resultado no período**

O resultado no período foi positivo em R\$12.230.706 (R\$10.803.195 no 1º semestre de 2010) e decorreu, principalmente, do resultado líquido de juros das operações em moeda local e da marcação a mercado dos créditos a receber das instituições em liquidação, uma vez que o resultado com as reservas internacionais e parte do custo de captação do passivo, proporcional ao montante das reservas, foram neutralizados por meio da operação de equalização cambial, conforme demonstrado no quadro abaixo:

	1º sem/2011	1º sem/2010
Operações com Reservas Internacionais e Swaps		
Rentabilidade das Reservas Cambiais	(20.763.799)	14.182.764
Derivativos Cambiais - Swaps em Moeda Local	(1.732.793)	-
Equalização de Reservas e Derivativos Cambiais (Rentabilidade)	22.496.592	(14.182.764)
Outras operações em moedas estrangeiras	412.468	170.750
Operações em moeda local	12.006.836	11.113.972
Receitas com Juros	46.811.647	36.219.395
Despesas com Juros	(60.645.097)	(43.012.732)
Equalização de Reservas Cambiais (Custo de Captação)	23.702.695	16.075.936
Marcação a Mercado - Instituições em liquidação	2.137.591	1.831.373
Outras operações em moeda local	(188.598)	(481.527)
Resultado no período	12.230.706	10.803.195

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS SINTÉTICAS INTERMEDIÁRIAS EM 30 DE JUNHO DE 2011
(Os valores estão expressos em milhares de Reais, a não ser quando declarado de maneira diferente)

fl. 20

De acordo com a legislação aplicável, o resultado do 1º semestre de 2011 será transferido ao Tesouro Nacional até o 10º dia útil após a aprovação dessas demonstrações financeiras pelo CMN (nota 1).

19.2. Resultado abrangente

A Demonstração do Resultado Abrangente – DRA tem como objetivo a evidenciação do resultado econômico de uma entidade, ampliando o nível de divulgação dos resultados para além do conceito de resultado contábil, usualmente evidenciado por meio de Demonstração do Resultado do Exercício – DRE.

Com vistas a propiciar maior transparência aos resultados, na DRA são evidenciados os ganhos e perdas reconhecidos diretamente no patrimônio líquido.

20 - PARTES RELACIONADAS

20.1. Governo Federal

O quadro a seguir apresenta as principais operações ocorridas no período entre o Bacen e o Governo Federal:

	1º sem/2011	2º sem/2010
Conta Única do Tesouro Nacional		
Saldo inicial	404.516.398	356.522.113
(+) remuneração	21.487.381	17.370.835
(+/-) depósitos/saques	(822.901)	19.617.158
(+) transferência de resultado positivo	5.035.457	11.006.292
Saldo final	430.216.335	404.516.398
Títulos de emissão do Tesouro Nacional		
Saldo inicial	703.175.643	680.944.701
(+/-) emissão líquida/resgate líquido	(23.779.492)	(14.805.008)
(+) remuneração	43.377.917	37.091.012
(+/-) ajuste a valor justo	(115.655)	(55.062)
Saldo final	722.658.413	703.175.643
Resultado a transferir ao Tesouro Nacional		
Saldo inicial	4.929.918	10.806.337
(+) resultado positivo a ser transferido	12.233.849	4.929.918
(+) remuneração	105.539	199.955
(-) transferências	(5.035.457)	(11.006.292)
Saldo final	12.233.849	4.929.918
Equalização Cambial		
Saldo inicial	-	-
(+/-) ajustes	46.199.286	46.636.548
(+/-) transferências para crédito a pagar (receber)	(46.199.286)	(46.636.548)
Saldo final	-	-
Crédito a receber decorrente de resultado de equalização cambial		
Saldo inicial	48.633.518	1.893.172
(+) resultado de equalização cambial	46.199.286	46.636.548
(+) remuneração	2.910.496	103.798
(-) recebimentos	(2.004.479)	-
Saldo final	95.738.821	48.633.518
Repasse do Orçamento Geral da União	1.036.140	663.691

20.2. Centrus

As principais transações ocorridas entre o Bacen e a Centrus foram as seguintes:

	1º sem/2011	2º sem/2010
Superavit Atuarial		
Saldo inicial	1.839.249	3.593.523
(+/-) ganhos/perdas atuariais	-	(1.976.336)
(+) juros	325.497	222.062
Saldo final	2.164.746	1.839.249
Crédito a receber		
Saldo inicial	289.283	271.892
(+) juros	25.485	17.391
(-) recebimentos	(3.445)	-
Saldo final	311.323	289.283
Pagamento de taxa de administração	-	2.703

21 - EVENTO SUBSEQUENTE

Em 12 de agosto de 2011 o Banco Bamerindus – Em Liquidação Extrajudicial firmou, com base no art. 65 da Lei nº 12.249, de 2010, termo de parcelamento de sua dívida originária de saques a descoberto na conta Reservas Bancárias junto ao Bacen (nota 9.2.1).

O valor da dívida na data de sua consolidação, que corresponde à data em que a instituição manifestou sua opção pelo parcelamento, é de R\$2.534.308, prevalecendo o valor do principal e incidindo desconto de 25% sobre o valor dos encargos, conforme previsto na referida lei.

O pagamento será efetuado em 180 prestações, mensais e consecutivas, que serão atualizadas pela TR, conforme assegura às instituições em liquidação o art. 9º, caput, da Lei nº 8.177, de 1º de março de 1991, com a redação dada pela Lei nº 8.218, de 29 de agosto de 1991. Caso seja cessado o regime de liquidação extrajudicial, seja caracterizada massa superavitária ou haja outro fundamento legal para afastar a incidência da TR, as prestações mensais serão atualizadas pela taxa Selic.

O termo de parcelamento firmado não implica novação da dívida, cabendo destacar que a inadimplência do devedor pode ensejar a rescisão do termo, com a dívida retornando à situação original. A efetivação do parcelamento também não implica automático encerramento do regime especial, que poderá ser avaliado em momento oportuno, se for o caso, de acordo com as condições estabelecidas na Lei nº 6.024, de 13 de março de 1974.

Em função de a metodologia de avaliação do valor justo dos créditos com as instituições em liquidação extrajudicial prever a recuperabilidade desses ativos com base no valor justo das garantias originais, excluídos os créditos preferenciais ao Bacen (nota 9.2.1.b), os créditos junto ao Banco Bamerindus – Em Liquidação Extrajudicial apresentam valor contábil igual a zero em 30 de junho de 2011 (custo amortizado menos ajuste a valor justo). No entanto, com o parcelamento da dívida, fluxos de caixa começaram a fluir para o Bacen, sendo estimado um efeito financeiro positivo de aproximadamente R\$2.500.000.

22 - LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL – INFORMAÇÕES EXIGIDAS

a) Impacto e o custo fiscal das operações – Lei de Responsabilidade Fiscal, § 2º do art. 7º:

O parágrafo único do art. 8º da Lei nº 4.595, de 1964, com a redação dada pelo Decreto-Lei nº 2.376, de 25 de novembro de 1987, prevê que "os resultados obtidos pelo Banco Central, consideradas as receitas e despesas de todas as suas operações, serão, a partir de 1º de janeiro de 1988, apurados pelo regime de competência e transferidos para o Tesouro Nacional, após compensados eventuais prejuízos de exercícios anteriores".

Esse dispositivo foi parcialmente alterado pela Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000):

"Art 7º O resultado positivo do Banco Central, apurado após a constituição ou reversão de reservas, constitui receita do Tesouro Nacional e será transferido até o décimo dia útil subsequente à aprovação dos balanços semestrais.

§ 1º O resultado negativo constituirá obrigação do Tesouro para com o Banco Central e será consignado em dotação específica no orçamento.*

De acordo com o inciso II do art. 2º da Medida Provisória 2.179-36, de 24 de agosto de 2001, esse resultado negativo deverá ser objeto de pagamento até o 10º dia útil do exercício subsequente ao da aprovação do balanço pelo CMN.

Assim, temos que:

- I - o resultado do Bacen considera as receitas e despesas de todas as suas operações;
- II - os resultados positivos são transferidos como receitas e os negativos são cobertos como despesas do Tesouro Nacional;
- III - tais resultados são contemplados no Orçamento Fiscal à conta do Tesouro Nacional.

O Bacen apresentou resultados positivos de R\$6.050.591 no 1º trimestre e de R\$6.180.115 no 2º trimestre, totalizando um resultado de R\$12.230.706 no 1º semestre de 2011 que, após a realização de reservas, será transferido ao Tesouro Nacional até o 10º dia útil após a aprovação das demonstrações financeiras pelo CMN. Em conformidade com o § 5º do art. 9º da Lei de Responsabilidade Fiscal, no prazo de noventa dias após o encerramento do semestre, o Bacen apresentará, em reunião conjunta das comissões temáticas pertinentes do Congresso Nacional (entre as quais a Comissão de Assuntos Econômicos, a de Finanças e Tributação e a de Orçamentos Públicos), avaliação do cumprimento dos objetivos e metas das políticas monetária, creditícia e cambial, evidenciando o impacto e o custo fiscal de suas operações e os resultados demonstrados nos balanços.

b) Custo da remuneração das disponibilidades do Tesouro Nacional – Lei de Responsabilidade Fiscal, § 3º do art. 7º:

O custo correspondente à remuneração dos depósitos do Tesouro Nacional atingiu, no 1º trimestre de 2011, o montante de R\$9.398.205 e no 2º trimestre R\$11.908.451 (R\$21.306.656 no semestre).

c) Custo da manutenção das reservas cambiais – Lei de Responsabilidade Fiscal, § 3º do art. 7º:

Em 30 de junho de 2011, 87,42% dos ativos de reserva eram compostos por títulos, conforme divulgado na Nota para Imprensa do Setor Externo (quadro 49), disponível no site do Bacen na internet (www.bcb.gov.br).

O custo da manutenção das reservas cambiais é calculado pela diferença entre a taxa de rentabilidade das reservas internacionais, incluindo a variação cambial, e a taxa média de captação apurada pelo Bacen.

Por essa metodologia, no 1º trimestre de 2011, as reservas internacionais apresentaram rentabilidade negativa de 1,52%. Deduzindo-se o custo de captação desta Autarquia, o resultado líquido das reservas foi negativo em 3,76% (R\$19.158.111). No 2º trimestre, a rentabilidade das reservas alcançou 2,46% negativos, totalizando 4,78% negativos (R\$25.308.383) quando considerado o custo de captação.

	Reservas Internacionais		Custo de Captação	Custo de Manutenção das Reservas Internacionais	
	Saldo Médio (R\$ mil)	Rentabilidade (%)		(%)	(R\$ mil)
1º Trimestre/2011	509.196.199	(1,52)	(2,24)	(3,76)	(19.158.111)
2º Trimestre/2011	529.980.354	(2,46)	(2,32)	(4,78)	(25.308.383)
Total do Semestre					(44.466.494)

Deve-se salientar que a correção cambial representa variação decorrente da tradução dos valores dos ativos de reserva para o Real, não se configurando resultado realizado do ponto de vista financeiro. Excluindo-se essa correção, portanto, as reservas internacionais apresentaram, no 1º trimestre de 2011, rentabilidade positiva de 0,06%, sendo composta pela incorporação de juros (0,54%) e pelo resultado da marcação a mercado dos ativos (-0,48%). Deduzindo-se o custo de captação, o resultado líquido das reservas foi negativo em 2,18% (R\$11.108.410). No 2º trimestre, a rentabilidade das reservas foi positiva em 1,46% (0,65% pela incorporação de juros e 0,81% pelo resultado da marcação a mercado dos ativos), totalizando 0,86% negativos (R\$4.550.411) quando considerado o custo de captação.

	Reservas Internacionais		Custo de Captação (%)	Custo de Manutenção das Reservas Internacionais	
	Saldo Médio (R\$ mil)	Rentabilidade, exclusive correção cambial (%)		(%)	(R\$ mil)
1º Trimestre/2011	509.196.199	0,06	(2,24)	(2,18)	(11.108.410)
2º Trimestre/2011	529.980.354	1,46	(2,32)	(0,86)	(4.550.411)
Total do Semestre					(15.658.821)

d) Rentabilidade da carteira de títulos – Lei de Responsabilidade Fiscal, § 3º do art. 7º:

A rentabilidade da carteira de títulos do Bacen, composta exclusivamente por títulos de emissão da União, foi de R\$21.439.299 no 1º trimestre e de R\$21.938.618 no 2º trimestre, totalizando R\$43.377.917 no 1º semestre de 2011.

Presidente: Alexandre Antonio Tombini

Diretores: Aldo Luiz Mendes, Altamir Lopes, Anthero de Moraes Meirelles, Carlos Hamilton Vasconcelos
 Araújo, Luiz Awazu Pereira da Silva, Sidnei Corrêa Marques

Chefe do Departamento de Contabilidade e Execução Financeira: Eduardo de Lima Rocha
 Contador – CRC-DF 12.005/O-9



KPMG Auditores Independentes
SBS - Qd. 02 - Bl. C - Lote 03 - Salas 708 a 711
Edifício João Carlos Sead
70070-120 - Brasília, DF - Brasil
Caixa Postal 8723
70312-970 - Brasília, DF - Brasil

Central Tel 55 (61) 2104-2400
Fax 55 (61) 2104-2406
Internet www.kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre a revisão das demonstrações financeiras sintéticas intermediárias

Ao
Presidente e aos Diretores do
Banco Central do Brasil
Brasília - DF

Introdução

Efetuamos uma revisão das demonstrações financeiras sintéticas intermediárias do Banco Central do Brasil (Bacen), que compreendem o balanço patrimonial sintético intermediário em 30 de junho de 2011 e as respectivas demonstrações sintéticas intermediárias do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, correspondentes ao semestre findo naquela data. A Administração do Bacen é responsável pela elaboração e pela adequada apresentação dessas demonstrações financeiras sintéticas intermediárias, de acordo com a IAS 34 - Demonstrações Financeiras Intermediárias, emitida pelo International Accounting Standards Board - IASB. Nossa responsabilidade é de expressar uma conclusão sobre essas demonstrações financeiras sintéticas intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos a nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as demonstrações financeiras sintéticas intermediárias acima referidas não estão apresentadas adequadamente, em todos os aspectos relevantes, em conformidade com a IAS 34 - Demonstrações Financeiras Intermediárias, emitida pelo International Accounting Standards Board - IASB.

KPMG Auditores Independentes, uma sociedade simples brasileira e firma-membro da rede KPMG de firmas-membro independentes e afiliadas à KPMG International Cooperative ("KPMG International"), uma entidade suíça.

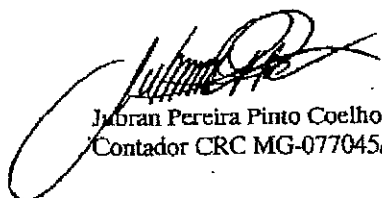
KPMG Auditores Independentes, a Brazilian entity and a member firm of the KPMG network of independent member firms affiliated with KPMG International Cooperative ("KPMG International"), a Swiss entity.

Outros assuntos

Nossa revisão foi efetuada com o propósito de formar uma conclusão a respeito das demonstrações financeiras sintéticas intermediárias acima referidas, consideradas em seu conjunto. As informações suplementares incluídas na Nota Explicativa nº 22, não são informações requeridas pela IAS 34 - Demonstrações Financeiras Intermediárias, emitida pelo International Accounting Standards Board - IASB, mas estão sendo apresentadas em cumprimento à Lei de Responsabilidade Fiscal. Essas informações suplementares foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritas acima, e com base nessa revisão, não temos conhecimento de qualquer modificação relevante que deva ser feita nessas informações suplementares, para que elas estejam apresentadas, adequadamente, em todos os aspectos relevantes em relação às demonstrações financeiras sintéticas intermediárias consideradas em conjunto.

Brasília, 16 de agosto de 2011

KPMG Auditores Independentes
CRC SP-014428/O-6 F-DF



Jibrán Pereira Pinto Coelho
Contador CRC MG-077045/O-0 S-DF

(À Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização)

Publicado no DSF, 1º/09/2011.

Secretaria Especial de Editoração e Publicações do Senado Federal – Brasília – DF

(OS: 14483/2011)



CONGRESSO NACIONAL

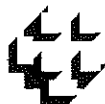
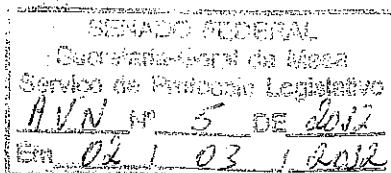
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

**DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO
BANCO CENTRAL DO BRASIL**

exercício de 2011

(Aviso nº 05/2012-CN)

(em atendimento ao disposto no art. 9º, § 5º da Lei de Responsabilidade Fiscal)



BANCO CENTRAL DO BRASIL

Aviso nº 21/BCB-Presi

Brasília, 29 de fevereiro de 2012.

AVN 5/2012
A Comissão Mista de Planos,
Orçamentos Públicos e Fiscalização.
Em 02/03/12

(Antônio Carlos)

A Sua Excelência o Senhor
Senador José Sarney
Presidente do Congresso Nacional

Encaminho a V.Exa., em anexo, as Demonstrações Financeiras deste Banco Central referentes ao exercício de 2011, conforme determina o art. 114 da Lei 12.309, de 9.8.10 (Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2011).

2. Cabe ressaltar que, na forma do art. 7º, parágrafos 2º e 3º da Lei Complementar 101, de 4.5.00 (Lei de Responsabilidade Fiscal), essas demonstrações são acompanhadas por Nota Explicativa contemplando:

- a) o impacto e o custo fiscal das operações deste Banco Central;
- b) o custo de remuneração das disponibilidades do Tesouro Nacional;
- c) o custo de manutenção das reservas cambiais;
- d) a rentabilidade da carteira de títulos, destacando os de emissão da União.

3. Informo, ainda, que tais dados encontram-se disponíveis na página desta Instituição na *Internet* (www.bcb.gov.br).

4. Por oportuno, ressalto o disposto na Lei de Responsabilidade Fiscal, que determina, em seu art. 9º, parágrafo 5º, que este Banco Central, no prazo de noventa dias após o encerramento de cada semestre apresente, "em reunião conjunta das comissões temáticas pertinentes do Congresso Nacional, avaliação do cumprimento dos objetivos e metas das políticas monetária, creditícia e cambial, evidenciando o impacto e o custo fiscal de suas operações e os resultados demonstrados nos balanços".

5. No sentido de dar cumprimento ao dispositivo legal mencionado e considerando o disposto no parágrafo 1º do art. 2º da Resolução 1, de 2006, do Congresso Nacional, este Banco Central coloca-se à inteira disposição, para realização da referida reunião, no próximo dia 22 de março.

Atenciosamente,

(Assinatura)
Alexandre Antonio Tombini
Presidente

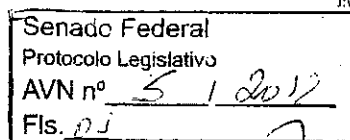
RECEBI O ORIGINAL

Em 02/03/2012 às 13:11 horas

Nome: Marcio

Matrícula: 210320

J:\PUBLICA\Diversos\Aviso LRF2011.doc



BANCO CENTRAL DO BRASIL
BALANÇO PATRIMONIAL - EM 31.12.2011
 Em milhares de Reais

fl. 1

A TIVO		Notas	31.12.2011	31.12.2010	P A S S I V O		Notas	31.12.2011	31.12.2010
ATIVO EM MOEDAS ESTRANGEIRAS			675.500.413	496.109.813	PASSIVO EM MOEDAS ESTRANGEIRAS			23.913.425	22.594.750
Disponibilidades	4	12.808.011	13.865.931		Operações Contratadas a Liquidar	16		828.852	459.428
Depósitos a Prazo em Instituições Financeiras	5	24.472.813	49.023.936		Depósitos de Instituições Financeiras	17		1.333	1.185
Recursos sob Administração Externa	6	455.689	-		Compromisso de Recompra	7		5.892.661	8.392.305
Compromisso de Revenda	7	5.659.935	8.383.977		Derivativos	8		2.347	17.119
Derivativos	8	350	23.226		Créditos a Pagar	18		8.324.770	7.592.285
Títulos	9	514.321.929	412.773.953		Depósitos de Organismos Financeiros Internacionais	19		8.683.307	6.132.430
Créditos a Receber	11	2.169.037	1.649.397		Outros			155	-
Ouro	12	3.102.339	2.529.661						
Participação em Organismos Financeiros Internacionais	13	12.310.310	7.852.833						
Outros	15	-	1.099						
ATIVO EM MOEDA LOCAL			907.911.058	794.189.768	PASSIVO EM MOEDA LOCAL			1.377.897.860	1.100.600.826
Disponibilidades		569	-		Operações Contratadas a Liquidar	16		19.285	525.721
Depósitos	5	623.908	616.462		Depósitos de Instituições Financeiras	17		424.925.295	379.441.614
Compromisso de Revenda	7	9.299.998	-		Compromisso de Recompra	7		351.176.116	288.665.899
Títulos Públicos Federais	9	754.543.113	703.175.643		Derivativos	8		11.336	-
Créditos com o Governo Federal	10	101.274.835	48.634.152		Obrigações com o Governo Federal	10		578.190.914	410.521.771
Créditos a Receber	11	40.157.590	39.073.828		Créditos a Pagar	18		959.748	1.248.578
Bens Móveis e Imóveis	14	785.223	767.478		Depósitos de Organismos Financeiros Internacionais	19		2.045	941
Outros	15	1.225.822	1.922.205		Provisões	20		22.577.874	20.166.047
					Outros			33.247	30.255
					MEIO CIRCULANTE	21		162.769.670	151.145.368
					PATRIMÔNIO LÍQUIDO	22		18.930.516	15.958.637
					Patrimônio			24.675.451	24.675.451
					Reserva de Resultados			1.606.019	1.606.019
					Reserva de Reavaliação			453.869	460.155
					Ganhos (Perdas) Reconhecidos Diretamente no Patrimônio			(7.904.823)	(10.762.988)
TOTAL			1.583.411.471	1.290.299.581	TOTAL			1.583.411.471	1.290.299.581

(As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras)

Senado Federal
 Protocolo Legislativo
 AVN nº 5 12012
 Fls. 02

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO - EXERCÍCIO DE 2011

Em milhares de Reais

fl. 2

	Notas	2011	2010
Receitas com juros		94.035.581	74.023.722
Despesas com juros		(126.430.149)	(94.395.060)
Resultado líquido com juros	23	(32.394.568)	(20.371.338)
Ganhos (perdas) com instrumentos financeiros classificados como Valor Justo a Resultado, destinados à negociação	24	44.036.761	38.209.915
Ganhos (perdas) com instrumentos financeiros classificados como Valor Justo a Resultado, por designação da administração	25	7.004.665	1.746.633
Ganhos (perdas) com moedas estrangeiras	26	4.568.282	(2.842.083)
Outras receitas	27	3.515.923	1.922.129
Outras despesas	27	(3.259.653)	(2.935.286)
RESULTADO NO PERÍODO	28.1	23.471.410	15.729.970

(As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras)

[Assinatura]

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE - EXERCÍCIO DE 2011

Em milhares de Reais fl. 3

	Notas	2011	2010
RESULTADO NO PERÍODO	28.1	23.471.410	15.729.970
Ativos Disponíveis para Venda		5.202.920	(868.817)
Ganhos (Perdas) Levados ao Patrimônio Líquido		5.351.295	(674.448)
(Ganhos) Perdas Transferidos para o Resultado		(148.375)	(194.369)
Ganhos (Perdas) Atuariais de Planos de Benefícios Definidos		(2.324.755)	(3.264.911)
RESULTADO ABRANGENTE NO PERÍODO	28.2	26.349.575	11.596.242

(As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras)

[Assinatura]

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - EXERCÍCIO DE 2011

Em milhares de Reais

	Notas	RESERVA DE RESULTADOS	RESERVA DE REAVALIAÇÃO	GANHOS (PERDAS) RECONHECIDOS DIRETAMENTE NO PATRIMÔNIO	PATRIMÔNIO	PATRIMÔNIO LÍQUIDO TOTAL
Saldo em 31 de dezembro de 2010		1.606.019	460.155	(10.782.988)	24.675.451	15.958.637
Realização de Reservas de Reavaliação		-	(6.286)	-	6.286	-
Ganhos (perdas) reconhecidos diretamente no PL	22.3	-	-	2.878.165	-	2.878.165
Resultado do 1º semestre de 2011		-	-	-	12.230.706	12.230.706
Resultado do 2º semestre de 2011		-	-	-	11.240.704	11.240.704
Resultado do Exercício	28.1	-	-	-	23.471.410	23.471.410
Resultado a ser transferido ao Tesouro Nacional - 1º semestre de 2011		-	-	-	(12.233.849)	(12.233.849)
Resultado a ser transferido ao Tesouro Nacional - 2º semestre de 2011		-	-	-	(11.243.847)	(11.243.847)
Saldo em 31 de dezembro de 2011		1.606.019	453.869	(7.904.823)	24.675.451	18.830.516
Saldo em 31 de dezembro de 2009		1.606.019	466.440	(6.649.260)	24.675.451	20.098.650
Realização de Reservas de Reavaliação		-	(6.285)	-	6.285	-
Ganhos (perdas) reconhecidos diretamente no PL	22.3	-	-	(4.133.728)	-	(4.133.728)
Resultado do 1º semestre de 2010		-	-	-	10.803.195	10.803.195
Resultado do 2º semestre de 2010		-	-	-	4.926.775	4.926.775
Resultado do Exercício	28.1	-	-	-	15.729.970	15.729.970
Resultado a ser transferido ao Tesouro Nacional - 1º semestre de 2010		-	-	-	(10.806.337)	(10.806.337)
Resultado a ser transferido ao Tesouro Nacional - 2º semestre de 2010		-	-	-	(4.929.918)	(4.929.918)
Saldo em 31 de dezembro de 2010		1.606.019	460.155	(10.782.988)	24.675.451	15.958.637

(As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras)

DEMONSTRAÇÃO DE FLUXO DE CAIXA DE MOEDAS ESTRANGEIRAS - EXERCÍCIO DE 2011
Em milhares de reais

	Notas	2011	2010
<u>Fluxo de Caixa Líquido de Atividades Operacionais</u>		(2.440.523)	579.773
Recebimento de juros		9.807.319	7.614.639
Pagamento de juros		(32.723)	(21.105)
(Compra) venda de títulos		(123.292.664)	(44.703.392)
Compra (venda) de moedas estrangeiras		79.383.511	70.024.292
(Aplicação) resgate de operações compromissadas		135.634	(238.475)
(Aplicação) resgate de depósitos a prazo		28.538.923	(38.644.682)
(Aplicação) resgate de recursos sob administração externa		(375.683)	-
Constituição (resgate) de depósitos passivos		1.759.550	2.574.026
(Pagamentos) recebimentos em nome do Tesouro Nacional		123.211	2.342.306
(Concessão) recebimento de créditos a receber		1.411.323	2.099.850
Recebimentos (pagamentos) decorrentes de operações com derivativos		159.095	(517.501)
Outros (pagamentos) recebimentos		(58.019)	49.815
Fluxo de Caixa Líquido		(2.440.523)	579.773
<u>Varição em Caixa e Equivalentes de Caixa</u>		(2.440.523)	579.773
Caixa e equivalentes de caixa no início do período		13.865.931	13.864.571
Caixa e equivalentes de caixa no final do período	29	12.808.011	13.865.931
Efeito da variação cambial em caixa e equivalentes de caixa		1.382.603	(578.413)

(As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras)

1 - O BANCO E SUAS ATRIBUIÇÕES

O Banco Central do Brasil – Bacen, criado com a promulgação da Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964, é uma autarquia federal integrante do sistema financeiro nacional e tem como missão assegurar a estabilidade do poder de compra da moeda e um sistema financeiro sólido e eficiente. O Bacen está sediado em Brasília – Distrito Federal, no Setor Bancário Sul, quadra 3, bloco B e possui representações em nove outras unidades da federação.

Estas demonstrações financeiras foram apreciadas pelo Diretor de Administração, que encaminhou, em 9 de fevereiro de 2012, voto favorável para sua aprovação. Conforme o previsto na Lei nº 4.595, de 1964, estas demonstrações tiveram sua divulgação autorizada pelo Conselho Monetário Nacional – CMN em 29 de fevereiro de 2012 e encontram-se publicadas no sítio do Bacen na internet (www.bcb.gov.br).

2 - APRESENTAÇÃO

As demonstrações financeiras do Bacen para o exercício findo em 31 de dezembro de 2011 foram elaboradas de acordo com as Normas Internacionais de Informações Financeiras – IFRS, emitidas pelo *International Accounting Standards Board* – IASB.

As seguintes normas e alterações de normas já emitidas, mas que ainda não estão em vigor, não foram aplicadas antecipadamente pelo Bacen:

a) IFRS 9 – Instrumentos Financeiros:

A aplicação obrigatória da IFRS 9, que estava prevista para os exercícios iniciados em 1º de janeiro de 2013, foi prorrogada pelo IASB para 1º de janeiro de 2015, de forma a manter para todas as fases do projeto a mesma data efetiva de obrigatoriedade. Essa norma não foi aplicada antecipadamente, tendo em vista que:

- a substituição da Norma Internacional de Contabilidade – IAS 39 – Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração deverá ser efetuada pelo IASB em três fases: i) classificação e mensuração; ii) *impairment*; e iii) contabilidade de *hedge*;
- dessas fases, apenas a primeira foi concluída; e
- a revisão parcial da contabilização de instrumentos financeiros poderia trazer distorções às demonstrações financeiras do Bacen.

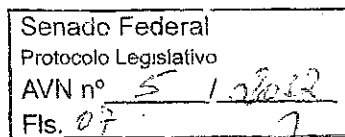
Em função dos aspectos anteriormente elencados e, também, de que instrumentos financeiros compõem a quase totalidade de ativos e passivos do Bacen, não é possível efetuar uma previsão da data de adoção antecipada dessa norma e, tampouco, estimar seus possíveis efeitos sobre as demonstrações financeiras.

b) Modificações à IAS 19 – Benefícios a Empregados:

Em junho de 2011 o IASB emitiu uma revisão da IAS 19, com aplicação obrigatória para períodos anuais iniciando em ou após 1º de janeiro de 2013. As principais modificações foram:

- a eliminação da opção de adiar o reconhecimento de ganhos e perdas de planos de benefício definido (método do corredor);
- a eliminação de opções para a apresentação de ganhos e perdas relativas a esses planos;
- o cálculo do retorno esperado sobre os ativos do plano com base na taxa utilizada para desconto da obrigação de benefício definido.

Em função do Bacen não utilizar o método do corredor para apurar ganhos e perdas atuariais de seus planos, a alteração não traz efeito sobre as demonstrações financeiras. Referente às demais modificações, não é possível estimar os possíveis efeitos na posição patrimonial e financeira da autarquia.



c) Normas e alterações de normas já emitidas, mas que ainda não estão em vigor, para as quais não se esperam efeitos sobre as demonstrações financeiras:

- Modificações à IAS 1 – Apresentação das Demonstrações Financeiras, com aplicação obrigatória para períodos anuais com início em ou após 1º de julho de 2012;
- IFRS 13 – Mensuração do Valor Justo, com aplicação obrigatória para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2013;
- Modificações à IFRS 7 – Instrumentos Financeiros: Divulgações, com aplicação obrigatória para períodos anuais com início em ou após 1º de julho de 2011.

3 - PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

A seguir, é apresentado um resumo das principais práticas contábeis utilizadas pelo Bacen, que foram consistentemente aplicadas às informações financeiras comparativas.

3.1. Apuração do resultado

O resultado do Bacen é apurado semestralmente em conformidade com o regime de competência e transferido ao Tesouro Nacional, se positivo, ou por ele coberto, se negativo (notas 28.1 e 40.a).

3.2. Reconhecimento de receitas e despesas de juros

As receitas e despesas de juros são reconhecidas utilizando-se a taxa de juros efetiva, a qual desconta exatamente o fluxo futuro de recebimentos e pagamentos de um ativo ou passivo financeiro para seu valor líquido contábil, em função de seus prazos contratuais. Esse cálculo considera todos os valores relevantes pagos ou recebidos entre as partes, tais como taxas, comissões, descontos e prêmios.

As receitas e despesas de juros apresentadas na demonstração de resultado incluem as receitas e despesas de juros dos ativos e passivos financeiros do Bacen não classificados na categoria Valor Justo a Resultado.

3.3. Ativos e passivos em moedas estrangeiras

A moeda funcional e de apresentação destas demonstrações financeiras é o Real, que representa a moeda do principal ambiente econômico de atuação da autarquia. Operações em moedas estrangeiras são convertidas para Reais pela taxa vigente na data das operações. Mensalmente, os ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras são convertidos pelas taxas de câmbio do final do mês e os ganhos e perdas resultantes são reconhecidos no resultado. O quadro a seguir apresenta as taxas cambiais utilizadas na data de fechamento do balanço:

	31.12.2011	31.12.2010
Dólar	1,8755	1,6658
Euro	2,4337	2,2273
Dólar Canadense	1,8397	1,6694
Libra Esterlina	2,9141	2,5868
Dólar Australiano	1,9112	1,6953
DES	2,8794	2,5654
Ouro (onça-troy)	2.871,3140	2.341,2819

As taxas de câmbio utilizadas são aquelas livremente fixadas pelos agentes e divulgadas pelo Bacen, exceto a cotação do ouro, que é a *PM Fixing*, divulgada pela Bolsa de Londres, convertida para Reais pela taxa do dólar da data de balanço. A partir de 1º de julho de 2011 houve alteração na metodologia de apuração das taxas de câmbio, as quais passaram a ser apuradas com base na média das cotações de transação no mercado interbancário à vista efetivamente fornecida por instituições credenciadas para realizar operações de compra e venda de moeda estrangeira com o Bacen (*dealers*), excluídas as duas maiores e as duas menores cotações. As cotações são fornecidas pelas instituições mediante quatro

Q

consultas aleatórias efetuadas pelo Bacen ao longo do dia e são validadas contra parâmetros objetivos de mercado.

O Direito Especial de Saque – DES é a unidade contábil utilizada pelo Fundo Monetário Internacional – FMI e tem sua taxa referenciada em uma cesta de moedas que são livremente utilizáveis em transações internacionais, atualmente o euro (EUR), o iene (JPY), a libra esterlina (GBP) e o dólar norte-americano (USD).

3.4. Ativos e passivos financeiros

3.4.1 Reconhecimento

Os ativos e passivos financeiros são registrados pelo valor justo no momento da contratação, ou seja, na data em que a entidade se compromete a efetuar a compra ou a venda, sendo que, para aqueles não classificados na categoria Valor Justo a Resultado, esse valor inclui todos os custos incorridos na operação.

O Bacen realiza operações em que não recebe nem transfere substancialmente todos os riscos e benefícios de ativos financeiros negociados, como nos compromissos de revenda. Nessa situação, os ativos negociados não são reconhecidos na contabilidade e os montantes aplicados são registrados no balanço patrimonial pelos valores adiantados.

3.4.2 Baixa

Ativos financeiros são baixados quando:

- a) os direitos de receber seus fluxos de caixa expiram, em virtude de liquidação financeira, inexistência de perspectiva de realização ou perda do direito de realização; ou
- b) o Bacen transfere os direitos de receber os fluxos de caixa, transferindo substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade. Não sendo possível determinar se houve retenção ou transferência substancial de todos os riscos e benefícios da propriedade, os ativos financeiros são baixados caso não haja retenção de controle sobre o ativo financeiro transferido

Passivos financeiros são baixados quando as obrigações são quitadas, canceladas ou expiram.

O Bacen realiza operações em que transfere os ativos reconhecidos em seu balanço patrimonial, mas detém o controle por meio da retenção de riscos e do direito às receitas e despesas. As principais operações com essas características são os compromissos de recompra e os empréstimos de títulos.

3.4.3 Registro de ativos e passivos pelo saldo líquido

Ativos e passivos financeiros são registrados pelo valor líquido quando existe a previsão legal e a intenção de que os pagamentos e recebimentos decorrentes sejam efetuados pelo saldo líquido. Operações com essas características são as realizadas no âmbito do Sistema de Pagamentos em Moeda Local – SML e do Convênio de Pagamentos e Créditos Recíprocos – CCR, demonstradas em créditos a receber ou a pagar, de acordo com o saldo apurado na data de fechamento do balanço.

3.4.4 Classificação dos instrumentos financeiros

Na data da contratação, os ativos financeiros são classificados em uma das seguintes categorias: Valor Justo a Resultado, Mantidos até o Vencimento, Empréstimos e Recebíveis ou Disponíveis para Venda. Após o registro inicial, os ativos são avaliados de acordo com a classificação efetuada:

a) Valor justo a resultado

Um instrumento financeiro é classificado na categoria Valor Justo a Resultado, com ganhos e perdas decorrentes da variação do valor justo reconhecidos no resultado, em ocorrendo uma das seguintes situações:

Senado Federal
Protocolo Legislativo
AVN nº 5 / 2012
Fls. 08 / 7

R

- se existir a intenção de negociação no curto prazo;
- se for um instrumento derivativo;
- por decisão da Administração, quando essa classificação apresentar informações mais relevantes e desde que esses ativos façam parte de uma carteira que seja avaliada e gerenciada com base no valor justo;

b) Mantidos até o vencimento

Compreende os ativos financeiros não derivativos para os quais a entidade tenha a intenção e a capacidade de manter até o vencimento. Esses ativos são avaliados pelo custo amortizado, sendo os juros, calculados utilizando-se a taxa de juros efetiva, reconhecidos no resultado pelo regime de competência;

c) Empréstimos e recebíveis

Inclui os ativos financeiros não derivativos com amortizações fixas ou determináveis e que não são cotados em mercado. Esses ativos são avaliados pelo custo amortizado, sendo os juros, calculados utilizando-se a taxa de juros efetiva, reconhecidos no resultado pelo regime de competência;

d) Disponíveis para venda

Esta categoria registra os ativos financeiros não derivativos não classificados nas demais categorias, uma vez que a Administração não possui expectativa determinada de venda. Esses ativos são avaliados pelo valor justo e têm seus ganhos e perdas levados ao patrimônio líquido, sendo reconhecidos no resultado no momento da sua efetiva realização. Entretanto, os juros, calculados utilizando-se a taxa de juros efetiva, são reconhecidos no resultado pelo regime de competência.

3.4.5 Metodologia de avaliação

O valor justo é o valor de mercado divulgado pelas principais centrais de custódia ou provedores de informações econômicas. Para os instrumentos sem mercado ativo, o valor justo é calculado com base em modelos de precificação que incluem o valor das últimas negociações ocorridas, o fluxo de caixa descontado e o valor justo de instrumentos financeiros semelhantes. Os modelos utilizados são avaliados por um comitê multidepartamental, a quem cabe sugerir novas metodologias ou aprimoramentos.

O custo amortizado é o valor da data de reconhecimento, atualizado pelos juros contratuais utilizando-se a taxa de juros efetiva, menos eventuais amortizações e reduções por perda de valor.

O quadro a seguir apresenta um resumo dos principais instrumentos financeiros e suas classificações:

<u>Ativo em Moedas Estrangeiras</u>	<u>Categoria</u>	<u>Metodologia de Avaliação / Fonte de Informação</u>
Disponibilidades	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado
Depósitos a Prazo em Instituições Financeiras	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado
Recursos sob Administração Externa	Valor justo a resultado	Valor justo - Administrador
Compromisso de Revenda	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado
Derivativos - Futuros	Valor justo a resultado	Valor justo - Bolsas
Derivativos - Forward	Valor justo a resultado	Valor justo - Modelos internos/Bloomberg
Titulos	Valor justo a resultado	Valor justo - Bloomberg
Créditos a Receber	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado
Ouro	Disponíveis para venda	Valor justo - PM Fixing - Bolsa de Londres
Participação em Organismos Financeiros Internacionais	Disponíveis para venda	Valor justo - Valor de resgate em Reais

Ativo em Moeda Local	Categoria	Metodologia de Avaliação / Fonte de Informação
Disponibilidades	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado
Depósitos	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado
Compromisso de Revenda	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado
Derivativos - Swap	Valor justo a resultado	Valor justo - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros
Derivativos - Equalização Cambial	Valor justo a resultado	Valor justo - Bacen
Títulos Públicos Federais - LTN	Disponíveis para venda	Valor justo - Anbima
Títulos Públicos Federais - exceto LTN	Mantidos até o vencimento	Custo amortizado
Créditos com o Governo Federal	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado
Créditos a Receber - Instituições em Liquidação Extrajudicial - Originais	Valor justo a resultado	Valor justo - Valor justo das garantias
Créditos a Receber - Instituições em Liquidação Extrajudicial - Parcelados	Valor justo a resultado	Valor justo - Fluxo de caixa descontado
Créditos a Receber - Outros	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado

Passivo em Moedas Estrangeiras	Categoria	Metodologia de Avaliação / Fonte de Informação
Operações Contratadas a Liquidar	Outros Passivos	Custo amortizado
Depósitos de Instituições Financeiras	Outros Passivos	Custo amortizado
Compromisso de Recompra	Outros Passivos	Custo amortizado
Derivativos - Futuros	Valor justo a resultado	Valor justo - Bolsas
Derivativos - Forward	Valor justo a resultado	Valor justo - Modelos internos/Bloomberg
Créditos a Pagar	Outros Passivos	Custo amortizado
Depósitos de Organismos Financeiros Internacionais	Outros Passivos	Custo amortizado

Passivo em Moeda Local	Categoria	Metodologia de Avaliação / Fonte de Informação
Operações Contratadas a Liquidar	Outros Passivos	Custo amortizado
Depósitos de Instituições Financeiras	Outros Passivos	Custo amortizado
Compromisso de Recompra	Outros Passivos	Custo amortizado
Derivativos - Swap	Valor justo a resultado	Valor justo - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros
Derivativos - Equalização Cambial	Valor justo a resultado	Valor justo - Bacen
Obrigações com o Governo Federal	Outros Passivos	Custo amortizado
Créditos a Pagar	Outros Passivos	Custo amortizado
Depósitos de Organismos Financeiros Internacionais	Outros Passivos	Custo amortizado

3.4.6 Provisão para perda de ativos financeiros

O Bacen efetua, no mínimo semestralmente, uma avaliação para verificar se existem evidências de perdas de valor de seus ativos financeiros.

Somente são consideradas evidências objetivas de perda os fatos ocorridos após o reconhecimento inicial do ativo que tenham impacto no fluxo estimado de recebimentos e desde que esse impacto possa ser estimado com confiança. São considerados, por exemplo, os seguintes eventos:

- dificuldades financeiras do devedor;
- o não pagamento de parcelas da obrigação, do principal ou de juros;
- renegociação ou abatimento;
- liquidação extrajudicial, falência e reorganização financeira;
- desaparecimento de mercado ativo, em função de dificuldades financeiras do emissor.

Senado Federal
Protocolo Legislativo
AVN nº 5 12012
Fls. 09 1

Se existirem evidências objetivas de perda nos ativos avaliados pelo custo amortizado, o valor da perda é calculado pela diferença entre o valor do ativo na data da avaliação e o valor que se espera receber ajustado a valor presente pelas taxas contratuais, sendo o valor do ativo ajustado com o uso de uma conta de provisão e o valor da perda reconhecido no resultado.

Provisões para perda de ativos financeiros são avaliadas individualmente por um comitê multidepartamental, a quem cabe verificar a propriedade dos valores e metodologias utilizadas.

Para os ativos classificados na categoria Disponíveis para Venda, havendo evidências objetivas de perda permanente, a perda acumulada reconhecida no patrimônio líquido deve ser transferida para a demonstração de resultado, mesmo não havendo a realização do ativo.

Quando um ativo é considerado não recebível, seu valor é baixado contra a conta de provisão. Eventuais recebimentos posteriores de ativos baixados são reconhecidos como receita.

R

Se, em períodos subsequentes, ocorrer alteração nas condições de recebimento do ativo, e essa alteração ocasionar reversão de provisão anteriormente reconhecida, o valor da reversão é reconhecido como receita, com exceção das participações societárias, para as quais a provisão para perda não pode ser revertida.

3.4.7 Derivativos

Os derivativos são reconhecidos pelo valor justo desde a data da contratação e são demonstrados como ativo, quando o valor justo for positivo, e como passivo, quando o valor justo for negativo.

O Bacen não aplica a contabilidade de *hedge* prevista na IAS 39 e, assim, reconhece todos os ganhos e perdas na demonstração de resultado.

3.5. Bens móveis e imóveis

Essa rubrica compreende os terrenos, edificações e equipamentos utilizados pelo Bacen em suas atividades, bem como o acervo de obras de arte e metais preciosos, exceto ouro monetário, e são contabilizados pelo custo, deduzida a depreciação acumulada, quando aplicável. No custo estão incluídas todas as despesas diretamente atribuíveis à aquisição ou construção do bem. Gastos posteriores somente são adicionados ao custo dos bens, se for provável e mensurável um incremento no fluxo financeiro decorrente desse acréscimo. As demais despesas de manutenção e reparo são reconhecidas no resultado.

Os terrenos, obras de arte e metais preciosos não são depreciados. Os demais ativos são depreciados pelo método linear, reconhecendo seu custo pela vida útil estimada dos bens:

- a) edificações: 62,5 anos
- b) bens móveis:
 - equipamentos para informática e veículos: 5 anos
 - outros materiais permanentes: 10 anos.

3.6. Provisões para pagamento de passivos

3.6.1 Ações judiciais

O Bacen reconhece uma provisão quando existe um provável desembolso de recursos, e desde que esse valor possa ser estimado com confiança. Quando o desembolso de recursos não for provável, mas apenas possível, nenhuma provisão é reconhecida.

3.6.2 Benefícios pós-emprego

O Bacen patrocina planos de benefícios pós-emprego referentes a aposentadorias e pensões e a assistência médica, todos na modalidade de benefício definido.

Um plano de benefício definido é aquele em que o valor dos benefícios a que os servidores terão direito no momento da aposentadoria é previamente estabelecido, tendo em vista um ou mais fatores, tais como idade e tempo de contribuição.

A provisão reconhecida no balanço é o valor presente das obrigações menos o valor justo dos ativos dos planos. O valor das obrigações é calculado anualmente por atuários independentes.

Ganhos e perdas atuariais decorrentes de ajustes com base na experiência e nas mudanças das premissas atuariais são reconhecidos na sua totalidade no patrimônio líquido.

O superávit atuarial decorre do excesso de ativos em relação aos benefícios a pagar do plano Centrus – Fundação Banco Central de Previdência Privada, o qual é reconhecido no balanço na extensão dos benefícios esperados (notas 20.2 e 37.2).



3.7. Imunidade tributária

De acordo com o previsto na Constituição Federal brasileira, o Bacen possui imunidade quanto à cobrança de impostos sobre seu patrimônio e sobre as rendas e serviços relacionados às suas atividades. Entretanto, está obrigado a recolher taxas e contribuições e a efetuar retenções de tributos referentes aos pagamentos de serviços prestados por terceiros.

3.8. Demonstração de fluxo de caixa

O objetivo da Demonstração de Fluxo de Caixa é demonstrar a capacidade de uma entidade de gerar caixa para fazer face às suas necessidades de liquidez. Tendo em vista que o Bacen é a instituição responsável pela liquidez do sistema financeiro e, portanto, detentor do direito de emissão, a Administração entende que a demonstração referente às suas operações deve se limitar àquelas em moedas estrangeiras, pois essas se encontram fora de sua prerrogativa de emissão.

Para fins da Demonstração de Fluxo de Caixa, caixa e equivalentes de caixa incluem o disponível em caixa e os depósitos à vista e a curtíssimo prazo.

4 - DISPONIBILIDADES

Compreendem a parcela das reservas internacionais mantida pelo Bacen como depósitos à vista e a curtíssimo prazo, de acordo com sua política de administração de risco, conforme descrito nas notas 32 a 36. Reservas internacionais são os ativos monetários disponíveis para a cobertura de desequilíbrios de pagamentos e, em algumas situações, para outras necessidades financeiras das autoridades monetárias de um país.

5 - DEPÓSITOS

5.1. Em moedas estrangeiras

Compreendem a parcela das reservas internacionais mantida pelo Bacen como depósitos a prazo fixo em instituições financeiras, de acordo com sua política de administração de risco, conforme descrito nas notas 32 a 36.

A variação no saldo desses depósitos deve-se ao rebalanceamento da carteira de investimento das reservas internacionais, com redução da carteira de liquidez e aumento da carteira de títulos (nota 9.1).

5.2. Em moeda local

Os depósitos são aqueles constituídos por determinação legal, vinculados a ações judiciais em curso, para as quais existe o reconhecimento de uma provisão (nota 20.1) ou de um precatório a pagar (nota 18.2). São remunerados pela Taxa Referencial – TR e, em função dessa vinculação, ficam indisponíveis até a decisão judicial sobre a questão em litígio.

6 - RECURSOS SOB ADMINISTRAÇÃO EXTERNA

Compreendem a parcela das reservas internacionais mantida pelo Bacen como aplicação em fundo de investimento gerenciado pelo Banco de Compensações Internacionais – BIS, a qual teve início em 2011.

7 - OPERAÇÕES COMPROMISSADAS

São operações em que ocorre uma compra à vista concomitante à assunção do compromisso de revenda em data futura (Compromisso de Revenda) ou uma venda à vista concomitante à assunção do compromisso de recompra em data futura (Compromisso de Recompra). Nessas operações, tendo em vista suas características, os bens negociados são contabilizados como garantias, exceto no caso das operações de compra e venda de moeda estrangeira, uma vez que a liquidação financeira ocorre somente contra pagamento na data pactuada, ou seja, o próprio recebimento da moeda negociada liquida a operação. No mercado externo, o Bacen normalmente contrata com a mesma contraparte uma operação de venda com compromisso de recompra (*repo*) concomitantemente a uma compra com compromisso de

revenda (*reverse repo*), sendo que a liquidação financeira dessas operações ocorre de maneira independente.

7.1. Em moedas estrangeiras

	31.12.2011	31.12.2010
Compromisso de Revenda	5.858.935	8.383.977
Títulos	-	7.251.771
Moedas	5.858.935	1.132.206
Ativos vinculados em garantia	-	7.263.920
Compromisso de Recompra	5.892.661	8.392.305
Títulos	-	7.251.455
Moedas	5.892.661	1.140.850
Ativos vinculados em garantia	-	7.112.921

a) Compromisso de revenda:

Nestas operações foram recebidos em garantia títulos emitidos por governos centrais com classificação de risco *Aaa* pela Agência *Moody's*. As quantidades de títulos e os valores recebidos em garantia são continuamente monitorados e ajustados de acordo com parâmetros de preços e riscos. O cálculo da garantia necessária é efetuado considerando o conjunto das garantias por contraparte, com ajuste de margem sempre que as garantias oferecidas nas operações de *repo* (nota 7.1.b) forem superiores a 98% das garantias recebidas nas operações de *reverse repo*.

O Bacen não sofre restrição quanto à venda, empenho, aluguel e transferência dos títulos recebidos em garantia, desde que os devolva na data final da operação. Estas garantias serão exercidas em caso de inadimplência de uma das partes de acordo com o preconizado pela *The Bond Market Association – TBMA* e pela *International Securities Market Association – ISMA* por meio dos documentos *Master Repurchase Agreement* ou *Global Master Repurchase Agreement*.

b) Compromisso de recompra:

Nas operações de recompra foram oferecidos em garantia títulos emitidos por governos centrais com classificação de risco *Aaa* pela Agência *Moody's* existentes na carteira do Bacen. Com o objetivo de se proteger dos riscos de crédito e de mercado, o Bacen entrega títulos no montante de 98% do valor financeiro das operações de compromisso de recompra (*repo*). A forma de cálculo e de realização das garantias é idêntica às das operações de revenda.

c) Variação no período:

A variação no período decorre da diminuição da contratação de operações compromissadas de compra com revenda de títulos, tendo em vista a menor liquidez e as baixas taxas de retorno verificadas no mercado externo, compensada em parte pelo acréscimo verificado nas operações compromissadas com moedas no mercado externo. O maior volume de operações compromissadas com moedas foi realizado com a finalidade de prover liquidez às carteiras de renda fixa quando do rebalanceamento da carteira de investimento das reservas internacionais (nota 5.1). Além disso, a rolagem das posições contratadas nas operações de *forward* (nota 8.1) foi realizada por meio de operações compromissadas de moedas.



7.2. Em moeda local

	31.12.2011	31.12.2010
Compromisso de Revenda	9.299.998	-
Títulos	9.299.998	-
Ativos vinculados em garantia	9.362.687	-
Compromisso de Recompra	351.178.116	288.665.899
Títulos	351.178.116	288.665.899
Ativos vinculados em garantia	348.223.829	286.435.302
Com livre movimentação	165.501.562	140.058.570
Sem livre movimentação	182.722.267	146.376.732

As garantias nas operações compromissadas envolvendo títulos são sempre constituídas em títulos públicos federais custodiados no Sistema Especial de Liquidação e de Custódia – Selic, os quais são avaliados a preços inferiores àqueles observados no mercado secundário com objetivo de proteger o credor dos recursos contra variações nas taxas de mercado (preços). Uma vez que o valor das garantias é estabelecido no momento da contratação da operação, não havendo a previsão de ajuste durante sua vigência, o doador de recursos assume o risco da variação de preços de mercado das garantias quando estes caem abaixo daqueles estabelecidos quando da contratação da operação.

As operações com compromisso de recompra podem ser constituídas com cláusula de "livre movimentação", em que os títulos podem ser objeto de venda definitiva, desde que sejam devolvidos na data de liquidação do compromisso, ou "sem livre movimentação", em que a venda definitiva não é permitida durante a vigência da operação. Por outro lado, as operações com compromisso de revenda são sempre formalizadas "sem livre movimentação".

O acréscimo no saldo das operações compromissadas foi ocasionado, preponderantemente, pelo aumento do nível de liquidez do mercado interno decorrente do resgate líquido de títulos da dívida pública federal em poder do mercado, incluindo-se o pagamento de juros, e da atuação do Bacen no mercado interbancário de câmbio, por meio de leilões de compra de moeda estrangeira.

8 - DERIVATIVOS

8.1. Em moedas estrangeiras

Na administração das reservas internacionais, o Bacen faz uso de derivativos em suas operações rotineiras com o objetivo de viabilizar a estratégia de investimento estabelecida previamente pelo Comitê de Estratégia de Investimento ou de administrar a exposição ao risco de mercado com base nos pilares de segurança, liquidez e rentabilidade, garantindo também o *hedge* do passivo externo de curto prazo do País.

Tendo em vista esses objetivos, o Comitê de Estratégia de Investimento autorizou a realização de derivativos em moedas diversas daquelas utilizadas como *hedge* da dívida externa soberana, seguindo um modelo que explora o diferencial de taxa de juros nos países e um modelo de médio prazo de tendência que se baseia em fatores técnicos, ambos plenamente utilizados no mercado financeiro internacional.

O Bacen utiliza os seguintes tipos de instrumentos derivativos em suas operações:

- Forwards* de moeda – instrumentos derivativos caracterizados pela troca de moedas (compra e venda) com liquidação em data futura e taxa prefixada. Essas operações são realizadas na modalidade de balcão, diretamente com instituições financeiras, e seguem os padrões de administração de risco descritos nas notas 32 a 36;
- Contratos futuros de juros e de títulos – instrumentos derivativos caracterizados pela obrigação de pagar ou pelo direito de receber um determinado montante relacionado à variação nas taxas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS – EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011

(Os valores estão expressos em milhares de Reais, a não ser quando declarado de maneira diferente)

fl. 15

de juros ou nos preços dos títulos de referência em uma data futura de acordo com o número e o tamanho dos contratos em aberto, a um determinado preço estabelecido no mercado. Essas operações são realizadas em bolsa, com garantias constituídas em dinheiro, sendo que as variações nos preços dos contratos são ajustadas diariamente.

31.12.2011

Derivativo/Moeda	Posição Comprada	Posição Vendida	Ajuste Positivo	Ajuste Negativo
Forward				
1 - 6 meses			350	2.347
Dólar Australiano	57.335	19.112	-	-
Dólar Canadense	-	36.793	-	-
Franco Suíço	-	56.524	-	-
Euro	114.040	-	-	871
Iene	-	1.222	-	-
Coroa Sueca	-	18.547	-	-
Dólar dos Estados Unidos	57.224	98.294	350	1.476
Futuro de Títulos				
1 - 5 anos			-	-
Dólar dos Estados Unidos	3.925.298	-	-	-
Total			350	2.347

31.12.2010

Derivativo/Moeda	Posição Comprada	Posição Vendida	Ajuste Positivo	Ajuste Negativo
Forward				
1 - 6 meses			11.031	10.169
Dólar Australiano	104.770	34.312	-	-
Dólar Canadense	-	33.439	-	-
Franco Suíço	113.021	-	-	-
Euro	67.324	228.949	1.458	47
Libra Esterlina	66.615	-	-	-
Iene	128.506	115.354	1.693	942
Dólar da Nova Zelândia	-	138.647	-	-
Coroa Sueca	79.539	-	-	-
Dólar dos Estados Unidos	374.967	383.134	7.880	9.180
Futuro de Juros				
1 - 6 meses			122	366
Dólar Australiano	-	2.542.950	122	366
Futuro de Títulos				
1 - 5 anos			-	342
Dólar dos Estados Unidos	9.938.163	-	-	-
Euro	-	760.623	-	342
> 5 anos			12.073	6.242
Dólar dos Estados Unidos	2.485.040	-	-	-
Dólar Australiano	644.214	1.813.971	5.941	4.742
Dólar Canadense	-	57.092	57	-
Euro	741.691	277.744	2.299	1.500
Libra Esterlina	424.227	-	3.776	-
Total			23.226	17.119

Dadas suas características de troca de moedas, nas operações de *forward* não há constituição de garantias. Nas operações de futuros, as garantias são constituídas por depósitos que totalizavam R\$8.899 em 2011 (R\$115.513 em 2010).

8.2. Em moeda local

8.2.1 Swap

Na execução da política monetária e cambial, o Bacen pode realizar operações de *swap*, referenciadas em taxas de juros e em variação cambial, com o objetivo de fornecer *hedge* cambial para as instituições financeiras e demais agentes econômicos.

Essas operações são contratadas por meio da realização de leilão em sistema eletrônico do Bacen e registradas na Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros – BM&FBovespa, na forma de um contrato padrão negociado naquela Bolsa denominado "Contrato de Swap Cambial com Ajuste Periódico – SCC". Nas posições compradas dos referidos contratos, o Bacen está ativo em taxa de juros doméstica, representada pela taxa média dos Depósitos Interfinanceiros – DI de prazo de um dia útil, e passivo em variação cambial mais cupom cambial, sendo este uma taxa representativa de juros em dólar. Inversamente, nas posições vendidas, o Bacen está ativo em variação cambial mais cupom cambial e passivo em taxa de juros doméstica (DI). Esses contratos têm valor nominal equivalente a US\$50.000 e ajuste financeiro diário. O valor das garantias é estipulado pela BM&FBovespa.

As operações de compra desses contratos pelo Bacen são denominadas no mercado financeiro como "swap cambial"; já as operações de venda são identificadas como operações de "swap cambial reverso".

Sem negociar operações no exercício de 2010, em janeiro de 2011 o Bacen retomou os leilões de swap cambial, cujos valores nominais, bem como valores justos por tipo de operação e por prazo de vencimento, estão demonstrados no quadro a seguir:

31.12.2011	Valor Nominal			Valor Justo	
	Posição Comprada	Posição Vendida	Posição Líquida	Ativo	Passivo
1 mês	4.462.059	(4.830.185)	(368.126)	-	37
1 - 6 meses	2.129.033	(4.117.381)	(1.988.348)	-	8.472
6 - 12 meses	328.265	(1.003.553)	(675.288)	-	2.827
Total	6.919.357	(9.951.119)	(3.031.762)		11.336

8.2.2 Equalização cambial

A operação de equalização cambial entre o Tesouro Nacional e o Bacen foi instituída por meio da Lei nº 11.803, de 5 de novembro de 2008, com o objetivo de dar maior transparência aos resultados das operações da autoridade monetária e reduzir a volatilidade de seu resultado, derivada do descasamento entre ativos e passivos cambiais (nota 34.3).

Por meio da equalização cambial, que apresenta características semelhantes a uma operação de *swap*, o custo de carregamento das reservas internacionais (representado pela diferença entre a rentabilidade da reserva e o custo médio de captação do Bacen) e o resultado das operações de *swap* cambial efetuadas no mercado interno são transferidos à União, por intermédio do Tesouro Nacional. Esses valores são calculados diariamente, sendo apurado o saldo a pagar ou a receber no último dia útil do semestre, o qual será liquidado financeiramente seguindo as mesmas regras estabelecidas para a transferência ou cobertura do resultado (notas 10, 24 e 37.1).

Em 2011 o resultado da operação de equalização cambial foi de R\$44.040.773 negativos (R\$48.529.720 positivos em 2010), conforme demonstrado na nota 37.1.

9 - TÍTULOS

9.1. Em moedas estrangeiras

	31.12.2011	31.12.2010
Títulos livres	614.062.619	405.661.032
1 mês	98.226	3.929.977
1 - 6 meses	23.934.370	32.504.250
6 - 12 meses	28.170.193	15.882.816
1 - 5 anos	514.689.636	331.374.640
+ de 5 anos	47.170.194	21.969.349
Títulos vinculados a operações compromissadas	-	7.108.326
1 - 5 anos	-	7.108.326
Títulos vinculados a garantias	-	4.595
1 - 5 anos	-	4.595
Títulos vinculados a operações de venda definitiva a liquidar	259.310	-
1 - 5 anos	259.310	-
Total	614.321.929	412.773.953

Referem-se a títulos prefixados e a títulos remunerados pela variação de índices de preços mais juros, de emissão de tesouros nacionais, de organismos supranacionais ou multilaterais e de agências, adquiridos pelo Bacen conforme sua política de investimentos. Constituem parte das reservas internacionais e têm como principais objetivos diversificar os tipos de investimento e de riscos, incrementar a rentabilidade e manter diferentes níveis de liquidez.

Esses títulos estão classificados na categoria Valor Justo a Resultado. O quadro a seguir demonstra o custo amortizado e o valor justo desses ativos:

	31.12.2011	31.12.2010
Custo amortizado	601.580.972	411.124.207
Ajuste a valor justo	12.740.957	1.649.746
Contabilidade	614.321.929	412.773.953

A variação na carteira de títulos em moedas estrangeiras ocorreu em função, principalmente, do incremento das reservas internacionais no período, considerando que a aplicação em títulos corresponde à maior parte das reservas e, em menor escala, do rebalanceamento da carteira de investimentos, com realocação de recursos de depósitos a prazo (nota 5.1) para títulos. Cabe destacar também os efeitos da depreciação do Real frente ao dólar norte-americano (nota 3.3), moeda na qual está denominada parte significativa dessa carteira (nota 34.2).



9.2. Em moeda local

Em 31.12.2011

	até 1 mês	1 - 6 meses	6 - 12 meses	1 - 5 anos	> 5 anos	Total
Títulos livres	15.777.152	5	38.144.159	196.067.388	153.965.733	403.954.437
LTN	-	-	27.404.540	72.554.541	-	99.959.081
LFT	-	5	-	41.551.447	234.430	41.785.882
NTN-B	-	-	10.739.619	45.742.275	134.484.281	190.966.175
NTN-F	15.777.152	-	-	36.219.125	19.247.022	71.243.299
Títulos vinculados a operações compromissadas	-	53.873.933	17.685.556	204.597.599	72.066.741	348.223.829
LTN	-	-	13.368.564	38.670.497	-	52.039.061
LFT	-	53.873.933	-	128.581.632	266.702	182.722.267
NTN-B	-	-	4.316.992	26.775.566	37.876.183	68.968.741
NTN-F	-	-	-	10.569.904	33.923.856	44.493.760
Títulos vinculados a garantias de operações	-	-	-	2.364.635	-	2.364.635
LFT	-	-	-	2.364.635	-	2.364.635
Títulos inegociáveis	-	-	-	91	121	212
NTN-P	-	-	-	91	121	212
Total	15.777.152	53.873.938	55.829.715	403.029.713	226.032.595	754.543.113

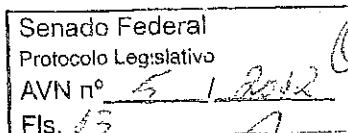
Em 31.12.2010

	até 1 mês	1 - 6 meses	6 - 12 meses	1 - 5 anos	> 5 anos	Total
Títulos livres	41.666.386	23.901.233	28.578.997	196.756.851	125.836.676	416.740.143
LTN	30.475.491	-	24.946.611	12.776.566	-	68.198.668
LFT	-	14.761.015	4	110.316.411	4.497.817	129.575.247
NTN-B	-	9.140.218	3.632.382	42.343.555	98.176.097	153.292.252
NTN-F	11.190.895	-	-	31.320.319	23.162.762	65.673.976
Títulos vinculados a operações compromissadas	-	28.301.763	69.490.946	149.620.448	39.022.145	286.435.302
LTN	-	-	30.069.343	13.764.819	-	43.834.162
LFT	-	26.408.499	26.988.015	88.004.945	-	141.401.459
NTN-B	-	1.893.264	12.433.588	17.733.675	19.360.674	51.421.201
NTN-F	-	-	-	30.117.009	19.661.471	49.778.480
Títulos inegociáveis	-	-	-	3	195	198
NTN-P	-	-	-	3	195	198
Total	41.666.386	52.202.996	98.069.943	346.377.302	164.859.016	703.175.643

O Bacen procura administrar sua carteira de maneira a dispor de instrumentos adequados à execução da política monetária, ou seja, a realização de operações de compra e venda de títulos, de forma definitiva ou compromissada. A composição dessa carteira, portanto, tende a acompanhar o perfil dos títulos da dívida pública mobiliária em poder do mercado, sendo que, para isso, o Bacen, à medida que ocorrem os vencimentos dos títulos em sua carteira, a recompõe por meio de compras em ofertas públicas do Tesouro Nacional, operações essas sempre efetuadas pelo preço médio pago pelos demais participantes do mercado.

As características dos títulos existentes na carteira do Bacen são:

- Letra do Tesouro Nacional – LTN: rendimento prefixado definido pelo deságio sobre o valor nominal;
- Letra Financeira do Tesouro – LFT: rendimento pós-fixado definido pela taxa média ajustada dos financiamentos diários apurados no Selic (taxa Selic);
- Nota do Tesouro Nacional Série B – NTN-B: rendimento pós-fixado definido pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, com pagamento semestral de cupom de juros de 6% a.a.;



d) Nota do Tesouro Nacional Série F – NTN-F: rendimento prefixado definido pelo deságio sobre o valor nominal, com pagamento semestral de cupom de juros de 10% a.a.;

e) Nota do Tesouro Nacional Série P – NTN-P: título nominativo e inalienável, atualizado pela TR e com juros de 6% a.a., pagos na data do resgate.

O quadro a seguir demonstra o valor de custo amortizado e o valor ajustado a mercado (nota 3.4.5) desses títulos:

	31.12.2011			31.12.2010		
	Custo Amortizado	Ajuste a Valor Justo	Contabilidade	Custo Amortizado	Ajuste a Valor Justo	Contabilidade
Disponíveis para venda	148.286.672	3.711.470	151.998.142	112.276.626	(243.796)	112.032.830
LTN	148.286.672	3.711.470	151.998.142	112.276.626	(243.796)	112.032.830
Mantidos até o vencimento	602.544.971	-	602.544.971	591.142.813	-	591.142.813
LFT	226.872.784	-	226.872.784	270.976.706	-	270.976.706
NTN-B	259.934.916	-	259.934.916	204.713.453	-	204.713.453
NTN-F	115.737.059	-	115.737.059	115.452.456	-	115.452.456
NTN-P	212	-	212	198	-	198
Total	750.831.643	3.711.470	754.543.113	703.419.439	(243.796)	703.175.643

A variação observada na carteira de títulos públicos federais do Bacen decorre, basicamente, da incorporação de juros (nota 23) e do ajuste a valor justo positivo das LTN (nota 22.3), compensados em parte pelos resgates de títulos no período (nota 37.1).

10 - OPERAÇÕES COM O GOVERNO FEDERAL

Ativo	31.12.2011	31.12.2010
Equalização Cambial	101.274.794	48.633.518
Outros	41	634
Total	101.274.835	48.634.152
Passivo	31.12.2011	31.12.2010
Conta Única do Tesouro Nacional	475.622.276	404.516.398
Equalização Cambial	90.240.059	-
Resultado a Transferir	11.243.847	4.929.917
Outros	1.084.732	1.075.456
Total	578.190.914	410.521.771

Por força de disposições legais, o Bacen mantém relacionamento financeiro com o Tesouro Nacional, cujas principais operações aparecem detalhadas na nota 37.1.

A variação observada no período decorre, principalmente, do resultado apurado na operação de equalização cambial entre o Tesouro Nacional e o Bacen (notas 8.2.2 e 37.1)

11 - CRÉDITOS A RECEBER

11.1. Em moedas estrangeiras

	31.12.2011	31.12.2010
<i>Note Purchase Agreement</i>	-	1.642.664
<i>New Arrangements to Borrow</i>	2.160.171	-
Outros créditos a receber	8.866	6.733
Total	2.169.037	1.649.397

O saldo de créditos a receber em moedas estrangeiras em 31 de dezembro de 2011 refere-se, basicamente, à participação do Bacen no *New Arrangements to Borrow – NAB*.

O NAB fundamenta-se no art. 7º do Convênio Constitutivo do FMI, que autoriza o organismo, em caso de escassez de determinada moeda, propor aos países membros a realização de empréstimos ao Fundo, de forma complementar às suas quotas (nota 13), em termos e condições acertados entre as partes, com o objetivo de reforçar a capacidade financeira do organismo. O acordo é revisto e renovado regularmente.

O acordo firmado em 1º de abril de 2011 prevê a disponibilização de até DES8,74 bilhões ao Fundo. Com o objetivo de reduzir a pressão por recursos nos países que já contribuíam para o Fundo antes da ativação do acordo, o FMI facultou aos países que tinham operações no âmbito do *Note Purchase Agreement – NPA* a migrarem os seus saldos para o NAB. Dessa forma, foram disponibilizados DES750 milhões no âmbito do NAB, provenientes da incorporação das operações do NPA, as quais foram encerradas na data da celebração do referido acordo.

Os créditos do NAB são denominados em DES e remunerados por taxas determinadas semanalmente com base na média ponderada das taxas de juros representativas de débitos de curto prazo no mercado monetário dos países cujas moedas constituem o DES (nota 3.3). O vencimento dessas operações é de cinco anos, com a possibilidade de liquidação antes desse prazo no caso de o tomador de recursos antecipar o pagamento ao Fundo. Os recursos disponibilizados no NAB não contam com garantias reais.



11.2. Em moeda local

Em 31.12.2011

	Custo Amortizado	Ajuste a Valor Justo	Contabilidade
Valor Justo a Resultado - Designação	68.643.479	(31.672.489)	36.970.990
Créditos originais	65.621.587	(30.350.074)	35.271.513
Banco Nacional - Em Liquidação Extrajudicial	32.805.739	(14.718.108)	18.087.631
Banco Econômico - Em Liquidação Extrajudicial	30.310.999	(15.481.663)	14.829.336
Banco Mercantil - Em Liquidação Extrajudicial	2.354.543	-	2.354.543
Banco Banorte - Em Liquidação Extrajudicial	150.303	(150.303)	-
Banco Morada - Em Liquidação Extrajudicial	3	-	3
Créditos parcelados	3.021.892	(1.322.415)	1.699.477
Banco Banorte - Em Liquidação Extrajudicial	525.428	(229.933)	295.495
Banco Bamerindus - Em Liquidação Extrajudicial	2.496.464	(1.092.482)	1.403.982
Empréstimos e Recebíveis	3.186.600	-	3.186.600
Empréstimos vinculados a crédito rural	2.200.764	-	2.200.764
Centrus	966.887	-	966.887
Outros	18.949	-	18.949
Total	71.830.079	(31.672.489)	40.157.590

Em 31.12.2010

	Custo Amortizado	Ajuste a Valor Justo	Contabilidade
Valor Justo a Resultado - Designação	62.769.962	(32.717.469)	30.052.493
Banco Nacional - Em Liquidação Extrajudicial	30.698.448	(14.879.592)	15.818.856
Banco Econômico - Em Liquidação Extrajudicial	26.659.522	(14.396.094)	12.263.428
Banco Mercantil - Em Liquidação Extrajudicial	1.970.209	-	1.970.209
Banco Banorte - Em Liquidação Extrajudicial	729.556	(729.556)	-
Banco Bamerindus - Em Liquidação Extrajudicial	2.712.227	(2.712.227)	-
Empréstimos e Recebíveis	9.021.335	-	9.021.335
Empréstimos vinculados a crédito rural	8.714.410	-	8.714.410
Centrus	289.283	-	289.283
Outros	17.642	-	17.642
Total	71.791.297	(32.717.469)	39.073.828

11.2.1 Valor justo a Resultado - Designação

a) Créditos originais

a.1) Características e condições do crédito

Refere-se basicamente aos créditos do Bacen com as instituições em liquidação originários de operações de assistência financeira (Proer) e de saldos decorrentes de saques a descoberto na conta Reservas Bancárias.

A correção desses créditos é efetuada a partir da aplicação do art. 124, parágrafo único, da Lei de Falências (Lei nº 11.101, de 9 de fevereiro de 2005), pelo qual a parcela dos créditos originada de operações com o Proer deve ser atualizada pelas taxas contratuais, até o limite das garantias, e o restante pela TR, ressaltando-se que as taxas contratuais são as decorrentes das garantias das operações originais.

Sua realização está sujeita aos ritos legais e processuais determinados na Lei das Liquidações (Lei nº 6.024, de 13 de março de 1974) e na Lei de Falências. Essa legislação determina, entre outros pontos:

- a suspensão dos prazos anteriormente previstos para a liquidação das obrigações;
- o pagamento dos passivos com observância à ordem de preferência estabelecida pela lei: despesas da administração da massa, créditos trabalhistas, créditos com garantias reais, créditos tributários, e por fim, os créditos quirografários;
- o estabelecimento do quadro geral de credores, instrumento pelo qual se identificam todos os credores da instituição, o valor efetivo de seu crédito e sua posição na ordem de preferência para o recebimento;
- os procedimentos necessários à realização dos ativos, como, por exemplo, a forma da venda (direta ou em leilão, ativos individuais ou conjunto de ativos).

As amortizações ocorridas desde a data da decretação da liquidação, quando realizadas com recursos oriundos das garantias vinculadas aos débitos, foram alocadas nos respectivos contratos de operações de assistência financeira (Proer), em observância da legislação falimentar, podendo o devedor realizar a imputação de acordo com sua conveniência apenas nos casos em que as amortizações foram realizadas com recursos livres. Em qualquer caso, as amortizações são imputadas inicialmente nos juros e depois no capital, de acordo com a legislação civil.

Os créditos a receber junto ao Banco Morada – Em Liquidação Extrajudicial referem-se a tarifas do Sistema de Transferência de Reservas – STR não pagas pela instituição.

a.2) Classificação e forma de avaliação

Esses créditos são classificados na categoria Valor Justo a Resultado por designação da Administração do Bacen, que considerou essa classificação mais relevante tendo em vista as seguintes características:

- constituem uma carteira de ativos de mesma origem – decorrem da atuação do Bacen como entidade fiscalizadora do sistema financeiro nacional;
- esses ativos são, desde 1999, avaliados pelo seu valor de realização, para efeitos gerenciais e contábeis. Essa forma de avaliação reflete os objetivos do Bacen ao tratar os processos de liquidação extrajudicial, ou seja, a conclusão no menor tempo possível e da forma menos onerosa para a autoridade monetária e para os depositantes e investidores.

O valor justo desses créditos é avaliado pelo valor justo das garantias originais, constituídas por LFT, NTN-A3 e FCVS/CVS, excluídos os créditos preferenciais ao Bacen (pagamentos de despesas essenciais à liquidação, encargos trabalhistas e encargos tributários).

b) Requerimentos efetuados com base no art. 65 da Lei nº 12.249, de 11 de junho de 2010

b.1) Características e condições do crédito

Com a edição da Lei nº 12.249, de 11 de junho de 2010, os créditos do Bacen com as instituições em liquidação tornaram-se passíveis de pagamento à vista ou parcelado, mediante requerimento do devedor, com descontos de 25% a 45% incidentes sobre os encargos.

Nacional, Econômico, Mercantil, Banorte e Bamerindus apresentaram seus requerimentos ao Bacen, na forma prevista no art. 65 da referida lei. O princípio geral que norteia a liquidação dos créditos é a admissão de dação de instrumentos de dívida pública federal em pagamento, cuja avaliação será atribuída pelo Bacen, para cada espécie de título ofertado, considerando-se o menor valor entre o nominal e o de mercado.

Em agosto de 2011, Banorte e Bamerindus firmaram termo de parcelamento de suas dívidas originárias de saques a descoberto na conta Reservas Bancárias junto ao Bacen. O pagamento será efetuado em 180 prestações mensais e consecutivas (das quais cinco foram quitadas até dezembro de

2011), atualizadas pela TR, conforme assegura às instituições em liquidação o art. 9º, caput, da Lei nº 8.177, de 1º de março de 1991, com a redação dada pela Lei nº 8.218, de 29 de agosto de 1991. Caso seja cessado o regime de liquidação extrajudicial, seja caracterizada massa superavitária ou haja outro fundamento legal para afastar a incidência da TR, as prestações mensais passarão a ser atualizadas pela taxa Selic.

O termo de parcelamento firmado não implica novação da dívida, cabendo destacar que a inadimplência do devedor pode ensejar a rescisão do termo, com a dívida retornando à situação original. A efetivação do parcelamento também não implica automático encerramento do regime especial, que pode ser avaliado em momento oportuno, se for o caso, de acordo com as condições estabelecidas na Lei nº 6.024, de 13 de março de 1974.

Os créditos a receber do Banco Mercantil – Em Liquidação Extrajudicial foram objeto de proposta de pagamento à vista, conforme evidenciado na nota 39.

Os demais créditos encontravam-se em análise na data de fechamento do balanço, razão pela qual não é possível precisar os fluxos de caixa que serão destinados ao Bacen quando do recebimento.

b.2) Classificação e forma de avaliação

Esses créditos são classificados na categoria Valor Justo a Resultado por designação da Administração do Bacen, tendo em vista as mesmas características observadas para os créditos originais (nota 11.2.1.a).

O valor justo dos créditos corresponde ao valor presente dos fluxos de caixa, apurado por meio da utilização de taxas de mercado equivalentes (nota 31). Em função de a metodologia de avaliação do valor justo dos créditos originais com as instituições em liquidação extrajudicial prever a recuperabilidade desses ativos com base no valor justo das garantias originais, excluídos os créditos preferenciais ao Bacen, os créditos junto ao Banorte e ao Bamerindus apresentavam valor contábil igual a zero em 31 de dezembro de 2010 (custo amortizado menos ajuste a valor justo). No entanto, com o parcelamento da dívida, fluxos de caixa começaram a fluir para o Bacen, gerando um efeito financeiro positivo no resultado da autarquia de R\$304.287, referente aos créditos do Banorte, e R\$1.375.737, referente aos créditos do Bamerindus.

11.2.2 Empréstimos e Recebíveis

a) Empréstimos vinculados a crédito rural

Trata-se de empréstimos às instituições financeiras com recursos provenientes do recolhimento compulsório das deficiências de aplicação em crédito rural. Tais empréstimos são concedidos mediante solicitação das instituições financeiras e são limitados ao valor do próprio recolhimento compulsório, devendo ser aplicados em operações de crédito rural.

Esses empréstimos têm prazo máximo de doze meses e, no caso de recursos da poupança rural, estão sujeitos à incidência de encargos financeiros representados pela TR.

A variação no saldo dos empréstimos vinculados a crédito rural ocorreu em função da diminuição das deficiências de aplicação em crédito rural no período, com consequente redução desse tipo de empréstimo.

b) Centrus

Compreendem os créditos a receber da Centrus decorrentes:

- de alterações promovidas em 2009 no regulamento do plano de benefícios da Fundação, que contemplaram a elevação da cota básica das pensões por morte, gerando crédito ao patrocinador na proporção do benefício concedido;
 - da destinação do superávit do plano de benefícios da Fundação, conforme aprovado pela Portaria nº 192, de 14 de abril de 2011, da Superintendência Nacional de Previdência Complementar – Previc, com reversão de valores ao patrocinador, aos assistidos e ao participante autopatrocinado.
- 

Conforme termo de acordo celebrado entre o Bacen e a Centrus, os recursos vem sendo transferidos mediante solicitação do patrocinador e são remunerados pela taxa equivalente à rentabilidade obtida pela Fundação nas aplicações em títulos públicos federais, inclusive em fundos de curto prazo lastreados nesses títulos.

A variação observada até 31 de dezembro de 2011 decorre, basicamente, do reconhecimento da parcela devida ao Bacen do superávit do plano de benefícios da Centrus e da remuneração dos créditos no período (nota 37.2).

12 - OURO

O Bacen, a exemplo dos demais bancos centrais, mantém parte das reservas internacionais do País em ouro. O ouro é considerado um ativo de reserva porque está prontamente disponível para as autoridades monetárias, de maneira não condicional. Assim, o ouro mantido pelo Bacen é um ativo financeiro monetário.

Tendo em vista essas características, o Bacen entendeu que as IFRS não prevêem tratamento contábil para esse tipo de ativo e, assim, baseado no previsto na IAS 8 – Políticas Contábeis, Alterações nas Estimativas Contábeis e Erros, estabeleceu que o melhor tratamento contábil é aquele previsto para os demais ativos financeiros, ou seja, a IAS 39.

Em 31 de dezembro de 2011 e de 2010, o Bacen possuía 1.080.459,824 onças-troy classificadas na categoria Disponíveis para Venda, uma vez que não existe intenção de sua negociação no curto prazo. Em função dessa classificação, o ouro está avaliado pelo preço de mercado em dólar, com os ajustes lançados no patrimônio líquido e os efeitos da correção cambial na demonstração de resultado.

	31.12.2011	31.12.2010
Custo	574.814	510.558
Ajuste a valor justo	2.527.525	2.019.103
Contabilidade	3.102.339	2.529.661

A variação no período deve-se à elevação da cotação do ouro no mercado financeiro internacional (nota 3.3).

13 - PARTICIPAÇÃO EM ORGANISMOS FINANCEIROS INTERNACIONAIS

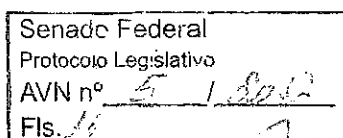
A participação do Bacen em organismos financeiros internacionais compreende quotas do FMI (1,79% do patrimônio do Fundo) e ações do BIS (0,55% do capital). O percentual do capital desses organismos detido pelo Bacen não representa controle ou influência significativa em sua administração ou nas decisões desses organismos, o que determina sua contabilização de acordo com a IAS 39.

Esses ativos são classificados na categoria Disponíveis para Venda, sendo seu valor de mercado expresso pelo valor, em Reais, da participação do Brasil nos organismos.

	31.12.2011	31.12.2010
Fundo Monetário Internacional	12.238.677	7.788.811
Banco de Compensações Internacionais	71.633	63.822
Total	12.310.310	7.852.633

A variação do saldo no período decorreu:

- a) da elevação da participação do Bacen no FMI, de 1,40% para 1,79%, tendo em vista a reforma no sistema de quotas do Fundo aprovada em abril de 2008, que entrou em vigor em março de 2011;



b) do ajuste a valor justo positivo (nota 22.3), tendo em vista a depreciação do Real frente ao DES (nota 3.3).

14 - BENS MÓVEIS E IMÓVEIS

2011

	Metais preciosos sob formas diversas	Terrenos	Edificações	Equipamentos	Obras de Arte e Acervo do Museu	Total
Saldo em 31/12/2010	38.482	256.324	360.232	82.306	30.134	767.478
Custo	38.750	256.324	432.612	257.853	30.134	1.015.673
Depreciação acumulada	-	-	(72.380)	(175.547)	-	(247.927)
Provisão para Perdas	(268)	-	-	-	-	(268)
Movimentação em 2011	-	-	8.926	8.811	8	17.745
Aquisições/Construções	-	-	19.236	32.795	8	52.039
Venda/Baixas	-	-	(202)	(17.363)	-	(17.565)
Depreciação	-	-	(10.108)	(23.845)	-	(33.953)
Baixa de Depreciação	-	-	-	17.224	-	17.224
Saldo em 31/12/2011	38.482	256.324	369.158	91.117	30.142	785.223

2010

	Metais preciosos sob formas diversas	Terrenos	Edificações	Equipamentos	Obras de Arte e Acervo do Museu	Total
Saldo em 31/12/2009	38.482	256.324	368.480	87.089	30.124	780.499
Custo	38.750	256.324	430.752	252.544	30.124	1.008.494
Depreciação acumulada	-	-	(62.272)	(165.455)	-	(227.727)
Provisão para Perdas	(268)	-	-	-	-	(268)
Movimentação em 2010	-	-	(8.248)	(4.783)	10	(13.021)
Aquisições/Construções	-	-	1.860	25.030	10	26.900
Venda/Baixas	-	-	-	(19.721)	-	(19.721)
Depreciação	-	-	(10.108)	(25.407)	-	(35.515)
Baixa de Depreciação	-	-	-	15.315	-	15.315
Saldo em 31/12/2010	38.482	256.324	360.232	82.306	30.134	767.478

15 - OUTROS ATIVOS

	31.12.2011	31.12.2010
Em Moedas Estrangeiras	-	1.099
Em Moeda Local	1.225.822	1.922.205
Superávit Atuarial - Centrus (Nota 20.2)	1.149.284	1.839.249
Outros	76.538	82.956
Total	1.225.822	1.923.304

16 - OPERAÇÕES CONTRATADAS A LIQUIDAR

Referem-se basicamente a operações contratadas e ainda não liquidadas na data do balanço, cuja liquidação financeira se dará em até três dias.

17 - DEPÓSITOS DE INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS

	31.12.2011	31.12.2010
Em Moedas Estrangeiras	1.333	1.185
Em Moeda Local	424.925.295	379.441.614
Recursos à Vista	51.465.641	55.707.954
Recursos a Prazo	130.616.900	104.150.806
Depósitos de Poupança	80.713.232	72.184.979
Exigibilidade Adicional	157.685.941	135.721.287
Outros	4.443.581	11.676.588
Total	424.926.628	379.442.799

Os depósitos de instituições financeiras em moeda local constituem-se, principalmente, dos recolhimentos compulsórios, os quais representam tradicional instrumento de política monetária, desempenhando função de estabilizadores da liquidez da economia.

Esses depósitos são calculados sobre o saldo médio diário dos valores captados pelos bancos e podem ser exigidos em espécie ou em títulos públicos federais, sendo que os depósitos constituídos em espécie representam um passivo à vista do Bacen.

Atualmente, os principais recolhimentos compulsórios em espécie possuem as seguintes alíquotas e taxas de remuneração:

- sobre recursos à vista – alíquota de 43%, sem remuneração;
- sobre recursos a prazo – alíquota de 20%, remunerados pela taxa Selic;
- sobre depósitos de poupança – alíquota de 20% (17% poupança rural), remunerados com base na TR + 6,17% ao ano, para as modalidades de poupança livre, pecúlio e rural, e na TR + 3% ao ano, para a modalidade de poupança vinculada;
- exigibilidade adicional – incidente sobre a soma dos recursos à vista (alíquota de 12%), dos recursos a prazo (alíquota de 12%) e dos depósitos de poupança (alíquota de 10%), remunerada pela taxa Selic.

A variação no saldo de depósitos de instituições financeiras está associada, basicamente, à flutuação dos valores sujeitos a recolhimento, uma vez que não houve alteração significativa nas regras dos principais recolhimentos compulsórios no período.

18 - CRÉDITOS A PAGAR

O saldo de créditos a pagar compreende:

	31.12.2011	31.12.2010
Em Moedas Estrangeiras	8.324.770	7.592.285
Alocações de DES	8.315.443	7.411.025
Outros	9.327	181.260
Em Moeda Local	959.748	1.248.578
Precatórios a Pagar	759.325	1.063.308
Outros	200.423	185.270
Total	9.284.518	8.840.863

18.1. Em moedas estrangeiras

As alocações de DES são recursos disponibilizados pelo FMI aos países membros, proporcionais às suas quotas de participação, sem data de vencimento, sobre cuja utilização incidem juros (pagos trimestralmente) calculados às taxas do DES (nota 11.1), divulgadas pelo próprio Fundo. Os DES decorrentes dessas alocações compõem as reservas internacionais (nota 4) e são remunerados pelas mesmas taxas da obrigação.

A variação no saldo de créditos a pagar em moedas estrangeiras deve-se, basicamente, aos efeitos da variação cambial ocorrida no período.

18.2. Em moeda local

Segundo dispõe o § 5º do art. 100 da Constituição Federal, as entidades de direito público devem incluir nos seus orçamentos dotação necessária à cobertura dos precatórios judiciais apresentados até 1º de julho de cada ano, para pagamento até o final do exercício seguinte.

Com a edição da Emenda Constitucional nº 30, de 13 de setembro de 2000, os precatórios decorrentes de ações ajuizadas até 31 de dezembro de 1999 serão liquidados pelo seu valor real, em moeda corrente, acrescido de juros legais, em prestações anuais, iguais e sucessivas, no prazo máximo de dez anos, ressalvados, entre outros, os créditos de natureza alimentícia e de pequeno valor.

Em atenção ao disposto no art. 27 da Lei nº 12.465, de 12 de agosto de 2011 (Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO 2012), as dotações aprovadas na lei orçamentária anual, destinadas ao pagamento de débitos oriundos de decisões judiciais transitadas em julgado, serão descentralizadas aos tribunais requisitantes dos precatórios, aos quais competirá efetuar os pagamentos aos beneficiários. Em virtude disso, os recursos orçamentários e financeiros não transitarão pelo Bacen (entidade devedora). O saldo existente em 31 de dezembro de 2011 refere-se aos precatórios a serem pagos nos exercícios de 2011 e seguintes.

19 - DEPÓSITOS DE ORGANISMOS FINANCEIROS INTERNACIONAIS

	31.12.2011	31.12.2010
Em Moedas Estrangeiras	8.863.307	6.132.430
Banco Interamericano de Desenvolvimento	61.869	78.108
Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento	17.008	15.977
Fundo Monetário Internacional	8.784.426	6.038.328
Outros	4	17
Em Moeda Local	2.045	941
Fundo Financeiro para o Desenvolvimento da Bacia do Prata	2.045	941
Total	8.865.352	6.133.371

Os depósitos de organismos financeiros internacionais correspondem, principalmente, aos depósitos à vista que o FMI mantém no País. Outros organismos internacionais mantêm disponibilidades no Bacen para fazer face às suas despesas administrativas.

A variação do saldo de depósitos junto ao FMI refere-se à integralização de quotas do Fundo (nota 13) e à depreciação do Real frente ao DES no período (nota 3.3).



20 - PROVISÕES

	31.12.2011	31.12.2010
Ações Judiciais	3.201.941	2.696.925
Passivo Atuarial	19.375.933	17.469.122
Total	22.577.874	20.166.047

20.1. Provisões para ações judiciais

O Bacen era parte em 13.379 ações em 31 de dezembro de 2011 (3.381 no pólo ativo, 9.992 no pólo passivo e 6 tendo o Bacen como interessado) em função de assuntos diversos, entre os quais planos econômicos, reclamações trabalhistas, liquidações de instituições financeiras e privatizações. Em 31 de dezembro de 2010, o total era de 15.264, sendo 3.527 no pólo ativo, 11.734 no pólo passivo e 3 tendo o Bacen como interessado.

A área jurídica avalia todas essas ações judiciais levando em consideração o valor em discussão, a fase processual e o risco de perda. O risco de perda é calculado com base em decisões ocorridas no processo, na jurisprudência aplicável e em precedentes para casos similares.

São contabilizadas provisões de 100% do valor em risco (incluindo uma estimativa de honorários de sucumbência) para todas as ações em que o risco de perda seja classificado como provável, ou seja, em que o risco de perda seja avaliado como maior do que 50%. Em 2011 foram contabilizadas provisões para 1.168 ações (1.248 em 2010). O quadro a seguir apresenta a movimentação da conta de provisões durante o exercício:

	2011	2010
Saldo Inicial	2.696.925	2.727.709
Movimentação	505.016	(30.784)
Constituição	604.867	288.142
Reversão	(75.529)	(297.358)
Transferência para Precatório	(24.322)	(21.568)
Saldo Final	3.201.941	2.696.925

Os valores das ações judiciais são corrigidos pela taxa Selic.

As ações judiciais em que o risco de perda foi considerado menor que provável e maior que remoto foram classificadas como passivos contingentes e assim não foram provisionadas. Em 31 de dezembro de 2011 havia 796 ações (979 em 2010) nessa situação, totalizando R\$72.172.231 (R\$64.291.722 em 2010).

O quadro a seguir apresenta o valor das provisões distribuído em função do prazo esperado para a conclusão das ações:

Q

	31.12.2011	31.12.2010
2011	-	821.221
2012	799.639	1.243.562
2013	1.618.071	45.667
2014	94.722	36.241
2015	564.940	521.096
2016	96.032	8.519
2017	3.741	3.168
2018	10.717	10.964
2019	1.018	1.197
2020	9.237	2.000
2021	3.479	3.277
2022	297	-
2023	48	13
Total	3.201.941	2.696.925

O Bacen, conforme procedimentos judiciais, efetuou depósitos vinculados a algumas ações judiciais em curso (nota 5.2). Esses depósitos podem ser utilizados em uma das seguintes situações:

- decisão favorável ao Bacen na ação judicial, caso em que o juiz autoriza o Bacen a resgatar o depósito;
- decisão desfavorável ao Bacen e determinação do judiciário de se transferir o valor à contraparte vencedora;
- decisão desfavorável ao Bacen e emissão de precatório, caso em que o juiz autoriza o Bacen a efetuar o resgate do depósito correspondente.

20.2. Provisões para Passivos Atuariais

O Bacen patrocina planos de benefícios pós-emprego a seus servidores, os quais incluem aposentadoria, pensão e assistência médica. A seguir, apresentamos um resumo dos planos existentes, bem como os principais parâmetros para os cálculos atuariais:

a) Benefícios de aposentadoria aos servidores aposentados até 1990 – Centrus

Plano na modalidade de benefício definido, cuja finalidade é conceder a complementação de aposentadorias e pensões pagas pela previdência social aos servidores que se aposentaram até 1990. O plano é custeado por contribuições do patrocinador e dos servidores aposentados, vertidas à Centrus, a quem cabe a administração dos recursos e os pagamentos, destacando-se que em 2008, em função do superávit atuarial apresentado pelo Plano, as alíquotas das contribuições foram reduzidas para 0% para o patrocinador e para os participantes. Este plano está em processo de extinção uma vez que não existe a possibilidade da entrada de novos participantes.

b) Benefícios de aposentadoria aos servidores aposentados após 1990 – RJU

Plano na modalidade de benefício definido, cuja finalidade é efetuar o pagamento de aposentadorias e pensões de acordo com o previsto na Constituição Federal e na Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990.

Para que os servidores tenham direito a esse benefício, o Bacen e os próprios servidores efetuam contribuições diretamente ao Governo Federal, não havendo entretanto vinculação entre esse recolhimento e o recebimento dos benefícios. Assim, tendo em vista a legislação vigente, esse plano é mantido por recursos do Bacen. O ativo vinculado a esse plano, que se encontrava sob administração da Centrus, foi liquidado no exercício de 2010.

c) Benefícios de assistência à saúde – Faspe

Plano na modalidade de benefício definido, cuja finalidade é a manutenção de um programa com o objetivo de custear a prevenção de doenças e a manutenção e recuperação da saúde dos servidores do Bacen e de seus dependentes.

O plano é mantido por contribuições do patrocinador e dos servidores, havendo também a participação dos servidores nos gastos realizados, conforme regulamentação.

As contribuições são vertidas ao Fundo de Assistência ao Pessoal – Faspe, a quem cabe a administração dos recursos e a responsabilidade pelo pagamento dos benefícios.

d) Cálculos atuariais

Cálculo da Provisão	31.12.2011			31.12.2010		
	Centrus	RJU	Faspe	Centrus	RJU	Faspe
Valor presente das obrigações atuariais	2.536.665	17.098.943	2.350.784	2.303.023	16.847.922	704.109
(-) Valor justo dos ativos do plano	(5.493.976)	-	(73.795)	(6.579.520)	-	(82.909)
Passivo (ativo) atuarial líquido	(2.957.311)	17.098.943	2.276.989	(4.276.497)	16.847.922	621.200
(-) Ativo não reconhecido	(1.808.027)	-	-	(2.437.248)	-	-
Passivo (ativo) atuarial reconhecido no balanço	(1.149.284)	17.098.943	2.276.989	(1.839.249)	16.847.922	621.200

d.1) Centrus:

O superávit atuarial do plano Centrus, referente ao excesso de ativos em relação aos benefícios a pagar, é reconhecido no balanço na extensão dos benefícios econômicos esperados. Assim, levando-se em consideração a reversão de valores do superávit atuarial do plano Centrus, em conformidade com a Resolução nº 26, do Conselho de Gestão de Previdência Complementar – CGPC, de 29 de setembro de 2008, esse cálculo leva em consideração a proporcionalidade contributiva entre o Bacen e os participantes, bem como a constituição de reserva de contingência pela Centrus.

d.2) RJU e Faspe:

A variação observada entre os dois períodos é decorrente do ingresso de novos servidores e da revisão de índices (quadro "Premissas Atuariais").

Os quadros a seguir apresentam as informações utilizadas nos cálculos atuariais, bem como as movimentações no período:

Valor presente das obrigações - Conciliação	31.12.2011			31.12.2010		
	Centrus	RJU	Faspe	Centrus	RJU	Faspe
Valor presente das obrigações atuariais no início do período	2.303.023	16.847.922	704.109	2.408.173	14.475.619	710.841
(+) Custo do serviço corrente	-	159.259	52.058	-	280.533	35.866
(+) Custo de juros	225.512	1.646.206	72.377	263.860	1.588.607	73.338
(-) Benefícios pagos no período	(291.540)	(905.941)	(167.572)	(283.283)	(818.892)	(135.501)
(+) Contribuições dos participantes	-	-	77.601	-	-	68.016
(+/-) Perdas (ganhos) atuariais	299.670	(648.503)	1.612.211	(85.727)	1.322.055	(48.451)
(=) Valor presente das obrigações atuariais no final do período	2.536.665	17.098.943	2.350.784	2.303.023	16.847.922	704.109

Ativos do plano - Conciliação	31.12.2011			31.12.2010		
	Centrus	RJU	Faspe	Centrus	RJU	Faspe
Valor justo dos ativos do plano no início do período	6.579.520	-	82.909	5.779.620	630.867	76.821
(-) Benefícios pagos	(291.540)	(887.291)	(167.572)	(283.283)	(634.158)	(135.501)
(+) Contribuições de participantes	-	-	77.601	-	-	68.016
(+) Contribuições do patrocinador	-	-	92.397	14	-	68.016
(+) Rendimento esperado dos ativos do plano	876.506	-	8.548	707.984	19.777	4.042
(+) Repasses do Tesouro Nacional	-	887.291	-	-	-	-
(+/-) Ganhos (perdas) atuariais	(1.670.510)	-	(20.088)	375.185	(16.486)	1.515
Valor justo dos ativos do plano no final do período	5.493.976	-	73.795	6.579.520	-	82.909

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS – EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011

(Os valores estão expressos em milhares de Reais, a não ser quando declarado de maneira diferente)

fl. 31

Ativos do plano - Participação percentual	31.12.2011			31.12.2010		
	Centrus	RJU	Faspe	Centrus	RJU	Faspe
Ações	33,2%	-	-	36,3%	-	-
Títulos Públicos Federais	60,9%	-	80,1%	56,0%	-	81,5%
Imóveis	2,3%	-	-	2,3%	-	-
Outros	3,6%	-	19,9%	5,4%	-	18,5%

Receitas e despesas reconhecidas na Demonstração de Resultado do Exercício	31.12.2011			31.12.2010		
	Centrus	RJU	Faspe	Centrus	RJU	Faspe
Outras Despesas						
Custo do serviço corrente	-	159.259	52.058	-	280.533	35.866
Receitas de Juros						
Rendimento esperado dos ativos dos planos	876.506	-	8.548	707.984	19.777	4.042
Despesas de Juros						
Custos de Juros	225.512	1.646.206	72.377	263.860	1.588.607	73.338

Ganhos e Perdas Atuariais Reconhecidos no Patrimônio Líquido	31.12.2011			31.12.2010		
	Centrus	RJU	Faspe	Centrus	RJU	Faspe
Saldo Inicial	(2.025.309)	(6.929.449)	(61.309)	(48.972)	(5.590.908)	(111.275)
Reconhecimento	(1.340.959)	648.503	(1.632.299)	(1.976.337)	(1.338.541)	49.966
Saldo Final	(3.366.268)	(6.280.946)	(1.693.608)	(2.025.309)	(6.929.449)	(61.309)

Premissas atuariais	31.12.2011			31.12.2010		
	Centrus	RJU	Faspe	Centrus	RJU	Faspe
Financeiras						
Taxa de desconto	10,32%	10,40%	10,38%	10,60%	10,63%	10,63%
Retorno esperado dos ativos	13,05%	-	8,71%	13,19%	-	8,63%
Taxa de inflação	4,5%	4,5%	4,5%	4,5%	4,5%	4,5%
Alíquota de contribuição do servidor inativo	-	-	1 a 3%	-	-	1 a 3%
Alíquota de contribuição do patrocinador	-	-	até 3%	-	-	até 3%
Expectativa de crescimento salarial	-	1,7%	-	-	7,40%	-
Taxa de tendência dos custos médicos	-	-	8,7%	-	-	9,2%
Não Financeiras						
Quantidade de servidores ativos	-	4.548	4.438	-	4.882	4.568
Quantidade de servidores inativos	815	4.218	4.911	857	3.920	4.625
Quantidade de pensionistas	652	473	1.098	637	306	1.025
Média de serviço passado (anos)	-	17,3	-	-	17,6	-
Média de serviço futuro esperado (anos)	-	15,5	-	-	15,1	-
Idade média de servidores ativos	-	47	47	-	47	47
Idade média de servidores inativos	79	63	65	78	62	65
Idade média de pensionistas	75	50	65	81	58	74
Mortalidade geral	AT 2000	AT 2000	AT 2000	AT 2000	AT 2000	AT 2000
Mortalidade de inválidos	EX IAPC	EX IAPC	EX IAPC	EX IAPC	EX IAPC	EX IAPC
Entrada em invalidez	ÁLVARO VINDAS	ÁLVARO VINDAS	ÁLVARO VINDAS	ÁLVARO VINDAS	ÁLVARO VINDAS	ÁLVARO VINDAS

e) Outras informações

- A taxa de retorno esperado dos ativos dos planos foi calculada considerando-se um cenário macroeconômico para o ano, bem como o fluxo previsto para cada tipo de ativo;
- A taxa de crescimento dos custos médicos do plano foi apurada em função de seu histórico de crescimento nos últimos cinco anos;
- Uma alteração de (+/-) 1% nos custos médicos traria o seguinte impacto no Faspe:

	+1%	-1%
Custo de serviços e juros	62.947	(54.025)
Obrigação	392.295	(329.090)

- O Bacen estima que o pagamento de suas contribuições para o Faspe em 2012 será de R\$94.561. Não há previsão de contribuição para os demais planos;

- Informações históricas:

	2011	2010	2009	2008	2007
Centrus					
Valor presente das obrigações	2.536.665	2.303.023	2.408.173	2.407.480	2.836.096
Valor justo dos ativos	5.493.976	6.579.520	5.779.620	4.890.866	5.929.965
Déficit (superávit) do plano	(2.957.311)	(4.276.497)	(3.371.447)	(2.483.386)	(3.093.869)
Experiência ajustada decorrente dos passivos do plano	253.446	(180.061)	(298.363)	(115.841)	(111.725)
Experiência ajustada decorrente dos ativos do plano	2.140.486	(375.185)	(367.243)	1.708.851	(723.885)
RJU					
Valor presente das obrigações	17.098.943	16.847.922	14.475.619	10.074.730	9.394.601
Valor justo dos ativos			630.867	942.364	1.784.227
Déficit (superávit) do plano	17.098.943	16.847.922	13.844.752	9.132.366	7.610.374
Experiência ajustada decorrente dos passivos do plano	(846.955)	(327.340)	1.325.832	2.627.683	(552.159)
Experiência ajustada decorrente dos ativos do plano	(887.291)	16.486	(133.600)	473.920	(328.489)
Faspe					
Valor presente das obrigações	2.350.784	704.109	710.841	509.109	630.064
Valor justo dos ativos	73.795	82.909	76.821	69.972	66.112
Déficit (superávit) do plano	2.276.989	621.200	634.020	439.137	563.952
Experiência ajustada decorrente dos passivos do plano	1.458.807	303.231	(15.687)	28.152	(105.736)
Experiência ajustada decorrente dos ativos do plano	34.884	(1.515)	(2.156)	(130)	(500)

21 - MEIO CIRCULANTE

O Meio Circulante representa o saldo de papel-moeda e moedas metálicas em circulação, em poder do público e das instituições financeiras, registrado pelo valor de emissão.

A seguir é apresentada a distribuição de cédulas e moedas por denominações, em circulação:

Q

	31.12.2011		31.12.2010	
	Quantidade	Valor (R\$ mil)	Quantidade	Valor (R\$ mil)
Cédulas	5.009.229.063	158.418.349	4.813.598.705	147.283.711
R\$1,00	150.919.407	150.919	153.234.934	153.235
R\$2,00	815.894.757	1.631.790	769.742.510	1.539.485
R\$5,00	447.388.395	2.236.942	425.280.361	2.126.402
R\$10,00	683.911.079	6.839.111	731.256.040	7.312.560
R\$20,00	742.823.319	14.856.466	695.304.211	13.906.084
R\$50,00	1.682.521.788	84.126.089	1.632.642.388	81.632.119
R\$100,00	485.770.318	48.577.032	406.138.261	40.613.826
Moedas	18.770.658.056	4.350.366	17.153.504.544	3.860.724
R\$0,01	3.190.853.499	31.909	3.190.804.806	31.908
R\$0,05	4.495.096.298	224.755	4.031.871.863	201.594
R\$0,10	4.955.321.324	495.532	4.462.255.495	446.225
R\$0,25	2.091.563.039	522.891	1.898.071.631	474.518
R\$0,50	1.925.088.972	962.544	1.728.043.940	864.022
R\$1,00	2.112.734.924	2.112.735	1.842.456.809	1.842.457
Comemorativas	-	955	-	933
Total		162.769.670		151.145.368

O Meio Circulante apresentou, em 31 de dezembro de 2011, uma elevação de 7,7% em 2011, quando comparado com 2010, a qual esteve associada, principalmente, ao crescimento do Produto Interno Bruto – PIB e à inflação do período.

22 - PATRIMÔNIO LÍQUIDO

22.1. Patrimônio

A rubrica Patrimônio é constituída dos seguintes itens:

- patrimônio inicial, no valor de R\$14.526, que representa o patrimônio originalmente transferido ao Bacen no momento de sua criação, atualizado pela correção monetária até 31 de dezembro de 1995;
- resultados apurados pelo Bacen até o exercício de 1987 e incorporados ao seu patrimônio, atualizado pela correção monetária até 31 de dezembro de 1995, totalizando R\$2.561.830; e
- aumentos patrimoniais decorrentes da incorporação de títulos emitidos pela União com o objetivo de recomposição da carteira, no valor de R\$22.099.095.

22.2. Reservas

As Reservas são constituídas de:

- Reserva de Resultados – limitada a 25% dos resultados apurados pelo Bacen, excluídos os resultados da equalização cambial;
- Reserva de Reavaliação – decorre da reavaliação dos imóveis de uso do Bacen, ocorrida até 2004, a ser realizada em função da vida útil desses bens.

22.3. Ganhos (Perdas) Reconhecidos Diretamente no Patrimônio Líquido

Referem-se aos ajustes de marcação a valor justo dos ativos financeiros classificados na categoria Disponíveis para Venda e aos ganhos e perdas atuariais decorrentes da provisão para pagamento de benefícios pós-emprego.

	31.12.2011	31.12.2010
Títulos públicos federais		
Saldo inicial	1.815.090	2.816.665
Ajuste a Valor Justo	3.955.266	(807.206)
Baixa	(148.375)	(194.369)
Saldo final	5.621.981	1.815.090
Ouro		
Saldo inicial	2.478.928	1.875.652
Ajuste a Valor Justo	132.588	603.276
Saldo final	2.611.516	2.478.928
Quotas de Organismos Financeiros Internacionais		
Saldo inicial	(6.060.939)	(5.590.421)
Ajuste a Valor Justo	1.263.441	(470.518)
Saldo final	(4.797.498)	(6.060.939)
Ganhos e perdas atuariais		
Saldo inicial	(9.016.067)	(5.751.156)
Ganho (perda) atuarial no período	(2.324.755)	(3.264.911)
Saldo final	(11.340.822)	(9.016.067)
Total	(7.904.823)	(10.782.988)

A variação no saldo de ganhos (perdas) reconhecidos diretamente no patrimônio líquido decorreu, principalmente, do ajuste a valor justo positivo dos títulos públicos federais e das quotas de organismos financeiros internacionais, compensado em parte pela perda atuarial reconhecida no período (nota 20.2).

23 - RESULTADO LÍQUIDO COM JUROS

Refere-se a receitas e despesas de juros dos ativos e passivos financeiros do Bacen não classificados na categoria Valor Justo a Resultado.

Q

	2011	2010
Receitas com juros	94.035.581	74.023.722
Em moedas estrangeiras	155.767	185.687
Disponibilidades	64.283	45.111
Depósitos	68.892	112.735
Operações Compromissadas	13.656	19.094
Empréstimos	7.611	7.233
Outras	1.325	1.514
Em moeda local	93.879.814	73.838.035
Títulos	84.303.141	71.505.651
Governo Federal	8.451.476	1.525.469
Outras	1.125.197	806.915
Despesas com juros	(126.430.149)	(94.395.060)
Em moedas estrangeiras	(34.013)	(31.050)
Operações Compromissadas	(3.292)	(7.593)
Empréstimos	(30.207)	(22.724)
Outras	(514)	(733)
Em moeda local	(126.396.136)	(94.364.010)
Depósitos de Instituições Financeiras	(35.163.417)	(16.563.838)
Operações Compromissadas	(45.684.626)	(40.472.135)
Governo Federal	(43.534.793)	(35.314.862)
Outras	(2.013.300)	(2.013.175)
Resultado líquido com juros	(32.394.568)	(20.371.338)

A variação observada no resultado com juros é decorrente, principalmente, de:

- aumento das receitas com juros das operações com títulos em moeda local, em função do incremento da carteira de títulos públicos federais no período (nota 9.2);
- aumento das despesas com a remuneração dos depósitos de instituições financeiras, que está associado à elevação do saldo dos recolhimentos compulsórios remunerados (nota 17);
- aumento das despesas com a remuneração de operações compromissadas e das obrigações com o Governo Federal, em função do incremento do volume de operações compromissadas realizadas pelo Bacen para administrar a liquidez do mercado (nota 7.2) e do acréscimo do saldo da conta única do Tesouro Nacional (nota 10).

24 - GANHOS (PERDAS) COM INSTRUMENTOS FINANCEIROS CLASSIFICADOS COMO VALOR JUSTO A RESULTADO – DESTINADOS À NEGOCIAÇÃO

Referem-se à variação de preço dos ativos classificados nessa categoria e incluem a variação cambial, os juros e a marcação a mercado.

Q

	2011	2010
Em Moedas Estrangeiras	87.383.195	(10.319.790)
Títulos	87.188.218	(10.031.665)
Outros	194.977	(288.125)
Em Moeda Local	(43.346.434)	48.529.705
Derivativos	(43.346.426)	48.529.720
Outros	(8)	(15)
Total	44.036.761	38.209.915

A variação observada é decorrente, principalmente, dos efeitos da depreciação do Real frente às principais moedas estrangeiras no período (nota 3.3), que incorreu em valorização dos ativos em moeda estrangeira, sobretudo títulos, e no reconhecimento do resultado negativo em moeda local, em função da operação de equalização cambial entre o Tesouro Nacional e o Bacen (nota 8.2.2).

25 - GANHOS (PERDAS) COM INSTRUMENTOS FINANCEIROS CLASSIFICADOS COMO VALOR JUSTO A RESULTADO – POR DESIGNAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO

Incluem os juros e a marcação a mercado dos créditos com as instituições em liquidação extrajudicial (nota 11.2.1).

26 - GANHOS (PERDAS) COM MOEDAS ESTRANGEIRAS

Registra o resultado de correção cambial dos ativos e passivos, em moedas estrangeiras e em moeda local, vinculados às variações das taxas de câmbio e não classificados na categoria Valor Justo a Resultado.

	2011	2010
Ganhos (perdas) com moedas estrangeiras		
Disponibilidades	1.382.603	(578.413)
Depósitos a Prazo em Instituições Financeiras	4.297.615	(2.842.706)
Operações Compromissadas	(57.788)	(326.417)
Créditos a Receber	201.879	(34.062)
Ouro	440.091	(119.056)
Operações Contratadas a Liquidar	95.512	230.611
Créditos a Pagar	(906.887)	443.489
Depósitos de Organismos Financeiros Internacionais	(931.457)	385.460
Outras	46.714	(989)
Total	-4.568.282	(2.842.083)

A variação observada ocorreu em função da depreciação do Real frente às principais moedas estrangeiras (nota 3.3) e do aumento do saldo médio dessas operações no período.

27 - OUTRAS RECEITAS E DESPESAS

	2011	2010
Outras Receitas	3.515.923	1.922.129
Multas	92.066	104.206
Repasse do Tesouro Nacional	2.135.717	1.241.951
Precatórios	396.454	52.266
Reversão de provisão para ações judiciais	75.529	297.358
Tarifas	206.938	181.814
Superávit da Centrus (nota 11.2.2.b)	532.458	-
Outras	76.761	44.534
Outras Despesas	(3.259.653)	(2.935.286)
Pessoal	(1.473.093)	(1.563.814)
Fabricação e distribuição de numerário	(914.063)	(803.091)
Provisão para ações judiciais	(604.867)	(288.142)
Depreciação	(33.954)	(35.515)
Outras despesas administrativas	(233.676)	(244.724)

28 - RESULTADO

28.1. Resultado no período

O resultado no período foi positivo em R\$23.471.410 (R\$15.729.970 em 2010) e decorreu, principalmente, do resultado líquido de juros das operações em moeda local e da marcação a mercado dos créditos a receber das instituições em liquidação, uma vez que o resultado com as reservas internacionais e parte do custo de captação do passivo, proporcional ao montante das reservas, foram neutralizados por meio da operação de equalização cambial, conforme demonstrado no quadro abaixo:

	2011	2010
Operações com Reservas Internacionais e Swaps		
Rentabilidade das Reservas Cambiais	93.605.377	(13.282.563)
Derivativos Cambiais - Swaps em Moeda Local	694.347	-
Equalização de Reservas e Derivativos Cambiais (Rentabilidade)	(94.299.724)	13.282.563
Outras operações em moedas estrangeiras	(1.532.147)	275.327
Operações em moeda local	24.747.295	16.467.814
Receitas com Juros	93.879.814	73.838.034
Despesas com Juros	(126.396.136)	(94.364.010)
Equalização de Reservas Cambiais (Custo de Captação)	50.258.952	35.247.157
Marcação a Mercado - Instituições em liquidação	7.004.665	1.746.633
Outras operações em moeda local	256.262	(1.013.171)
Resultado no período	23.471.410	15.729.970

O resultado do primeiro semestre (R\$12.230.706) foi transferido ao Tesouro Nacional em agosto de 2011 e o resultado do segundo semestre (R\$11.240.704) será transferido até o décimo dia útil após a aprovação dessas demonstrações financeiras pelo CMN (nota 1).

28.2. Resultado abrangente

A Demonstração do Resultado Abrangente – DRA tem como objetivo a evidenciação do resultado econômico de uma entidade, ampliando o nível de divulgação dos resultados para além do conceito de resultado contábil, usualmente evidenciado por meio de Demonstração do Resultado do Exercício – DRE.

Com vistas a propiciar maior transparência aos resultados, na DRA são evidenciados os ganhos e perdas reconhecidos diretamente no patrimônio líquido, cujos itens estão demonstrados na nota 22.3.

29 - CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Na Demonstração de Fluxo de Caixa, o item Caixa e Equivalentes de Caixa compreende, além do dinheiro em espécie, os depósitos à vista e em curtíssimo prazo em instituições financeiras, conforme demonstrado no quadro a seguir:

	31.12.2011	31.12.2010
Caixa	- 199.104	113.473
Depósitos à Vista	<u>7.785.755</u>	<u>8.106.042</u>
Livres	7.526.428	7.596.307
Moedas a Receber	259.327	509.735
Depósitos em curtíssimo prazo	4.823.152	5.646.416
Disponibilidades Totais (nota 4)	12.808.011	13.865.931

30 - INSTRUMENTOS FINANCEIROS – POR CATEGORIA

30.1. Em moedas estrangeiras

	31.12.2011		31.12.2010	
	Contabilidade	Valor justo	Contabilidade	Valor justo
Ativos Financeiros	675.500.413	675.500.413	496.109.813	496.109.813
Empréstimos e recebíveis	45.309.796	45.309.796	72.930.340	72.930.340
Disponíveis para venda	15.412.649	15.412.649	10.382.294	10.382.294
Valor justo a resultado - Negociação	614.777.968	614.777.968	412.797.179	412.797.179
Passivos Financeiros	23.913.425	23.913.425	22.594.749	22.594.749
Outros Passivos	23.911.078	23.911.078	22.577.630	22.577.630
Valor justo a resultado - Negociação	2.347	2.347	17.119	17.119

30.2. Em moeda local

	31.12.2011		31.12.2010	
	Contabilidade	Valor justo	Contabilidade	Valor justo
Ativos Financeiros	905.924.393	927.930.736	791.530.884	806.549.505
Mantidos até o vencimento	602.544.971	624.551.314	591.142.813	606.161.434
Empréstimos e recebíveis	114.410.290	114.410.290	58.302.748	58.302.748
Disponíveis para venda	151.998.142	151.998.142	112.032.830	112.032.830
Valor justo a resultado - Designação	36.970.990	36.970.990	30.052.493	30.052.493
Passivos Financeiros	1.355.319.986	1.355.319.986	1.080.434.779	1.080.434.779
Outros Passivos	1.355.308.650	1.355.308.650	1.080.434.779	1.080.434.779
Valor justo a resultado - Negociação	11.336	11.336	-	-

Com exceção das operações com títulos em moeda local (nota 9.2), o valor justo das operações avaliadas pelo custo amortizado não apresenta diferenças significativas do seu custo amortizado, tendo em vista tratar-se de operações à vista ou de curto prazo. As notas 32 a 36 apresentam a política de risco do Bacen na administração de ativos e passivos financeiros.

31 - VALOR JUSTO – POR HIERARQUIA

As metodologias de avaliação do valor justo são classificadas de acordo com os seguintes níveis de hierarquia, que refletem a representatividade dos dados utilizados em sua mensuração:

- Nível 1 – avaliação baseada em cotações de preços de instrumentos financeiros idênticos, negociados em mercado ativo, sem a realização de ajustes;
- Nível 2 – técnicas de avaliação baseadas em dados observáveis. Esta categoria contempla instrumentos financeiros que são avaliados utilizando-se: (i) cotações de preços de instrumentos financeiros similares, negociados em mercado ativo; (ii) cotações de preços de instrumentos financeiros idênticos ou similares, negociados em mercado pouco ativo; e (iii) outras técnicas de avaliação nas quais todos os dados significativos são observáveis, direta ou indiretamente, em informações do mercado;
- Nível 3 – técnicas de avaliação baseadas em dados não observáveis. Esta categoria contempla todos os instrumentos financeiros cujas técnicas de avaliação são baseadas em dados não observáveis em informações do mercado, sendo que estes dados têm efeito significativo na mensuração de seu valor justo. Esta categoria inclui instrumentos financeiros que são avaliados com base em cotações de preços de instrumentos similares que necessitam, entretanto, de ajustes e de presunções para que seus valores justos reflitam as diferenças entre eles.

O quadro a seguir apresenta o saldo existente para os instrumentos financeiros do Bacen avaliados a valor justo, de acordo com o nível de hierarquia de valor justo no qual está classificado:

Em 31.12.2011

	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Ativo em Moedas Estrangeiras	629.734.578	456.039	-	630.190.617
Recursos sob Administração Externa	-	456.689	-	456.689
Derivativos	-	350	-	350
Títulos	614.321.929	-	-	614.321.929
Ouro	3.102.339	-	-	3.102.339
Participação em Organismos Financeiros Internacionais	12.310.310	-	-	12.310.310
Ativo em Moeda Local	151.998.142	1.699.477	35.271.513	188.969.132
Títulos Públicos Federais - LTN	151.998.142	-	-	151.998.142
Créditos a Receber - Instituições em Liquidação Extrajudicial	-	1.699.477	35.271.513	36.970.990
Passivo em Moedas Estrangeiras	-	2.347	-	2.347
Derivativos	-	2.347	-	2.347
Passivo em Moeda Local	11.336	-	-	11.336
Derivativos	11.336	-	-	11.336

Em 31.12.2010

	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Ativo em Moedas Estrangeiras	423.168.442	11.031	-	423.179.473
Derivativos	12.195	11.031	-	23.226
Títulos	412.773.953	-	-	412.773.953
Ouro	2.529.661	-	-	2.529.661
Participação em Organismos Financeiros Internacionais	7.852.633	-	-	7.852.633
Ativo em Moeda Local	112.032.830	-	30.052.493	142.085.323
Títulos Públicos Federais - LTN	112.032.830	-	-	112.032.830
Créditos a Receber - Instituições em Liquidação Extrajudicial	-	-	30.052.493	30.052.493
Passivo em Moedas Estrangeiras	6.950	10.169	-	17.119
Derivativos	6.950	10.169	-	17.119

Os créditos com as instituições em liquidação que foram objeto de parcelamento efetuado com base no art. 65 da Lei nº 12.249, de 2010 (nota 11.2.1.b), são classificados no Nível 2 da hierarquia de valor justo em função da metodologia de avaliação utilizada para sua mensuração considerar o valor presente dos fluxos de caixa, apurado com base nas taxas referenciais dos swaps DI x TR disponibilizados pela BM&FBovespa para o prazo do parcelamento. Os créditos que não foram objeto de parcelamento (nota 11.2.1.a) são classificados no Nível 3 da hierarquia de valor justo em função da metodologia de avaliação considerar o valor justo de suas garantias, conforme discriminado abaixo, excluídos os créditos preferenciais ao Bacen:

- a) LFT – valor justo baseado nos preços de mercado;
- b) NTN-A3 – valor justo baseado nas taxas de desconto implícitas nas negociações de instrumentos similares (*Global Bonds*);
- c) FCVS/CVS – valor justo baseado nas taxas referenciais dos swaps DI x TR disponibilizados pela BM&FBovespa para o prazo de vencimento dos contratos.

Não foi identificada metodologia alternativa, também considerada apropriada, que pudesse servir de base para cálculo do impacto de sua utilização na mensuração do valor justo das garantias representadas por FCVS e CVS.

Não existiram transferências significativas de instrumentos financeiros classificados no Nível 1 da hierarquia de valor justo para o Nível 2 durante o exercício de 2011.

O quadro a seguir apresenta as movimentações dos instrumentos financeiros classificados no Nível 3 da hierarquia de valor justo:

	2011	2010
Saldo inicial	30.052.493	28.305.861
Movimentação	5.219.020	1.746.632
Ajuste a valor justo	8.527.544	1.746.632
Transferência para o Nível 2	(3.308.527)	-
Outros	3	-
Saldo final	35.271.513	30.052.493

Em 2011 houve a transferência de instrumentos financeiros classificados no Nível 3 da hierarquia de valor justo para o Nível 2, em função de alteração na metodologia para apuração do valor justo dos créditos com instituições em liquidação que foram objeto de parcelamento efetuado com base no art. 65 da Lei nº 12.249, de 2010 (nota 11.2.1.b).

32 - ADMINISTRAÇÃO DE RISCO

O Bacen utiliza instrumentos financeiros como meio para alcançar os objetivos de política monetária e também para administrar as reservas internacionais. Não é seu objetivo primordial a obtenção de lucros, mas sim possuir instrumentos adequados à melhor execução das funções de autoridade monetária. Em função disso, sua política de administração de risco difere daquela de outras instituições. O Bacen adota um modelo integrado e estruturado de gerenciamento de riscos (*ERM – Enterprise Risk Management*) alinhado às melhores práticas internacionais, o que proporciona um processo de melhoria contínua das atividades e uma melhor alocação de recursos institucionais humanos e financeiros.

O Bacen possui duas grandes carteiras de instrumentos financeiros com características e políticas de risco distintas:

a) Instrumentos financeiros destinados à administração de reservas internacionais:

As reservas internacionais do País têm como principal contribuir para reduzir a vulnerabilidade da economia a choques externos e a percepção de risco por parte de investidores estrangeiros.

Ao aplicar as reservas internacionais, o Bacen busca obter liquidez, segurança e rentabilidade condizentes com tal objetivo, utilizando para tanto uma política de diversificação dos instrumentos financeiros. Para tal, a Diretoria Colegiada estabeleceu uma carteira de referência que reflete seus objetivos e preferências de longo prazo quanto à relação entre risco e retorno, quanto às restrições de liquidez e quanto aos limites operacionais a serem observados no processo de investimento.

b) Instrumentos financeiros destinados à execução da política monetária:

Composta principalmente pelas operações com títulos públicos federais e *swaps*. A carteira de títulos públicos federais de emissão do Tesouro Nacional é utilizada primordialmente para executar ações das políticas monetária e cambial, normalmente por meio de operações de mercado aberto, enquanto as operações de *swaps* têm como objetivos específicos fornecer *hedge* cambial aos agentes econômicos e corrigir eventuais distorções observadas na curva de cupom cambial.

As notas 33 a 36 apresentam os principais riscos a que essas duas carteiras de instrumentos financeiros estão expostas, bem como a política de administração desses riscos.

33 - RISCO DE CRÉDITO

Risco de crédito é a possibilidade de perda associada à incerteza quanto ao não cumprimento das obrigações por uma contraparte.

a) Instrumentos financeiros destinados à administração de reservas internacionais:

Para controlar o risco de crédito dos instrumentos financeiros utilizados nas operações das reservas internacionais, foram estabelecidos, pela Diretoria Colegiada, dois tipos de limites: por contraparte e para a carteira como um todo. A seleção de contrapartes e emissores elegíveis baseia-se em critérios de classificação de risco, de acordo com a Agência *Moody's*, montantes máximos de exposição e prazo. O nível de risco de crédito da carteira é função da composição da carteira e da qualidade de crédito das contrapartes. O risco de crédito, medido através do *default* esperado, é função do *rating*, do montante e do prazo dos investimentos. A seguir são elencadas as principais políticas de risco de crédito, cabendo destacar que análises internas de condições de crédito das contrapartes podem gerar restrições adicionais às abaixo listadas:

a.1) Ratings mínimos

As operações sujeitas a risco de crédito bancário, como depósitos, *repos*, *reverse repos*, *swaps* e *forwards*, devem ser contratadas com contrapartes pertencentes a conglomerados classificados com *rating* de curto prazo P-1 e com *rating* mínimo de longo prazo Aa, exceto as operações compromissadas (*repos* e *reverse repos*) para as quais são admitidas a realização de operações com contrapartes pertencentes a conglomerados com *rating* mínimo de longo prazo igual a A.

Nas operações com títulos, o Bacen opera com títulos soberanos, cujo *rating* mínimo admissível para o emissor é Aa, com títulos emitidos por agências e organismos supranacionais, cujo *rating* mínimo é Aaa, e com títulos emitidos pelo BIS.

a.2) Montantes máximos de exposição

A exposição máxima por conglomerado é equivalente ao menor valor entre US\$0,5 bilhão e 0,5% dos ativos do conglomerado, para operações contratadas com contrapartes com *rating* mínimo de longo prazo Aa, e US\$0,25 bilhão e 0,25% dos ativos do conglomerado, para operações contratadas com contrapartes com *rating* de longo prazo A.

Operações com risco de crédito bancário cujas contrapartes sejam o BIS, o Banco Central Europeu ou bancos centrais de países com *rating* de longo prazo Aaa não possuem limites de exposição.

Recursos aplicados em depósitos em bancos comerciais têm volume limitado a 1% das reservas internacionais para acomodar as operações necessárias de gestão diária de fluxo de caixa.

Em relação às aplicações em títulos, os títulos soberanos devem representar no mínimo 65% da carteira, sendo que os títulos de agências podem representar no máximo 25% da carteira e os títulos de organismos supranacionais, multilaterais e do BIS podem representar no máximo 25% da carteira. Está previsto, ainda, limite de 20% de participação de cada emissão de títulos pertencentes à carteira de referência e de 15% para os títulos que não façam parte dessa carteira.

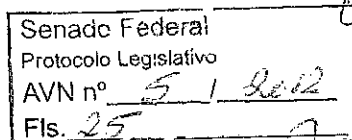
a.3) Prazos máximos

O prazo máximo para operações com risco de crédito bancário é de seis meses, exceto para depósitos. Nesse caso, depósitos com contrapartes pertencentes a conglomerados classificados com *rating* Aa podem ser contratados com prazo máximo de um dia útil e operações de depósitos com contrapartes pertencentes a conglomerados com *rating* Aaa podem ser contratadas com prazo máximo de uma semana.

Operações de risco de crédito bancário cujas contrapartes sejam o BIS, o Banco Central Europeu ou bancos centrais de países com *rating* de longo prazo Aaa devem respeitar o prazo máximo de aplicação de 6 meses.

b) Instrumentos financeiros destinados à execução da política monetária:

A carteira de títulos do Bacen é composta exclusivamente por títulos de emissão do Tesouro Nacional (nota 9.2), considerados como sem risco de crédito, que são utilizados, principalmente, para a realização de operações compromissadas (nota 7.2).



Os *swaps* são contratados no âmbito da BM&FBovespa, *clearing* que é a contraparte central das operações. A BM&FBovespa possui política de controle do risco de crédito mediante a exigência de constituição de garantias de todos os participantes.

O montante dessas garantias é calculado utilizando testes de *stress*, que consideram o total de perda possível até a data da liquidação dos contratos. As garantias podem ser constituídas, entre outros, em títulos públicos federais, fiança bancária, certificados de depósitos bancários, ações, ouro ou em espécie. A maior parte dos participantes da *clearing*, inclusive o Bacen, constitui as garantias mediante a entrega de títulos públicos federais, que são avaliados por um preço defensivo, inferior à cotação de mercado.

c) Concentração de ativos financeiros por área geográfica:

	31.12.2011	31.12.2010
Brasil	907.381.538	793.180.973
Comunidade Econômica Européia	149.995.509	119.658.915
Estados Unidos	453.702.133	329.481.025
Outros	70.345.626	45.319.784
Total	1.581.424.806	1.287.640.697

d) Concentração de ativos financeiros por tipo de contraparte:

Em 31.12.2011

	Instituições Financeiras	Organismos Internacionais	Órgãos Governamentais	Outros	Total
Disponibilidades	2.603.408	7.936.313	2.268.859	-	12.808.580
Em moeda estrangeira	2.602.839	7.936.313	2.268.859	-	12.808.011
Em moeda local	569	-	-	-	569
Depósitos	623.908	9.987.943	14.204.536	281.334	25.097.721
Em moeda estrangeira	-	9.987.943	14.204.536	281.334	24.473.813
Em moeda local	623.908	-	-	-	623.908
Recursos sob Administração Externa	-	455.689	-	-	455.689
Em moeda estrangeira	-	455.689	-	-	455.689
Compromisso de Revenda	15.158.933	-	-	-	15.158.933
Em moeda estrangeira	5.858.935	-	-	-	5.858.935
Em moeda local	9.299.998	-	-	-	9.299.998
Derivativos	350	-	-	-	350
Em moeda estrangeira	350	-	-	-	350
Títulos	-	26.820.356	1.296.059.138	45.985.548	1.368.865.042
Em moeda estrangeira	-	26.820.356	541.516.025	45.985.548	614.321.929
Em moeda local	-	-	754.543.113	-	754.543.113
Créditos com o Governo Federal	-	-	101.274.835	-	101.274.835
Créditos a Receber	2.215.354	2.160.171	-	37.951.102	42.326.627
Em moeda estrangeira	-	2.160.171	-	8.866	2.169.037
Em moeda local	2.215.354	-	-	37.942.236	40.157.590
Participação em Org. Fin. Internacionais	-	12.310.310	-	-	12.310.310
Outros	2	-	3.102.339	24.378	3.126.719
Em moeda estrangeira	-	-	3.102.339	-	3.102.339
Em moeda local	2	-	-	24.378	24.380
Total do Ativo	20.601.955	59.670.782	1.416.909.707	84.242.362	1.581.424.806

Em 31.12.2010

	Instituições Financeiras	Organismos Internacionais	Órgãos Governamentais	Outros	Total
Disponibilidades	5.637.375	8.110.911	117.645	-	13.865.931
Em moeda estrangeira	5.637.375	8.110.911	117.645	-	13.865.931
Depósitos	2.301.703	24.760.287	22.584.408	-	49.646.398
Em moeda estrangeira	1.685.241	24.760.287	22.584.408	-	49.029.936
Em moeda local	616.462	-	-	-	616.462
Compromisso de Revenda	8.383.977	-	-	-	8.383.977
Em moeda estrangeira	8.383.977	-	-	-	8.383.977
Derivativos	23.226	-	-	-	23.226
Em moeda estrangeira	23.226	-	-	-	23.226
Títulos	-	8.525.667	1.079.795.605	27.628.324	1.115.949.596
Em moeda estrangeira	-	8.525.667	376.619.962	27.628.324	412.773.953
Em moeda local	-	-	703.175.643	-	703.175.643
Créditos com o Governo Federal	-	-	48.634.152	-	48.634.152
Créditos a Receber	8.714.410	1.642.664	-	30.366.151	40.723.225
Em moeda estrangeira	-	1.642.664	-	6.733	1.649.397
Em moeda local	8.714.410	-	-	30.359.418	39.073.828
Participação em Org. Fin. Internacionais	-	7.852.633	-	-	7.852.633
Outros	1.289	-	2.529.661	30.609	2.561.559
Em moeda estrangeira	1.099	-	2.529.661	-	2.530.760
Em moeda local	190	-	-	30.609	30.799
Total do Ativo	25.061.980	50.892.162	1.153.661.471	58.025.084	1.287.640.697

34 - RISCO DE MERCADO

Risco de mercado é aquele resultante das oscilações de parâmetros de mercado, tais como taxa de juros e taxas de câmbio.

a) Instrumentos financeiros destinados à administração de reservas internacionais:

O risco de mercado das reservas internacionais é monitorado utilizando-se modelos de Valor em Risco (VaR). São observados, diariamente, o VaR das reservas internacionais e limites autorizados pela Diretoria do Bacen para a gerência ativa, sendo permitidas variações em relação ao portfólio de referência, de modo a aproveitar eventuais oportunidades do mercado. A volatilidade do modelo é calculada usando uma média móvel ponderada exponencialmente, com nível de confiança de 95%. São realizados *backtestings* e relatórios trimestrais são apresentados à Diretoria Colegiada.

b) Instrumentos financeiros destinados à execução da política monetária:

O risco de mercado oriundo desses instrumentos é monitorado por intermédio do VaR gerencial da área de Política Monetária, o qual inclui todas as exposições efetivas das carteiras das reservas internacionais e da carteira definitiva de títulos públicos federais.

34.1. Risco de taxa de juros

É o risco resultante das mudanças nas taxas de juros, que afetam o valor justo dos instrumentos de rendimento prefixado e o fluxo financeiro futuro naqueles de rendimento pós-fixados. O quadro a seguir demonstra a exposição do Bacen a esses dois tipos de risco:

	31.12.2011		31.12.2010	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Prefixado	933.977.906	211.312.636	710.782.396	166.940.533
Pós-fixado	629.431.232	1.102.213.477	564.119.260	869.184.794
Sem juros	18.015.668	65.707.298	12.739.041	66.904.202
Total	1.581.424.806	1.379.233.411	1.287.640.697	1.103.029.529

Senado Federal
Protocolo Legislativo

AVN nº 51/2012
Fls. 24

B

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS – EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011

(Os valores estão expressos em milhares de Reais, a não ser quando declarado de maneira diferente)

fl. 45

O próximo quadro apresenta os instrumentos financeiros do Bacen agrupados de acordo com a data de vencimento (prefixados) ou de reprecificação (pós-fixados). A metodologia de avaliação destes ativos está descrita na nota 3.4.5.

Em 31.12.2011	até 1 mês	1 - 6 meses	6 - 12 meses	1 - 5 anos	> 5 anos	Sem juros	Total
Ativos							
Disponibilidades	12.339.394	-	-	-	-	469.186	12.808.580
Em moeda estrangeira	12.339.394	-	-	-	-	468.617	12.808.011
Em moeda local	-	-	-	-	-	569	569
Depósitos	14.685.216	10.412.505	-	-	-	-	25.097.721
Em moeda estrangeira	14.061.308	10.412.505	-	-	-	-	24.473.813
Em moeda local	623.908	-	-	-	-	-	623.908
Recursos sob Administração Externa	455.689	-	-	-	-	-	455.689
Em moeda estrangeira	455.689	-	-	-	-	-	455.689
Compromisso de Revenda	9.432.403	5.726.530	-	-	-	-	15.158.933
Em moeda estrangeira	132.405	5.726.530	-	-	-	-	5.858.935
Em moeda local	9.299.998	-	-	-	-	-	9.299.998
Derivativos	-	-	-	-	-	350	350
Em moeda estrangeira	-	-	-	-	-	350	350
Títulos	502.683.290	23.934.370	68.943.297	672.963.013	100.341.072	-	1.368.865.042
Em moeda estrangeira	98.226	23.934.370	28.170.193	514.948.946	47.170.194	-	614.321.929
Em moeda local	502.585.064	-	40.773.104	158.014.067	53.170.878	-	754.543.113
Créditos com o Governo Federal	101.274.794	-	-	-	-	41	101.274.835
Créditos a Receber	40.217.565	-	-	-	-	2.109.062	42.326.627
Em moeda estrangeira	2.169.037	-	-	-	-	-	2.169.037
Em moeda local	38.048.528	-	-	-	-	2.109.062	40.157.590
Participação Org. Fin. Internacionais	-	-	-	-	-	12.310.310	12.310.310
Outros	-	-	-	-	-	3.126.719	3.126.719
Em moeda estrangeira	-	-	-	-	-	3.102.339	3.102.339
Em moeda local	-	-	-	-	-	24.380	24.380
Total do Ativo (A)	681.088.351	40.073.405	68.943.297	672.963.013	100.341.072	18.015.668	1.581.424.806
Passivos							
Operações Contratadas a Liquidar	259.327	-	-	-	-	588.810	848.137
Em moeda estrangeira	259.327	-	-	-	-	569.525	828.852
Em moeda local	-	-	-	-	-	19.285	19.285
Depósitos de Instituições Financeiras	369.180.327	-	-	-	-	55.746.301	424.926.628
Em moeda estrangeira	-	-	-	-	-	1.333	1.333
Em moeda local	369.180.327	-	-	-	-	55.744.968	424.925.295
Compromisso de Recompra	315.123.684	41.947.093	-	-	-	-	357.070.777
Em moeda estrangeira	131.258	5.761.403	-	-	-	-	5.892.661
Em moeda local	314.992.426	36.185.690	-	-	-	-	351.178.116
Derivativos	-	-	-	-	-	13.683	13.683
Em moeda estrangeira	-	-	-	-	-	2.347	2.347
Em moeda local	-	-	-	-	-	11.336	11.336
Obrigações com o Governo Federal	578.190.914	-	-	-	-	-	578.190.914
Créditos a Pagar	9.084.095	-	-	-	-	200.423	9.284.518
Em moeda estrangeira	8.324.770	-	-	-	-	-	8.324.770
Em moeda local	759.325	-	-	-	-	200.423	959.748
Depósitos de Org. Fin. Internacionais	-	-	-	-	-	8.865.352	8.865.352
Em moeda estrangeira	-	-	-	-	-	8.863.307	8.863.307
Em moeda local	-	-	-	-	-	2.045	2.045
Outros	-	135	-	-	-	33.267	33.402
Em moeda estrangeira	-	135	-	-	-	20	155
Em moeda local	-	-	-	-	-	33.247	33.247
Total do Passivo (B)	1.271.838.347	41.947.228	-	-	-	65.447.836	1.379.233.411
Posição líquida (A - B)	(590.749.996)	(1.873.823)	68.943.297	672.963.013	100.341.072	(47.432.168)	202.191.395

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS – EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011

(Os valores estão expressos em milhares de Reais, a não ser quando declarado de maneira diferente)

fl. 46

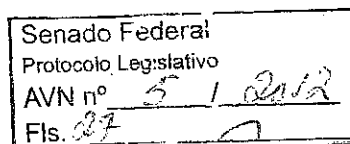
Em 31.12.2010	até 1 mês	1 - 6 meses	6 - 12 meses	1 - 5 anos	> 5 anos	Sem Juros	Total
Ativos							
Disponibilidades	13.109.245	-	-	-	-	756.686	13.865.931
Em moeda estrangeira	13.109.245	-	-	-	-	756.686	13.865.931
Depósitos	27.058.480	22.587.918	-	-	-	-	49.646.398
Em moeda estrangeira	26.442.018	22.587.918	-	-	-	-	49.029.936
Em moeda local	616.462	-	-	-	-	-	616.462
Compromisso de Revenda	7.472.860	911.117	-	-	-	-	8.383.977
Em moeda estrangeira	7.472.860	911.117	-	-	-	-	8.383.977
Derivativos	-	-	-	-	-	23.226	23.226
Em moeda estrangeira	-	-	-	-	-	23.226	23.226
Títulos	521.286.721	32.504.250	70.898.770	426.466.274	64.793.581	-	1.115.949.596
Em moeda estrangeira	3.929.977	32.504.250	15.882.816	338.487.561	21.969.349	-	412.773.953
Em moeda local	517.356.744	-	55.015.954	87.978.713	42.824.232	-	703.175.643
Créditos com o Governo Federal	48.633.518	-	-	-	-	634	48.634.152
Créditos a Receber	39.468.205	-	-	-	-	1.255.020	40.723.225
Em moeda estrangeira	1.649.397	-	-	-	-	-	1.649.397
Em moeda local	37.818.808	-	-	-	-	1.255.020	39.073.828
Participação Org. Fin. Internacionais	-	-	-	-	-	7.852.633	7.852.633
Outros	-	-	-	-	-	2.561.559	2.561.559
Em moeda estrangeira	-	-	-	-	-	2.530.760	2.530.760
Em moeda local	-	-	-	-	-	30.799	30.799
Total do Ativo (A)	657.029.029	56.003.285	70.898.770	426.466.274	64.793.581	12.449.758	1.287.640.697
Passivos							
Operações Contratadas a Liquidar	-	-	-	-	-	985.147	985.147
Em moeda estrangeira	-	-	-	-	-	459.426	459.426
Em moeda local	-	-	-	-	-	525.721	525.721
Depósitos de Instituições Financeiras	319.875.719	-	-	-	-	59.567.080	379.442.799
Em moeda estrangeira	-	-	-	-	-	1.185	1.185
Em moeda local	319.875.719	-	-	-	-	59.565.895	379.441.614
Compromisso de Recompra	260.607.186	36.451.018	-	-	-	-	297.058.204
Em moeda estrangeira	7.483.111	909.194	-	-	-	-	8.392.305
Em moeda local	253.124.075	35.541.824	-	-	-	-	288.665.899
Derivativos	-	-	-	-	-	17.119	17.119
Em moeda estrangeira	-	-	-	-	-	17.119	17.119
Obrigações com o Governo Federal	410.521.771	-	-	-	-	-	410.521.771
Créditos a Pagar	8.655.593	-	-	-	-	185.270	8.840.863
Em moeda estrangeira	7.592.285	-	-	-	-	-	7.592.285
Em moeda local	1.063.308	-	-	-	-	185.270	1.248.578
Depósitos de Org. Fin. Internacionais	-	-	-	-	-	6.133.371	6.133.371
Em moeda estrangeira	-	-	-	-	-	6.132.430	6.132.430
Em moeda local	-	-	-	-	-	941	941
Outros	-	-	-	-	-	30.255	30.255
Em moeda local	-	-	-	-	-	30.255	30.255
Total do Passivo (B)	999.660.269	36.451.018	-	-	-	66.918.242	1.103.029.529
Posição líquida (A - B)	(342.631.240)	19.552.267	70.898.770	426.466.274	64.793.581	(54.468.484)	184.611.168

34.2. Risco de Variação Cambial

É a possibilidade de perda decorrente de alterações nas taxas de câmbio. O Bacen possui ativos e passivos financeiros em moedas estrangeiras ou vinculados à variação cambial, sendo esse tipo de risco inerente às suas operações.

Em 31 de dezembro de 2011, a distribuição dos ativos e passivos por moeda era a seguinte:

Q



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS – EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011

(Os valores estão expressos em milhares de Reais, a não ser quando declarado de maneira diferente)

fl. 47

Em 31.12.2011

	Dólar	Euro	Dólar Canadense	Libra Esterlina	Dólar Australiano	DES	Outros	Total
Ativos								
Disponibilidades	4.013.440	544.756	272.728	185.447	288.942	7.464.878	37.820	12.808.011
Depósitos a Prazo em Instit. Financeiras	22.699.802	608.415	-	1.165.796	-	-	-	24.473.813
Recursos sob Administração Externa	455.689	-	-	-	-	-	-	455.689
Compromisso de Revenda	5.506.318	135.554	8.278	-	157.670	-	51.115	5.858.935
Derivativos	350	-	-	-	-	-	-	350
Títulos	482.797.439	31.278.460	38.559.553	17.895.156	19.728.750	-	24.072.571	614.321.929
Créditos a Receber	8.866	-	-	-	-	2.160.171	-	2.169.037
Participação em Org. Fin. Internacionais	-	-	-	-	-	12.310.310	-	12.310.310
Outros	3.102.339	-	-	-	-	-	-	3.102.339
Total do Ativo (A)	518.584.043	32.567.185	38.840.559	19.236.399	20.175.362	21.935.359	24.161.506	675.500.413
Passivos								
Operações Contratadas a Liquidar	-	637.737	-	-	191.115	-	-	828.852
Depósitos de Instituições Financeiras	1.333	-	-	-	-	-	-	1.333
Compromisso de Recompra	358.044	54.416	-	-	38.223	-	5.441.978	5.892.661
Derivativos	1.476	871	-	-	-	-	-	2.347
Créditos a Pagar	9.327	-	-	-	-	8.315.443	-	8.324.770
Depósitos de Org. Fin. Internacionais	78.877	-	-	-	-	8.784.426	4	8.863.307
Outros	155	-	-	-	-	-	-	155
Total do Passivo (B)	449.212	693.024	-	-	229.338	17.099.869	5.441.982	23.913.425
Posição líquida (A - B)	518.134.831	31.874.161	38.840.559	19.236.399	19.946.024	4.835.490	18.719.524	651.586.988

Em 31.12.2010

	Dólar	Euro	Dólar Canadense	Libra Esterlina	Dólar Australiano	DES	Outros	Total
Ativos								
Disponibilidades	4.645.016	575.724	335.550	144.546	705.142	7.417.534	42.419	13.865.931
Depósitos a Prazo em Instit. Financeiras	46.826.199	-	659.317	1.544.420	-	-	-	49.029.936
Compromisso de Revenda	7.872.133	18.453	216.970	-	211.594	-	64.827	8.383.977
Derivativos	7.880	3.757	57	3.776	6.063	-	1.693	23.226
Títulos	333.250.223	20.765.783	27.223.755	11.075.059	14.226.885	-	6.232.448	412.773.953
Créditos a Receber	6.733	-	-	-	-	1.642.664	-	1.649.397
Participação em Org. Fin. Internacionais	-	-	-	-	-	7.852.633	-	7.852.633
Outros	2.530.760	-	-	-	-	-	-	2.530.760
Total do Ativo (A)	395.138.944	21.363.717	28.435.649	12.767.801	15.149.484	16.912.831	6.341.387	496.109.813
Passivos								
Operações Contratadas a Liquidar	-	-	-	-	459.426	-	-	459.426
Depósitos de Instituições Financeiras	1.185	-	-	-	-	-	-	1.185
Compromisso de Recompra	7.670.685	117.251	-	18.107	210.217	-	376.045	8.392.305
Derivativos	9.180	1.889	-	-	5.108	-	942	17.119
Créditos a Pagar	181.260	-	-	-	-	7.411.025	-	7.592.285
Depósitos de Org. Fin. Internacionais	94.085	-	-	-	-	6.038.328	17	6.132.430
Total do Passivo (B)	7.956.395	119.140	-	18.107	674.751	13.449.353	377.004	22.594.750
Posição líquida (A - B)	387.182.549	21.244.577	28.435.649	12.749.694	14.474.733	3.463.478	5.964.383	473.515.063

34.3. Equalização cambial

A operação de equalização cambial (nota 8.2.2) objetiva dar maior transparência aos resultados das operações da autoridade monetária e reduzir a volatilidade do resultado do Bacen, derivada do descasamento entre ativos e passivos cambiais, volatilidade essa que prejudica a análise, por parte dos agentes econômicos nacionais e internacionais, do resultado das operações de política monetária, função principal da autarquia.

a) Equalização do custo de carregamento das reservas:

O Bacen assume posição ativa em custo de captação das reservas, representado pela taxa de captação do passivo total, em contrapartida a uma posição passiva em variação cambial e juros das reservas internacionais. Como resultado, a equalização funciona como um instrumento de *hedge* cambial e de taxa de juros da autarquia, reduzindo a exposição do Bacen em moeda estrangeira e assegurando a cobertura do custo de manutenção das reservas.

O quadro abaixo demonstra a posição líquida do Bacen em moeda estrangeira, em 31 de dezembro de 2011, ajustada pela posição assumida na equalização cambial:

	31.12.2011	31.12.2010
Posição líquida em moeda estrangeira	651.586.988	473.515.063
Equalização cambial	(660.161.744)	(481.179.490)
Exposição em moeda estrangeira	(8.574.756)	(7.664.427)

Em relação à taxa de juros, o resultado obtido pelo Bacen nas operações de equalização cambial, tendo por base o saldo médio das reservas internacionais no período, foi 5,45% positivo, uma vez que o custo de captação coberto pelo Tesouro foi de 8,97%, ao passo que o resultado de juros (incluindo a marcação a mercado) das reservas internacionais transferido ao Tesouro foi de 3,52% positivo.

b) Equalização dos swaps cambiais realizados no mercado doméstico:

O Bacen efetua, com o Tesouro Nacional, *swap* de características inversas a dos *swaps* cambiais realizados no mercado doméstico, alcançando um *hedge* perfeito, uma vez que os valores nominais e as taxas são idênticos, entretanto, com posição inversa.

Com essa operação, os *swaps* cambiais realizados no mercado doméstico não apresentam exposição cambial ou de juros para o Bacen.

34.4. Análise de sensibilidade

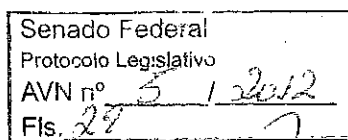
A operação de equalização cambial (notas 8.2.2 e 34.3) reduziu a volatilidade do resultado do Bacen, derivada de variações de preços inerentes às reservas internacionais. Além disso, a classificação de grande parte da carteira de títulos em moeda local na categoria Mantidos até o Vencimento (nota 3.4.5) reduziu o componente de marcação a mercado de ativos, tornando o resultado diário do Bacen pouco suscetível às variáveis de mercado, sendo mais influenciado pela apropriação de juros. Desta forma, o impacto de variações de preços no resultado do Bacen ficou reduzido frente a outras fontes de resultados, o que tornou o cálculo do VaR do resultado contábil inapropriado para mensurar riscos de variações de preços de mercado. Assim, a partir de 2011, optou-se por substituir o cálculo do VaR por uma análise de sensibilidade.

O quadro a seguir apresenta as principais exposições a fatores de risco de mercado a que o Bacen estava exposto em 31 de dezembro de 2011:

	Taxa de câmbio	Curva de Cupom Cambial	Curva de juros de moedas estrangeiras	Curva de juros prefixados em Reais	Curva de juros da TR
Swap cambial	3.031.762	3.031.762	-	-	-
Reservas internacionais	660.161.744	-	660.161.744	-	-
Créditos a pagar em moedas estrangeiras	8.324.770	-	-	-	-
Títulos Públicos Federais - LTN	-	-	-	151.998.141	-
Créditos com instituições em liquidação	6.569.125	6.569.125	-	-	23.434.325

Com o objetivo de analisar os impactos nas demonstrações financeiras do Bacen decorrentes de alterações nos diversos fatores de risco envolvidos, foram simulados os resultados potenciais para variações adversas em cinco fatores de risco: taxa de câmbio do Real frente as moedas estrangeiras que compõem as reservas internacionais, curva de cupom cambial, curvas de juros das moedas estrangeiras que compõem as reservas internacionais, curva de juros prefixada em Reais e curva de juros da TR. Para a taxa de câmbio, foi simulada uma valorização de 20% do Real ante as outras moedas. Para as curvas de cupom cambial, juros prefixados em Reais e da TR, foi simulado um deslocamento paralelo de um ponto percentual para cima dessas curvas. Para as curvas de juros das moedas que compõem as reservas internacionais, foi simulado um deslocamento paralelo de meio ponto percentual para cima dessas curvas. As simulações consideram apenas os resultados imediatos das variações de preços, desconsiderando o efeito do carregamento ao longo do tempo.

O quadro a seguir mostra o impacto no resultado do Bacen de cada uma dessas simulações:



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS – EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011

(Os valores estão expressos em milhares de Reais, a não ser quando declarado de maneira diferente)

fl. 49

	Valorização de 20% do Real ante outras moedas	Deslocamento paralelo de 1 ponto percentual da curva de Cupom Cambial	Deslocamento paralelo de 0,5 ponto percentual da curva de juros de moedas estrangeiras	Deslocamento paralelo de 1 ponto percentual da curva de juros prefixados em Reais	Deslocamento paralelo de 1 ponto percentual da curva de juros da TR
Swap cambial	(603.243)	(8.508)	-	-	-
Reservas internacionais	(132.032.349)	-	(8.232.886)	-	-
Créditos a pagar em moedas estrangeiras	1.664.954	-	-	-	-
Títulos Públicos Federais - LTN	-	-	-	(2.557.452)	-
Créditos com instituições em liquidação	(1.313.825)	(546.494)	-	-	(1.084.450)
Equalização Cambial	131.941.433	8.508	8.232.886	-	-
Impacto líquido	(343.030)	(546.494)	-	(2.557.452)	(1.084.450)
no resultado	2.119.032	(546.494)	-	-	(1.084.450)
no patrimônio líquido	(2.462.062)	-	-	(2.557.452)	-

35 - RISCO DE LIQUIDEZ

O risco de liquidez é aquele que surge da eventual dificuldade de negociação de papéis em um mercado secundário, em virtude de que este não possa absorver o volume que se deseja negociar sem que haja significativa alteração de preço.

a) Instrumentos financeiros destinados à administração de reservas internacionais:

O gerenciamento do risco de liquidez tem por objetivo garantir que o Bacen cumpra todos os compromissos financeiros assumidos. Para tanto, existe uma política de diversificação de vencimentos e também o estabelecimento de limites visando garantir que os títulos adquiridos possam ser negociados no mercado secundário sem provocar movimentos bruscos nos preços dos ativos. Em função dessas diretrizes, mesmo os títulos com vencimentos mais longos têm liquidez imediata.

b) Instrumentos financeiros destinados à execução da política monetária:

Tendo em vista as atribuições de autoridade monetária, que incluem o controle da liquidez do sistema financeiro, o Bacen não está sujeito às limitações decorrentes de descasamento entre ativos e passivos em moeda nacional.

c) Prazos de vencimento:

O quadro a seguir demonstra os prazos contratuais dos ativos e dos passivos em moedas estrangeiras do Bacen:

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS – EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011

(Os valores estão expressos em milhares de Reais, a não ser quando declarado de maneira diferente)

fl. 50

Em 31.12.2011

	até 1 mês	1 - 6 meses	6 - 12 meses	1 - 5 anos	> 5 anos	Total
Ativos						
Disponibilidades	12.808.011	-	-	-	-	12.808.011
Depósitos a Prazo em Instit. Financeiras	14.061.308	10.412.505	-	-	-	24.473.813
Recursos sob Administração Externa	455.689	-	-	-	-	455.689
Compromisso de Revenda	132.405	5.726.530	-	-	-	5.858.935
Derivativos	310	40	-	-	-	350
Títulos	98.226	23.934.370	28.170.193	514.948.946	47.170.194	614.321.929
Créditos a Receber	8.866	-	-	2.160.171	-	2.169.037
Participação em Org. Fin. Internacionais (*)	-	-	-	-	12.310.310	12.310.310
Outros (*)	-	-	-	-	3.102.339	3.102.339
Total do Ativo (A)	27.564.815	40.073.445	28.170.193	517.109.117	62.582.843	675.500.413
Passivos						
Operações Contratadas a Liquidar	828.852	-	-	-	-	828.852
Depósitos de Instituições Financeiras	-	-	-	-	1.333	1.333
Compromisso de Recompra	131.258	5.761.403	-	-	-	5.892.661
Derivativos	2.341	6	-	-	-	2.347
Créditos a Pagar	9.327	-	-	-	8.315.443	8.324.770
Depósitos de Org. Fin. Internacionais	-	-	-	-	8.863.307	8.863.307
Outros	20	135	-	-	-	155
Total do Passivo (B)	971.798	5.761.544	-	-	17.180.083	23.913.425

Posição líquida (A - B) **26.593.017** **34.311.901** **28.170.193** **517.109.117** **45.402.760** **651.586.988**

(*) A participação em Organismos Financeiros Internacionais, as obrigações decorrentes das alocações de DES e o estoque de ouro, por não possuírem data de vencimento, foram classificados no prazo ">5 anos"

Em 31.12.2010

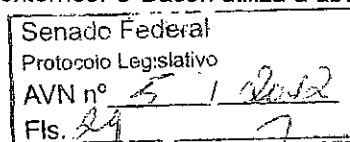
	até 1 mês	1 - 6 meses	6 - 12 meses	1 - 5 anos	> 5 anos	Total
Ativos						
Disponibilidades	13.865.931	-	-	-	-	13.865.931
Depósitos a Prazo em Instit. Financeiras	26.442.018	22.587.918	-	-	-	49.029.936
Compromisso de Revenda	7.472.860	911.117	-	-	-	8.383.977
Derivativos	12.195	11.031	-	-	-	23.226
Títulos	3.929.977	32.504.250	15.882.816	338.487.561	21.969.349	412.773.953
Créditos a Receber	6.733	-	-	1.642.664	-	1.649.397
Participação em Org. Fin. Internacionais (*)	-	-	-	-	7.852.633	7.852.633
Outros (*)	1.099	-	-	-	2.529.661	2.530.760
Total do Ativo (A)	51.730.813	56.014.316	15.882.816	340.130.225	32.351.643	496.109.813
Passivos						
Operações Contratadas a Liquidar	459.426	-	-	-	-	459.426
Depósitos de Instituições Financeiras	-	-	-	-	1.185	1.185
Compromisso de Recompra	7.483.111	909.194	-	-	-	8.392.305
Derivativos	6.950	10.169	-	-	-	17.119
Créditos a Pagar	181.256	-	-	-	7.411.029	7.592.285
Depósitos de Org. Fin. Internacionais	-	-	-	-	6.132.430	6.132.430
Total do Passivo (B)	8.130.743	919.363	-	-	13.544.644	22.594.750

Posição líquida (A - B) **43.600.070** **55.094.953** **15.882.816** **340.130.225** **18.806.999** **473.515.063**

(*) A participação em Organismos Financeiros Internacionais, as obrigações decorrentes das alocações de DES e o estoque de ouro, por não possuírem data de vencimento, foram classificados no prazo ">5 anos"

36 - RISCO OPERACIONAL

Risco operacional é o risco de perda financeira, dano à reputação ou incapacidade de se atingir os objetivos do negócio, resultante de uma ou mais causas de risco, originado por fatores humanos, processos ou sistemas falhos ou inadequados, ou eventos externos. O Bacen utiliza a abordagem *Advanced*



Measurement Approach – AMA para gestão do risco operacional, dentro de uma visão integrada de gestão de riscos.

Para a prevenção e controle do risco operacional, o Bacen possui sistemas de controles internos de acordo com as características de suas atividades, bem como regulamentos que estabelecem as competências de cada departamento e as atribuições de seus dirigentes (Regimento Interno e Manual de Organização Administrativa) e, ainda, normas que definem os critérios e procedimentos para todas as atividades da Instituição.

O cumprimento desses normativos e a observância dos sistemas de controle interno são acompanhados pela Auditoria Interna do Bacen, a quem cabe zelar pela regularidade dessas ações.

Adicionalmente, a cada semestre, os chefes de departamento da Instituição atestam a consistência dos controles internos referentes às operações sob sua responsabilidade, o que permite ao Diretor de Administração e ao Chefe do Departamento de Contabilidade e Execução Financeira firmarem, em nome da Instituição, declaração de responsabilidade sobre seus controles internos à empresa de auditoria independente.

37 - PARTES RELACIONADAS

De acordo com a IAS 24 – Divulgação sobre Partes Relacionadas, as seguintes instituições se caracterizam como tal:

37.1. Governo Federal

O Bacen é uma autarquia federal vinculada ao Ministério da Fazenda – MF e integrante do Sistema Financeiro Nacional – SFN e, como tal, está sujeito às diretrizes do CMN, órgão deliberativo máximo do SFN. Ao CMN cabe estabelecer as diretrizes gerais das políticas monetária, cambial e creditícia, regular o funcionamento e a fiscalização das instituições financeiras e disciplinar os instrumentos de política monetária e cambial, bem como aprovar os balanços e o sistema de contabilidade do Bacen.

O Presidente e Diretores do Bacen não possuem mandato fixo, sendo indicados pelo Presidente da República e aprovados pelo Senado Federal.

O orçamento de despesas de manutenção do Bacen é aprovado pelo Congresso Nacional e sua execução financeira deve observar os limites estabelecidos pelo Poder Executivo.

Todas as operações entre o Bacen e o Tesouro Nacional são regidas por disposições constitucionais e legais, sendo as principais enumeradas a seguir. Operações com outras entidades relacionadas com o Governo Federal são realizadas em condições de mercado e no curso de transações normais do dia-a-dia e, portanto, não são consideradas no contexto dessa nota.

a) Depósitos à Ordem do Governo Federal:

As disponibilidades de caixa do Governo Federal são depositadas no Bacen (Conta Única do Tesouro Nacional), possuem livre movimentação e são remuneradas pela taxa média da rentabilidade dos títulos públicos federais existentes em carteira do Bacen (nota 10), excluído o resultado da marcação a mercado. Em 2011 a rentabilidade foi de 12,55% (11,44% em 2010).

b) Resultado do Bacen:

O resultado positivo apurado pelo Bacen, após a constituição ou reversão de reservas, constitui obrigação do Bacen para com a União, devendo ser transferido até o 10º dia útil após a aprovação das demonstrações financeiras pelo CMN. Se negativo, esse resultado constitui crédito do Bacen frente à União, devendo ser pago até o 10º dia útil do ano subsequente ao da aprovação das demonstrações financeiras. Em ambas as situações, tais valores devem ser corrigidos pelos mesmos índices aplicados à conta Depósitos à Ordem do Governo Federal, até a data da efetiva transferência ou cobertura (notas 10 e 40.a).



c) Equalização cambial:

Por meio da operação de equalização cambial (notas 8.2.2 e 34.3), o custo de carregamento das reservas internacionais e o resultado das operações de *swap* cambial efetuados no mercado doméstico são transferidos à União, por intermédio do Tesouro Nacional. Esses valores são calculados diariamente, sendo apurado o saldo a pagar ou a receber no último dia do semestre, o qual será liquidado financeiramente seguindo as mesmas regras estabelecidas para a transferência ou cobertura do resultado, inclusive no que diz respeito à sua correção (notas 10 e 39.a).

d) Repasse do Tesouro Nacional:

O Bacen utiliza recursos repassados pelo Governo Federal para o pagamento de parte de suas despesas administrativas.

e) Pagamento de ações judiciais:

Os pagamentos decorrentes de decisões judiciais transitadas em julgado, nas quais a União e suas autarquias tenham sido condenadas, vêm sendo efetuados pelos juízos competentes, a quem cabe requisitar autorização orçamentária e financeira (notas 18.2 e 20.1). No exercício de 2011 foram pagos precatórios no montante de R\$396.454, referentes a ações judiciais nas quais o Bacen foi condenado.

f) Utilização de títulos como instrumento de política monetária:

O Bacen utiliza títulos de emissão do Tesouro Nacional para realizar a política monetária. Todas as compras e vendas de títulos que ocorrem entre o Bacen e o Tesouro Nacional são efetuadas a preço de mercado.

g) Prestação de serviços na colocação de títulos:

O Bacen operacionaliza a colocação de títulos da dívida no mercado financeiro, cabendo, entretanto, ao Tesouro Nacional a definição de características, preço e prazo dos papéis colocados. Não são cobradas tarifas pela prestação desse serviço.

h) Fundo Soberano do Brasil:

O Fundo Soberano do Brasil – FSB, criado pela Lei nº 11.887, de 24 de dezembro de 2008, é um fundo especial de natureza contábil e financeira, vinculado ao MF, com as finalidades de: (i) promover investimentos em ativos no Brasil e no exterior; (ii) formar poupança pública; (iii) mitigar os efeitos dos ciclos econômicos; e (iv) fomentar projetos de interesse estratégico do País localizados no exterior. A forma, o prazo e a natureza dos investimentos do FSB são aprovados pelo Conselho Deliberativo do FSB – CDFSB, o qual é composto pelo Ministro de Estado da Fazenda, Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão, e Presidente do Bacen. Conforme a Resolução nº 2, de 17 de setembro de 2010, do CDFSB, o Tesouro Nacional ficou autorizado a aplicar os recursos do fundo na compra ou venda de moedas estrangeiras ou na realização de outras operações cambiais, inclusive contratos derivativos, mediante convênio a ser firmado com o Bacen. Entretanto, até 31 de dezembro de 2011 não havia sido firmado convênio entre o Tesouro Nacional e o Bacen para essa finalidade.

O quadro a seguir apresenta as principais operações ocorridas no período entre o Bacen e o Governo Federal:

	2011	2010
Conta Única do Tesouro Nacional		
Saldo inicial	404.516.398	406.354.420
(+) remuneração	43.198.798	34.823.522
(+/-) depósitos/saques	10.423.592	(54.342.354)
(+) transferência de resultado positivo	17.483.488	17.680.810
Saldo final	475.622.276	404.516.398
Títulos de emissão do Tesouro Nacional		
Saldo inicial	703.175.643	640.215.918
(+/-) aquisição líquida (resgate líquido)	(36.742.565)	(7.544.345)
(+) remuneração	84.303.142	71.505.646
(+/-) ajuste a valor justo	3.806.893	(1.001.576)
Saldo final	754.543.113	703.175.643
Resultado a transferir ao Tesouro Nacional		
Saldo inicial	4.929.918	6.553.787
(+) resultado positivo a ser transferido	23.477.696	15.736.255
(+) remuneração	319.721	320.685
(-) transferências	(17.483.488)	(17.680.809)
Saldo final	11.243.847	4.929.918
Equalização Cambial		
Saldo inicial	-	-
(+/-) ajustes	(44.040.773)	48.529.720
(+/-) transferências para crédito a pagar (receber)	44.040.773	(48.529.720)
Saldo final	-	-
Crédito a receber decorrente de resultado de equalização cambial		
Saldo inicial	48.633.518	53.931.576
(+) resultado de equalização cambial	46.199.286	48.529.720
(+) remuneração	8.446.469	1.505.963
(-) recebimentos	(2.004.479)	(55.333.741)
Saldo final	101.274.794	48.633.518
Crédito a pagar decorrente de resultado de equalização cambial		
Saldo inicial	-	-
(-) resultado de equalização cambial	(90.240.059)	-
Saldo final	(90.240.059)	-
Repasse do Orçamento Geral da União	2.135.717	1.241.950

37.2. Centrus

A Centrus é uma entidade fechada de previdência privada, sem fins lucrativos, e tem como objetivo complementar os benefícios de aposentadoria e pecúlio assegurados pela previdência social pública (nota 20.2). O Bacen é patrocinador da Centrus e em função disso ocorreram as seguintes transações entre as entidades:

	2011	2010
Recursos administrados pela Centrus		
Saldo inicial	-	630.867
(+/-) ganhos/perdas atuariais	-	(16.486)
(-) recebimentos	-	(634.158)
(+) juros	-	19.777
Saldo final	-	-
Superavit Atuarial		
Saldo inicial	1.839.249	3.371.447
(+/-) ganhos/perdas atuariais	(1.340.959)	(1.976.336)
(+) juros	650.994	444.124
(+) outros	-	14
Saldo final	1.149.284	1.839.249
Crédito a receber		
Saldo inicial	289.283	267.500
(+) juros	166.090	21.783
(+) distribuição de superávit	532.458	-
(-) recebimentos	(20.944)	-
Saldo final	966.887	289.283
Pagamento de taxa de administração	-	2.703

As principais variações observadas no período são decorrentes das perdas atuariais (nota 20.2), compensadas em parte pela parcela a receber referente à destinação do superávit do plano de benefícios da Centrus e pela remuneração dos créditos a receber no período (nota 11.2.2.b).

37.3. Casa da Moeda do Brasil – CMB

A CMB é uma empresa pública federal, vinculada ao MF, e tem como atividades preponderantes a fabricação, em caráter de exclusividade, de papel-moeda e moeda metálica e a impressão de selos postais e fiscais federais.

O estatuto social da CMB estabelece que a sua administração será exercida pelo Conselho de Administração e pela Diretoria Executiva, sendo que no Conselho de Administração existe um membro indicado pelo Bacen.

Em 2011, o Bacen efetuou aquisições de cédulas e moedas que totalizaram um dispêndio de R\$788.304 (R\$707.441 em 2010).

37.4. Fundo de Pensão dos Empregados da Casa da Moeda do Brasil – Cifrão

O Cifrão, instituído pela CMB, é uma entidade fechada de previdência complementar, sem fins lucrativos, dotada de personalidade jurídica de direito privado, com patrimônio próprio e autonomia administrativa e financeira, tendo por objetivo primordial instituir e executar planos de benefícios de caráter previdenciário aos funcionários da CMB. Não existe nenhuma transação entre o Bacen e o Cifrão.

37.5. Reserva para o Desenvolvimento Institucional do Banco Central do Brasil – Redi-BC

Os recursos da Redi-BC destinam-se a suportar a execução de projetos relevantes e essenciais voltados para o funcionamento e desenvolvimento institucional e que visem à implementação das ações definidas no âmbito do planejamento estratégico. Em 2011, a Redi-BC desembolsou R\$103.776 (R\$75.140 em 2010) para a cobertura da execução de projetos e reembolsou o Bacen em R\$1.869 (R\$1.637 em 2010) a título da taxa de administração.

37.6. Fundo de Assistência ao Pessoal – Faspe

O Faspe é um fundo contábil criado para gerir recursos destinados à manutenção dos benefícios de saúde dos funcionários do Bacen. Foi criado pela Lei nº 9.650, de 27 de maio de 1998, que determina que seus recursos serão compostos por dotações orçamentárias do Bacen e contribuição mensal dos participantes, sendo as contribuições do Bacen equivalentes à receita prevista com a contribuição dos participantes. Prevê também que, na ocorrência de déficit no sistema, o Bacen poderá utilizar fonte de recursos disponível para sua cobertura.

Em 2010, as despesas incorridas pelo Bacen a título de contribuição para o Faspe totalizaram R\$71.453 (R\$68.016 em 2010).

37.7. Diretoria e membros ocupantes de funções estratégicas

O Bacen possui oito Diretores (incluindo o Presidente), um Secretário Executivo, um Procurador-Geral e trinta e nove servidores, contemplando Chefes de Gabinete de Diretores, Chefes de Departamento e Gerentes-Executivos, considerados como ocupantes de funções estratégicas.

O quadro a seguir demonstra os custos com remunerações e outros benefícios atribuídos aos membros da Diretoria e aos demais membros ocupantes de funções estratégicas:

	2011	2010
Benefícios de curto prazo	20.058	19.412
Diretoria	2.787	3.069
Demais membros ocupantes de funções estratégicas	17.271	16.343
Benefícios decorrentes do término da relação de trabalho	142	71
Total	20.200	19.483

Os benefícios de curto prazo pagos incluem salários, diárias, encargos sociais, auxílio-moradia, auxílio-alimentação e assistência médica. Os salários e benefícios são instituídos por lei, não havendo qualquer vinculação entre estes e o desempenho financeiro da Instituição. O Bacen não efetua empréstimos aos membros de sua diretoria ou aos seus servidores.

Os benefícios decorrentes do término da relação de trabalho compreendem a remuneração compensatória devida aos membros da Diretoria após a exoneração do cargo que ocupavam, em função do impedimento legal de exercerem atividades ou de prestarem serviços no setor de sua atuação, pelo período de quatro meses contados da exoneração.

O Bacen não possui outros benefícios de longo prazo e não oferece benefícios pós-emprego aos membros da Diretoria, com exceção daqueles que fazem parte do quadro funcional da Instituição, os quais recebem os mesmos benefícios dos demais servidores do Bacen (nota 20.2).

38 - RECEITAS DE SENHORIAGEM

A senhoriagem pode ser definida como a receita ou o lucro do governo proveniente do monopólio de emissão de moeda. Para fins de evidencição dos fluxos relativos a essas receitas em suas demonstrações financeiras, em atendimento à determinação do Tribunal de Contas da União, o Bacen adotou o conceito de senhoriagem pelo custo de oportunidade, tendo em vista que essa metodologia tem como pressuposto o fato de a moeda ser um passivo do governo frente ao resto da economia, o que é compatível com o tratamento contábil dispensado à base monetária pela autarquia.

Por essa metodologia, a senhoriagem é entendida como o custo de oportunidade do setor privado em deter moeda comparativamente a outros ativos que rendem juros. A apuração é realizada aplicando-se a taxa de juros nominal da economia, neste caso a taxa Selic, sobre o valor da base monetária. Para esse cálculo, o Bacen trabalha com dados diários, a fim de evitar os impactos de variações sazonais sobre os saldos da base monetária ao longo do período. Em 2011, o fluxo relativo às receitas de senhoriagem foi de R\$20.291.041 (R\$15.848.166 em 2010).

39 - EVENTO SUBSEQUENTE

Em 26 de janeiro de 2012 o Banco Mercantil – Em Liquidação Extrajudicial firmou, com base no art. 65 da Lei nº 12.249, de 2010, termo de pagamento à vista de sua dívida oriunda de operações de assistência financeira (Proer) (nota 11.2.2). O valor da dívida na data de sua consolidação, que corresponde à data em que a instituição manifestou sua opção pelo pagamento à vista, era de R\$1.342.668, prevalecendo o valor principal e incidindo desconto de 45% sobre o valor dos encargos, conforme previsto na referida lei. O valor atualizado do crédito na data do recebimento foi de R\$1.506.828, o que gerou um efeito financeiro negativo de R\$847.715 no resultado da autarquia, uma vez que as demonstrações financeiras registravam o valor do crédito sem os descontos previstos na lei em referência, os quais só foram confirmados com o efetivo pagamento pelo devedor.

40 - LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL – INFORMAÇÕES EXIGIDAS**a) Impacto e o custo fiscal das operações – Lei de Responsabilidade Fiscal, § 2º do art. 7º:**

O parágrafo único do art. 8º da Lei nº 4.595, de 1964, com a redação dada pelo Decreto-Lei nº 2.376, de 25 de novembro de 1987, prevê que "os resultados obtidos pelo Bacen, consideradas as receitas e despesas de todas as suas operações, serão, a partir de 1º de janeiro de 1988, apurados pelo regime de competência e transferidos para o Tesouro Nacional, após compensados eventuais prejuízos de exercícios anteriores".

Esse dispositivo foi parcialmente alterado pela Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000):

"Art 7º O resultado positivo do Banco Central, apurado após a constituição ou reversão de reservas, constitui receita do Tesouro Nacional e será transferido até o décimo dia útil subsequente à aprovação dos balanços semestrais.

§ 1º O resultado negativo constituirá obrigação do Tesouro para com o Banco Central e será consignado em dotação específica no orçamento."

De acordo com o inciso II do art. 2º da Medida Provisória 2.179-36, de 24 de agosto de 2001, esse resultado negativo deverá ser objeto de pagamento até o 10º dia útil do exercício subsequente ao da aprovação do balanço pelo CMN.

Assim, temos que:

- I - o resultado do Bacen considera as receitas e despesas de todas as suas operações;
- II - os resultados positivos são transferidos como receitas e os negativos são cobertos como despesas do Tesouro Nacional;
- III - tais resultados são contemplados no Orçamento Fiscal à conta do Tesouro Nacional.

O Bacen apresentou resultado positivo de R\$4.362.860 no 3º trimestre e de R\$6.877.844 no 4º trimestre, totalizando um resultado positivo de R\$11.240.704 no 2º semestre de 2011, que, após a realização de reservas, será transferido ao Tesouro Nacional até o 10º dia útil subsequente à aprovação das demonstrações financeiras pelo CMN. Em conformidade com o § 5º do art. 9º da Lei de Responsabilidade Fiscal, no prazo de noventa dias após o encerramento do semestre, o Bacen apresentará, em reunião conjunta das comissões temáticas pertinentes do Congresso Nacional (entre as quais a Comissão de Assuntos Econômicos, a de Finanças e Tributação e a de Orçamentos Públicos), avaliação do cumprimento dos objetivos e metas das políticas monetária, creditícia e cambial, evidenciando o impacto e o custo fiscal de suas operações e os resultados demonstrados nos balanços.

b) Custo da remuneração das disponibilidades do Tesouro Nacional – Lei de Responsabilidade Fiscal, § 3º do art. 7º:

O custo correspondente à remuneração dos depósitos do Tesouro Nacional atingiu, no 3º trimestre de 2011, o montante de 9.723.322 e no 4º trimestre R\$12.180.093 (R\$21.903.415 no semestre).

Senado Federal
Protocolo Legislativo
AVN nº 5 1 2012
Fls. 32

c) Custo da manutenção das reservas cambiais – Lei de Responsabilidade Fiscal, § 3º do art. 7º:

O custo da manutenção das reservas cambiais é calculado diariamente pela diferença entre a taxa de rentabilidade das reservas internacionais, incluindo a variação cambial, e a taxa média de captação apurada pelo Bacen.

Em 31 de dezembro de 2011, 93,08% dos ativos de reserva eram compostos por títulos, conforme divulgado na Nota para Imprensa do Setor Externo (quadro 49), disponível no sítio do Bacen na internet (www.bcb.gov.br).

No 3º trimestre de 2011, as reservas internacionais apresentaram rentabilidade positiva de 18,37%. Deduzindo-se o custo de captação desta Autarquia, o resultado líquido das reservas foi positivo em 15,99% (R\$90.957.859). No 4º trimestre, a rentabilidade das reservas alcançou 1,55% positivos, totalizando 0,50% negativos (R\$3.144.940) quando considerado o custo de captação.

	Reservas Internacionais		Custo de Captação (%)	Custo de Manutenção das Reservas Internacionais	
	Saldo Médio (R\$ mil)	Rentabilidade (%)		(%)	(R\$ mil)
3º Trimestre/2011	569.020.034	18,37	(2,39)	15,99	90.957.859
4º Trimestre/2011	632.847.707	1,55	(2,05)	(0,50)	(3.144.940)
Total do Semestre					87.812.919

Deve-se salientar que a correção cambial representa variação decorrente da tradução dos valores dos ativos de reserva para o Real, não se configurando resultado realizado do ponto de vista financeiro. Excluindo-se essa correção, portanto, as reservas internacionais apresentaram, no 3º trimestre de 2011, rentabilidade positiva de 1,63%, sendo composta pela incorporação de juros (0,40%) e pelo resultado da marcação a mercado dos ativos (1,23%). Deduzindo-se o custo de captação, o resultado líquido das reservas foi negativo em 0,75% (R\$4.287.948). No 4º trimestre, a rentabilidade das reservas foi positiva em 0,38% (0,29% pela incorporação de juros e 0,09 pelo resultado da marcação a mercado dos ativos), totalizando 1,67% negativos (R\$10.578.024) quando considerado o custo de captação.

	Reservas Internacionais		Custo de Captação (%)	Custo de Manutenção das Reservas Internacionais	
	Saldo Médio (R\$ mil)	Rentabilidade, exclusive correção cambial (%)		(%)	(R\$ mil)
3º Trimestre/2011	569.020.034	1,63	(2,39)	(0,75)	(4.287.948)
4º Trimestre/2011	632.847.707	0,38	(2,05)	(1,67)	(10.578.024)
Total do Semestre					(14.865.972)

d) Rentabilidade da carteira de títulos, destacando os de emissão da União - Lei de Responsabilidade Fiscal, § 3º do art. 7º:

A rentabilidade da carteira de títulos do Bacen, composta exclusivamente por títulos de emissão da União, foi de R\$19.735.423 no 3º trimestre e de R\$21.189.801 no 4º trimestre, totalizando R\$40.925.224 no 2º semestre de 2011.

Presidente: Alexandre Antonio Tombini

Diretores: Aldo Luiz Mendes, Altamir Lopes, Anthero de Moraes Meirelles, Carlos Hamilton Vasconcelos Araújo, Luiz Awazu Pereira da Silva, Sidnei Corrêa Marques

Chefe do Departamento de Contabilidade e Execução Financeira: Eduardo de Lima Rocha
Contador – CRC-DF 12.005/O-9





KPMG Auditores Independentes
SBS - Qd. 02 - Bl. Q - Lote 03 - Salas 708 a 711
Edifício João Carlos Saad
70070-120 - Brasília, DF - Brasil
Caixa Postal 8723
70312-970 - Brasília, DF - Brasil

Central Tel 55 (61) 2104-2400
Fax 55 (61) 2104-2406
Internet www.kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Ao
Presidente e aos Diretores do
Banco Central do Brasil
Brasília - DF

Examinamos as demonstrações financeiras do Banco Central do Brasil ("BACEN"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2011 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração do BACEN é responsável pela elaboração e pela adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board – IASB, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras do BACEN para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos do BACEN. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das

KPMG Auditores Independentes, uma sociedade simples brasileira e firma-membro da rede KPMG de firmas-membro independentes e afiliadas à KPMG International Cooperative ("KPMG International"), uma entidade suíça.

KPMG Auditores Independentes, a Brazilian entity and a member firm of the KPMG network of independent member firms affiliated with KPMG International Cooperative ("KPMG International"), a Swiss entity.

Senado Federal
Protocolo Legislativo
AVN nº 51 2012
Fls. 33 7



estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

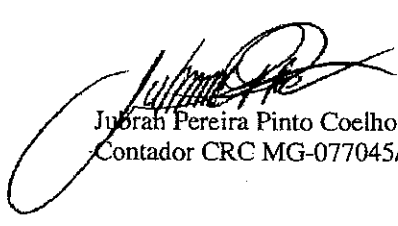
Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco Central do Brasil em 31 de dezembro de 2011, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB.

Outros assuntos

As informações suplementares incluídas nas Notas Explicativas nº 38 e 40, apresentadas sob responsabilidade da Administração do BACEN, não são informações requeridas pelas IFRS. Essas informações suplementares, exceto quanto às informações gerenciais correspondentes às receitas de senhoriagem descritas na Nota Explicativa nº 38, foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos no parágrafo "Responsabilidade dos Auditores Independentes" e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas em todos os aspectos materiais em relação às demonstrações financeiras consideradas em seu conjunto.

Brasília, 9 de fevereiro de 2012

KPMG Auditores Independentes
CRC SP-014428/O-6 F-DF



Júbah Pereira Pinto Coelho
Contador CRC MG-077045/O-0 S-DF